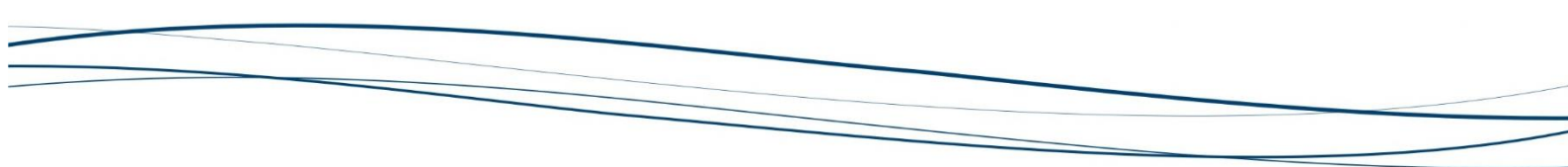




RELATÓRIO E CONTAS 2022



INDICE:

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
2022 EM DESTAQUE	8

A EMPRESA 14

QUEM SOMOS	14
Missão, visão e valores	14
Descrição, atividades e presença	18
Cadeia de Valor	20
As nossas pessoas	21
Os nossos Stakeholders	26
Organização	58
Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	58
O Nosso Propósito	63

Relatório de Gestão 72

- A Envolvente	72
Contexto macroeconómico	72
O Setor	75
A energia	82
Contexto Regulatório	94
Orientações Estratégicas	97
O Negócio	102
Introdução	102
Água em Alta	102
Água em Baixa	102
Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo	103
Outras Atividades	103
Atividade Operacional	104
Risco e Controlo Interno	164
Desempenho Económico-Financeiro	171
Eventos Posteriores ao Fecho	185
Anexo I- Cumprimento das Orientações Legais	186
Perspetivas Futuras	214
Considerações Finais	217
Proposta de Aplicação de Resultados	219

Anexo ao Relatório anual do órgão de administração	220
--	------------

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 221

Contas Individuais	221
Demonstração da posição financeira	222
Demonstração dos Resultados (por Naturezas)	223
Demonstração do rendimento integral	224
Demonstração das variações do capital próprio	225
Demonstração dos Fluxos de Caixa	226
Notas às Demonstrações Financeiras	227
Cerificação Legal de Contas	305
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	309

Mensagem do Presidente

O ano de 2022 marca o final do mandato deste Conselho de Administração, que se iniciou num futuro incerto com a evolução da situação pandémica em 2020, e que durante o ano de 2022 continuou a ser afetado por acontecimentos imprevistos e repentinos, em grande medida decorrente da guerra na Ucrânia, e os quais afetaram a atividade socioeconómica do país, com reflexos diretos na atividade da empresa. O ano 2022 ficou também marcado pelo súbito falecimento do Eng.º Barnabé Pisco que, para além de administrador executivo da EPAL, também pertencia, com muito orgulho, aos quadros da Empresa e era responsável pela liderança de áreas muito importantes para a atividade da EPAL e da AdVT, conhecido pela sua visão, dedicação, permanente alegria e boa disposição, sendo um amigo que nos deixa muitas saudades, bem como a toda a família da EPAL.

Apesar das dificuldades, a nossa contínua capacidade de adaptação e crescimento em contextos complexos é uma prova da resiliência da Empresa que, ao longo de mais de 150 anos, permitiu que a EPAL evoluísse continuamente sendo hoje uma das principais referências mundiais no setor.

Durante este último triénio a EPAL manteve-se empenhada em torno dos valores da eficiência, da produtividade, da inovação e desenvolvimento, e da qualidade, planeando de forma flexível, com elasticidade e agilidade para que, quando necessário, adotar novos rumos e orientações.

O Conselho de Administração demonstrou visão, determinação, ambição e sentido de inovação, quando reviu em 2020 a sua política de gestão, e definiu 5 pilares do desenvolvimento estratégico que preconiza para a EPAL, a saber:

- Requalificação e Valorização dos Ativos
- Resiliência do Serviço
- Eficiência e Sustentabilidade
- Inovação e Digitalização da Atividade
- Solidariedade Ativa

Em cada um destes 5 pilares encontram-se contempladas inúmeras atividades e objetivos, que fundamentalmente passam pela contínua procura pela renovação e melhoria dos seus ativos, a necessária garantia de pleno funcionamento das suas instalações, assegurando redundâncias e adequações dos sistemas às alterações climáticas que cada vez mais introduzem estrangimentos nos processos, a eficiência da operação, nomeadamente promovendo a neutralidade energética e aposta na economia circular, a digitalização plena da Empresa e dos seus principais processos e, finalmente, a continuidade do apoio social, quer interno, quer externo.

A apresentação pública dos projetos que, na sua grande maioria, já se encontram a decorrer, com o mote “EPAL, a Água que abraça Lisboa”, e que têm na sua génese a cidade, a comunidade, a sustentabilidade ambiental, o Planeta e o futuro, representam a concretização da visão do Conselho de Administração não só para o presente da EPAL, mas sobretudo para os tempos vindouros. Com as presenças dos Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas e Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, Pedro Costa, os 10 projetos apresentados englobam os referidos pilares estratégicos:

- *Bebedouro na cidade – A sua água em qualquer ponto da cidade;*
- *Aqueduto e Galerias subterrâneas – Os caminhos da água;*
- *Reabilitação Chafarizes – Património com água;*
- *Reabilitação Lago Príncipe Real – A água faz o lago;*
- *Reabilitação Penha de França – Uma vista de 360º sobre Lisboa;*
- *Aqueduto das Águas Livres – Regresso às origens;*
- *Fotovoltaicos – 0% Energia;*
- *Novo edifício Amoreiras – Requalificação e Valorização;*
- *Residências para estudantes Águas de Portugal – Investimento na Educação dos Jovens;*
- *Nova Academia – Cultura da água.*

O investimento na renovação e melhoria dos seus ativos, onde se destaca a duplicação integral do sistema adutor do Bode e a redundância total à Asseiceira através de Vale da Pedra e Lezírias para aumento de resiliência e segurança operacional são projetos verdadeiramente estruturantes, tal como os projetos em curso para alargamento da atuação da empresa para servir outros territórios quer em baixa quer em alta. Não menos importante são os trabalhos em curso para alargamento a outras atividades conexas ao ciclo urbano da água, como saneamento em baixa, a distribuição em baixa de água para reutilização, para além da captação, transporte e distribuição em baixa de água para utilizações não potáveis como rega de espaços verdes, por meio de recolocação ao serviço da população, de infraestruturas históricas como o Aqueduto das Águas Livres, bem como o Alviela que, conjuntamente com a a rentabilização de ativos como as faixas dos adutores e a articulação com outras empresas do grupo AdP e de outras entidades, consegue proporcionar o desenvolvimento de atividade no âmbito de novos perímetros de regadio sustentável e não conflituante.

A produção, transporte e consumo de energia renovável suprimindo todas as necessidades do negócio é outra atividade onde a empresa foi visionária e se assume como líder e que, por isso, importa destacar pela sua importância económica, ambiental, mas sobretudo pela resiliência e imunidade face a perturbações do mercado internacional. A produção de energia renovável potenciou o desenvolvimento

de outros investimentos associados à autoprodução, on-site, de reagentes verdes, como hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e hidrogénio, muito importantes na medida em que tornam a empresa imune a perturbações do supply-chain, cada vez mais frequentes a nível global. A este nível importa ainda salientar os projetos ao nível de produção e consumo de CO2 verde e também os que asseguram a produção, a partir de lamas de ETA, de materiais e de reagentes verdes para utilização como coagulantes no tratamento de águas residuais e, outros, enquanto corretores de solos agrícolas.

Importa ainda destacar os projetos de rentabilização de ativos regulados e não regulados, como a construção do edifício das Amoreiras e do edifício da Anunciada para o mercado de arrendamento urbano, potenciando o suporte de programa de bolsas de estudo para filhos e netos de trabalhadores do grupo AdP, a construção da residência universitária no Pátio do Tronco, a recuperação e rentabilização de antigas casas de água, as novas instalações no antigo reservatório da Penha de França, bem como a nova centralidade na cidade de Lisboa associada ao novo recinto da Academia das Águas Livres em Campo de Ourique, são projetos determinantes para o futuro da cidade de Lisboa, da Empresa, do grupo AdP e dos seus trabalhadores e trabalhadoras.

Estes projetos, mobilizadores no setor da água, bem como os desafios e oportunidades da transição energética, a importância do conhecimento na mitigação e adaptação às alterações climáticas, o papel da inovação e desenvolvimento e da capacitação de quadros, são assim apostas decisivas da EPAL, catapultando a empresa para um crescimento acelerado e sustentável, viabilizado por uma organização preparada para o futuro, oferecendo excelência e valor superior a todos os nossos stakeholders.

O ano de 2022 demonstrou uma vez mais um sólido desempenho financeiro, em que os resultados da EPAL mostraram resiliência e capacidade de manter um crescimento sustentável, ao alcançar um resultado líquido histórico de 58 milhões de euros, representando um aumento de 17% face ao ano anterior, tudo isto num contexto crítico de crise geopolítica, com falta de mão de obra, aumento dos preços de energia, interrupção nas cadeias de abastecimento e o ressurgimento de inflação. O forte desempenho operacional e financeiro permitiram-nos atingir um EBITDA de 110,7 milhões de euros, o que constitui o valor mais elevado da história da empresa e é bem demonstrativo da criação consistente de valor alcançado para o setor público, representando um incremento de 12% em relação ao ano anterior, bem como potenciar o crescimento do investimento em cerca de 38% face a 2021, atingindo um valor total de 18,4 milhões de euros.

Apraz assim registar que ao nível dos objetivos e indicadores de desempenho de gestão definidos pelo acionista para o mandato em curso, a avaliação global do ano foi de Objetivos Superados, com uma classificação total de 2,9 em 3,0, de acordo com o grau de concretização alcançado, onde todos os indicadores foram "superados", com exceção de um indicador cuja avaliação foi "atingido".

A atual conjuntura económica e financeira, nacional e internacional, não se afigura fácil, o que determina ainda mais o reforço do rigor e da partilha de responsabilidades, atentas as funções e competências das partes, determinando a manutenção de um nível de cooperação entre a empresa e os stakeholders, com o destaque para a Tutela, as Entidades Reguladoras, o Acionista, os clientes e fornecedores e, sobretudo, as trabalhadoras e trabalhadores e seus órgãos representativos, o que é determinante para que a empresa continue a prestar um serviço de excelência, e continuar a ser uma referência no seu setor. Importa registar que, durante 2022, foi reforçado o permanente diálogo e a negociação empenhada e construtiva com os órgãos representativos dos trabalhadores, o que permitiu que, no início de 2023 fosse alcançada acordo para firmar a revisão do Acordo de Empresa da EPAL, o que se revela muitíssimo importante para a requalificação das condições associadas ao trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

O Conselho de Administração da EPAL, em conjunto com os restantes órgãos sociais, completado que se encontra o seu mandato, tem orgulho no que foi alcançado, com foco determinado na execução do seu plano estratégico, e dando sempre o seu melhor, procurando ser uma liderança exemplar para as trabalhadoras e trabalhadores da Empresa.

Por fim, e em nome do Conselho de Administração, gostaria de manifestar a nossa gratidão perante a equipa global da Empresa, nomeadamente a cada um dos seus 1.058 trabalhadores e trabalhadoras. As conquistas da EPAL não teriam sido possíveis sem o seu enorme profissionalismo, contributo e dedicação, em contexto de crise geopolítica, marcado pela incerteza. Agradecemos também aos nossos stakeholders– acionista, clientes, fornecedores, reguladores, parceiros e comunidades locais –, pela confiança que depositaram na nossa missão, assegurando-vos que a EPAL continuará a contribuir para um futuro melhor e mais sustentável, alinhado com os valores de respeito pela proteção do ambiente, e assumindo a liderança na transição energética do setor.

2022 Em Destaque

Apesar de o ano de 2022 ter sido afetado por acontecimentos imprevistos e repentinos que afetaram determinantemente a atividade socioeconómica do país, com reflexos diretos na atividade da empresa, em grande medida decorrente da guerra na Ucrânia, o desempenho económico e financeiro em 2022 foi muito positivo, apresentando um resultado líquido de 58 milhões de euros, o qual representa o melhor resultado líquido da história de 155 anos da empresa, refletindo um crescimento face a 2021 de cerca de 17%.

A retoma da atividade económica no País, sobretudo na região de Lisboa, permitiu um crescimento do volume de negócios, fruto da conjugação do aumento da procura e do aumento do número de clientes, sobretudo no segmento comércio e indústria. Este efeito, conjugado com uma criteriosa gestão dos gastos operacionais, que permitiu ultrapassar largamente os resultados gerados nos anos pré-pandemia, leva a que se tivesse alcançado o melhor Resultado Líquido da história da EPAL.

Ressalva-se ainda uma melhoria em quase todos os seus indicadores económicos e financeiros, salientando o crescimento do EBITDA para 110,7 milhões de euros (+12% que o valor de 2021), a redução do seu passivo bancário em 13,1%, bem como o aumento do investimento em cerca de 38%, face ao período homólogo, apesar da execução ter sido fortemente condicionada pelos constrangimentos decorrentes da situação geopolítica vivida durante o ano de 2022, com fortes repercussões nas atividades relacionadas com a construção civil.

São assim resultados verdadeiramente impressionantes e ilustrativos da prossecução da atividade da empresa, e sobretudo do empenho de todos os trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos órgãos sociais, dos seus clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Considerando a escassez da disponibilidade de água e o seu impacto no bem-estar das populações, na estabilidade regional e no desempenho económico nacional, situação agravada pela fraca pluviosidade verificada em 2022, tornou-se imperativa a implementação de ações por forma a aumentar a resiliência do sistema. Exemplo disso foram a imediata tomada de medidas tendentes a uma redução do consumo de água, sobretudo ao nível da sensibilização do utilizador final, alertando-o para o seu papel essencial e responsável na utilização deste recurso precioso e cada vez mais escasso, bem como da implementação de um conjunto de medidas para a monitorização diária e semanal da evolução dos níveis hídricos e das autonomias da Albufeira de Castelo do Bode, a qual não apresentava níveis tão baixo desde 2005, tendo sido essencial a promoção de uma ainda maior articulação e relação com Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto Regulador Ambiental e Autoridade da Água, para o controlo e estabilização dos usos, minimizando-se os respetivos conflitos.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, melhorando os valores alcançados em 2021, apresentando esta ano um valor de 10,9%. Os valores absolutos e relativos de água não faturada, tanto total como individual ao nível da rede de distribuição e do sistema de produção e transporte, permitem manter um nível em que EPAL continue a ser considerada como uma das empresas líderes mundiais na área da gestão eficiente dos recursos hídricos, e das boas práticas para a redução de água não faturada.

Registaram-se em 2022 dois eventos que pela sua importância estratégica para o futuro da EPAL merecem ser destacados:

- Sessão Pública *"EPAL, a Água que abraça Lisboa – A cidade, a comunidade, a sustentabilidade ambiental, o Planeta e o futuro"* - teve lugar em novembro a sessão de apresentação pública de 10 projetos que se encontram em curso e têm na sua génese a cidade, a comunidade, a sustentabilidade ambiental, o Planeta e o futuro. A sessão contou com as presenças dos Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas e Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, Pedro Costa. Os projetos foram os seguintes:

- Bebedouro na cidade – A sua água em qualquer ponto da cidade;
- Aqueduto e Galerias subterrâneas – Os caminhos da água;
- Reabilitação Chafarizes – Património com água;
- Reabilitação Lago Príncipe Real – A água faz o lago;
- Reabilitação Penha de França – Uma vista de 360° sobre Lisboa;
- Aqueduto das Águas Livres – Regresso às origens;
- Fotovoltaicos – 0% Energia;
- Novo edifício Amoreiras – Requalificação e Valorização;
- Residências para estudantes Águas de Portugal – Investimento na Educação dos Jovens;
- Nova Academia – Cultura da água.

- Sessão Pública *"EPAL 0% - Neutralidade Energética"* - decorreu igualmente em novembro, na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira, a apresentação pública do *"EPAL 0% - Neutralidade Energética"*, a que se seguiu a cerimónia de assinatura de 3 contratos que reforçam o compromisso da Empresa rumo à neutralidade energética e a resiliência de todo o sistema de abastecimento face às alterações climáticas ou outros eventos, num investimento superior a 55 milhões de euros. A sessão contou com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, do Presidente da Assembleia Municipal de Tomar, e de representantes de várias áreas da Empresa e outras entidades do setor.

O plano de investimentos em 2022 atingiu uma execução total de 18,4 milhões de euros, apesar de ter sido fortemente condicionado pelo aumento abrupto dos preços das matérias-primas, dos materiais, equipamentos e mão-de-obra, situação excecional verificada pela disrupção nas cadeias de abastecimento, resultantes em grande medida dos constrangimentos geopolíticos que assolaram a Europa durante o ano. Estas condicionantes tiveram naturalmente impacto na concretização do investimento previsto para o ano em apreço, dando origem a vários concursos públicos desertos e a sucessivas prorrogações de prazos para apresentação de propostas.

Apesar de toda esta conjuntura adversa, em 2022 a EPAL assegurou a elaboração de um conjunto importante de projetos e lançou um número significativo de concursos, destinados a assegurar a execução do plano de investimentos previsto.

Destacam-se os projetos estratégicos relacionados com o desenvolvimento e implementação do projeto 0% Energia e Unidade de CloroH₂O, estando em curso investimentos de cerca de 9,3 milhões de euros. Foram ainda celebrados novos contratos durante o ano de 9 milhões de euros, estando ainda em curso procedimentos em fase de contratação de cerca de 18,7 milhões de euros.

Importa igualmente ressaltar o lançamento do processo de aquisição da prestação de serviços para desenvolvimento do Master Plan da EPAL e do Oeste, com vista à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa, a conclusão do estudo do ensaio de Stress Hídrico das origens da EPAL, o estudo de verificação da adequabilidade dos atuais sistemas de segurança hidráulica dos reservatórios do Sistema de Abastecimento da EPAL e as inspeções às origens subterrâneas da EPAL, com realização da caracterização do estado atual e ensaios de capacidade produtiva.

No que respeita à área do património histórico classificado, deu-se continuidade aos processos associados à conservação do Aqueduto das Águas Livres, e dos processos de restauro dos chafarizes de Lisboa, desenvolvidos no âmbito dos protocolos existentes com o Município de Lisboa. De salientar que se encontram em preparação um conjunto alargado de projetos de património, como o restauro do lago do Reservatório da Patriarcal, dos Lanternins do Aqueduto das Águas Livres ou a reabilitação de galerias.

Ao nível da reabilitação e renovação da rede de Lisboa, registou-se no ano de 2022 um incremento da taxa de execução, onde a rede substituída pela EPAL ascendeu a 11,3 km, valor que supera, em cerca de 48%, o valor de 2021, sendo o valor mais elevado da última década.

Sendo a EPAL uma empresa consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade, o relacionamento com estas partes

interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão e da sustentabilidade na sua vivência diária.

Apraz registar que durante o ano de 2022 verificou-se um retomar dos contatos presenciais, interrompidos nos dois anos anteriores devidos aos constrangimentos decorrentes da pandemia Covid-19, pelo que a Empresa, no âmbito da responsabilidade social e educação ambiental, desenvolveu inúmeras iniciativas e campanhas de aproximação à comunidade e aos clientes.

Destacam-se o projeto de rede de bebedouros de Lisboa, tendo sido iniciada a segunda fase deste projeto, um dos maiores investimentos da história da EPAL, e que resulta de uma parceria entre a EPAL, o Município de Lisboa e a ONGA GEOTA, e o regresso do Pátio da Água, após dois anos de interregno. O relançamento deste projeto era há muito aguardado pela Empresa, que desenvolve esta iniciativa em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a Lisboa E-Nova. As portas do Pátio abriram no dia 19 de julho, devolvendo à capital portuguesa um espaço único, quer pela sua localização, quer pelo conceito de oferta de água da rede pública - natural ou aromatizada -, defendendo o seu uso eficiente e disseminando uma mensagem de sustentabilidade ambiental. Manteve-se em funcionamento até ao dia 9 de setembro, convidando lisboetas e turistas a beberem um copo de água da EPAL, reconhecida pela sua excelente qualidade.

Ao nível de prémios e reconhecimentos de entidades externas atribuídos à EPAL durante o ano de 2022, destacam-se a atribuição de 5 prémios pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), o Grande Prémio de Estratégia de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, e menções honrosas na Categoria "Comunidade" - projeto "EPAL Liga-se a causas que têm de ser de todos", que resulta de uma parceria pioneira com a FUNDAÇÃO LIGA, na Categoria "Comunicação" - "O Impacto das Redes Sociais", na Categoria "ODS 4 – Educação de Qualidade" - com a iniciativa "Parcerias com Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA)", e na Categoria "ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis" - com o projeto "Chefs Circulares – Água Circular por Natureza", apoiado pelo Fundo Ambiental.

A EPAL foi igualmente distinguida com o Grande Prémio APCE- Excelência em Comunicação Categoria "Surpreenda-nos" - com a campanha "Aqui bebo Água da Torneira", uma iniciativa inédita desenvolvida em parceria com a Zomato, que levou os restaurantes de Lisboa a disponibilizarem, de forma gratuita, água da torneira aos seus clientes, e que foi desenvolvida para a promoção da economia circular e de boas práticas ambientais, contando com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, do Turismo de Portugal, da ZERO e da Lisboa E-Nova.

Salienta-se a atribuição do Prémio Transformação Digital 2022, com a distinção atribuída à WONEApp, aplicação concebida pela EPAL e que visa conferir maior rapidez e simplicidade à execução das tarefas inerentes à localização de perdas em sistemas de abastecimento.

Para além da EPAL ter recebido da ERSAR os Selos de Qualidade para o Uso Eficiente da Água e do Serviço de Abastecimento Público de Água (ao consumidor), recebeu ainda o Prémio verde da Visão/Grupo AdP. Esta distinção foi atribuída na categoria “Água e Cidades Sustentáveis” ao projeto da CML/EPAL/GEOTA denominado “Rede de bebedouros da cidade de Lisboa”, lançado no ano da Lisboa Capital Verde, e que consistiu na criação de um bebedouro inclusivo e também amigo dos animais, com refill de garrafas reutilizáveis e taças para os animais, localizados em cerca de 200 pontos de grande concentração de pessoas, promovendo o consumo sustentável, a redução de produção de plástico e a mitigação dos impactos das alterações climáticas.

Ao nível dos objetivos e indicadores de desempenho de gestão definidos pelo acionista para o mandato em curso, a avaliação global do ano foi de Objetivos Superados, com uma classificação total de 2,9 em 3,0, de acordo com o grau de concretização alcançado, onde todos os indicadores avaliados foram “superados”, com exceção de um indicador cuja avaliação foi “atingido”.

Síntese de Indicadores

Os principais indicadores da atividade da empresa são apresentados nas tabelas seguintes:

INDICADORES DE ATIVIDADE

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Volume de água vendida (milhões m3)	197,7	196,2	199,8	3,6	1,8%
Clientes diretos (n.º)	357.662	360.258	363.828	3.570	1,0%
Clientes Municipais (n.º)	17	17	17	-	-
Clientes multimunicipais (n.º)	2	2	2	-	-
Municípios abastecidos (exclui Lisboa) (n.º)	34	34	34	-	-
Consumidores ⁽¹⁾	2.887.434	2.876.464	2.875.941	-523	-0,02%
Área abastecida ⁽²⁾	7.095	7.095	7.095	-	-

⁽¹⁾ INE - População residente na área abastecida- período ref^a 2021 (Dados Censos 2021)

⁽²⁾ Área em Km² (ano de referência 2021)

INDICADORES FINANCEIROS¹

		2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Capital Social	(milhões EUR)	150,0	150,0	150,0	-	-
Capital Próprio	(milhões EUR)	640,1	654,1	671,9	17,8	2,7%
Ativo Líquido Total	(milhões EUR)	839,8	847,1	856,0	8,9	1,1%
Passivo Total	(milhões EUR)	199,7	193,0	184,1	(8,9)	-4,6%
Volume de Negócios	(milhões EUR)	161,2	160,5	170,0	9,5	5,9%
CMVMC	(milhões EUR)	1,9	1,8	1,9	0,1	4,6%
Fornecimento e Serviços Externos	(milhões EUR)	34,5	30,5	28,2	(2,4)	-7,8%
Investimento (ativos tangíveis)	(milhões EUR)	9,6	13,4	18,4	5,1	37,9%
Endividamento Bancário	(milhões EUR)	89,1	78,9	68,6	(10,3)	-13,1%
EBITDA	(milhões EUR)	94,0	98,9	110,7	11,8	12,0%
Margem EBITDA	%	58,3	61,6	65,1	3,5 p.p.	5,7%
Endividamento Líquido / EBITDA	n.º	-0,2	-0,4	-0,6	(0,2)	-48,8%
Resultado Líquido do Exercício	(milhões EUR)	47,0	49,7	58,0	8,4	16,9%
ROCE	%	8,8	9,4	10,9	1,5 p.p.	16,0%
Evolução do N.º de Trabalhadores	n.º	1.025	1.038	1.058	20	1,9%
N.º de Trabalhadores (EPAL)	n.º	651	644	642	(2)	-0,3%
N.º de Trabalhadores (AdVT)	n.º	374	394	416	22	5,6%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	29	29	30	1	3,4%
Prazo Médio de Recebimentos	dias	56	59	63	4	6,8%

Nota: Detalhe dos indicadores nos capítulos específicos do relatório, designadamente no capítulo financeiro

A EMPRESA

QUEM SOMOS

Missão, visão e valores

MISSÃO

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

VISÃO

Ser uma Empresa de referência no setor da água e do saneamento, em termos de qualidade do serviço público prestado, e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

VALORES

Os valores fundamentais da Empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Orientamo-nos pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

POLÍTICA DE GESTÃO

A política de gestão da Empresa foi atualizada pelo Conselho de Administração em setembro de 2020.

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a garantir o cumprimento da legislação, regulamentação e normas aplicáveis e da missão, visão e valores, assumem-se os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os

riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;

- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da Empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;
- Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a Empresa;
- Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;
- Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da Empresa e da sociedade;

- **Gestão de Ativos** – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da Empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;
- **Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social** – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da Empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;
- **Combate e Adaptação às Alterações Climáticas** – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da Empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;
- **Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio** – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;
- **Segurança da informação** – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da Empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma

a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da Empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;

- Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da Empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela Empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da Empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da Empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;
- Envolvimento da Cadeia de Fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;
- Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à Empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;
- Economia Circular – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

Descrição, atividades e presença

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de junho de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas

Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo Águas de Portugal.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa). Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

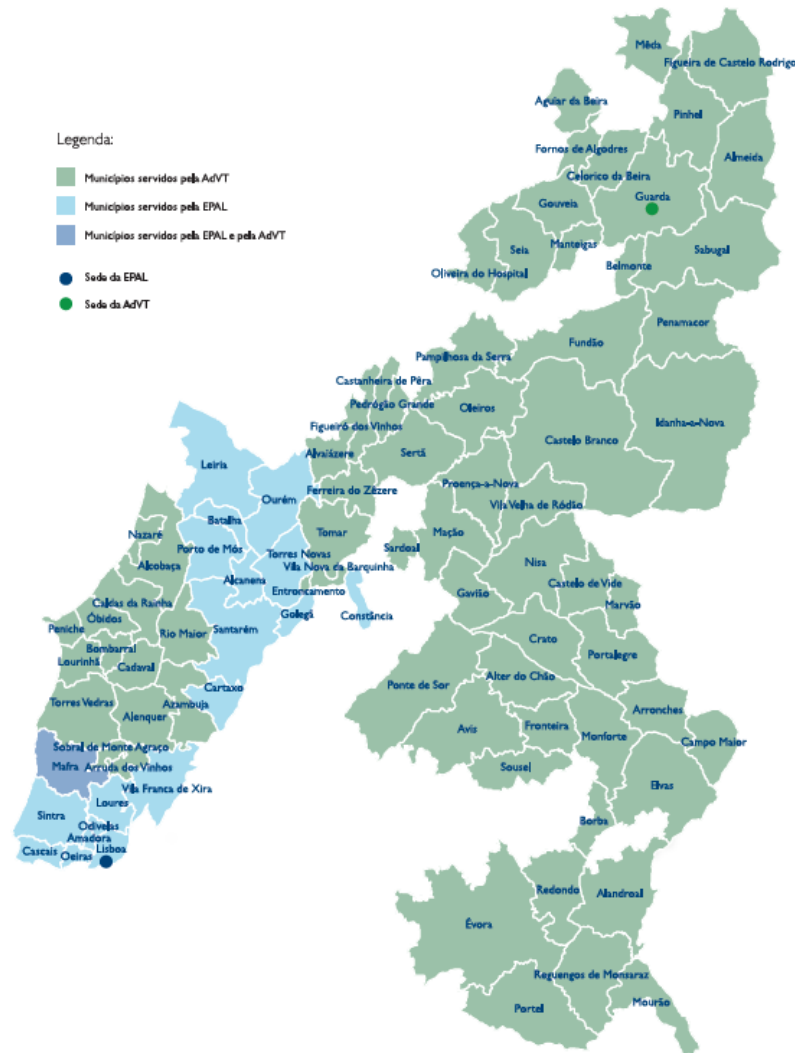
No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido red denominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles somente na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande,

Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;

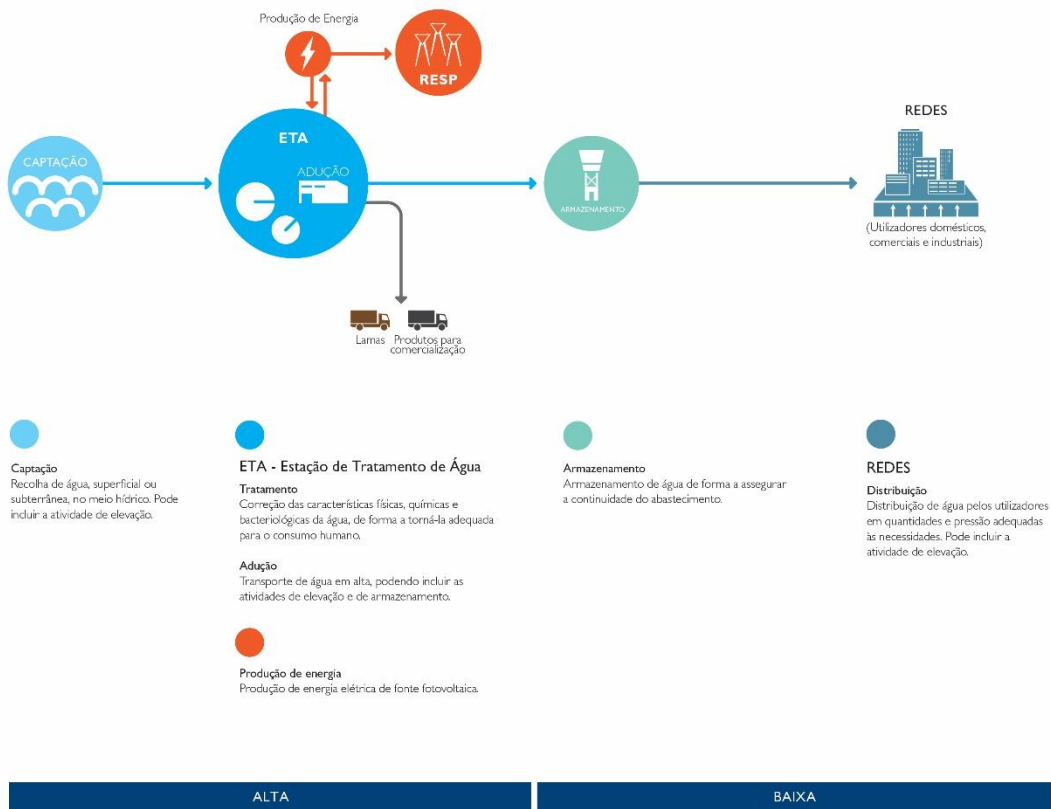
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.



Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem de água (captação) até à distribuição ao cliente final.

OPERAÇÃO ÁGUA



As nossas pessoas

A EPAL tem os seguintes princípios orientadores da gestão dos recursos humanos:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da Empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores/as dessa

empresa foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT.

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das oito empresas agregadas.

No final de 2022 a EPAL tinha 1.058 trabalhadores/as, dos quais 416 afetos à gestão delegada da AdVT.

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.025	1.038	1.058	+20	+1,9%
EPAL	651	644	642	(2)	(0,3%)
Gestão delegada AdVT	374	394	416	+22	+5,6%

A movimentação de pessoal ao longo do último triénio foi a seguinte:

	2020	2021	2022
Entradas	31	47	61
Saídas	36	34	41
Total	(5)	13	20

Em 2022 as saídas ocorridas (41) foram inferiores às entradas (61).

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O universo de 1.058 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2022, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.058 colaboradores, 777 são do sexo masculino (73%) e 281 do sexo feminino (27%).

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Homens	753	763	777	+14	+1,8%
Mulheres	272	275	281	+6	+2,2%

À semelhança dos últimos anos, continua a verificar-se a inexistência de trabalhadores/as com contratos a termo.

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Efetivos	1.025	1.038	1.058	+20	+1,9%
A termo	0	0	0	0	-

A idade média dos/as trabalhadores/as da EPAL manteve-se nos 47 anos.

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Idade média	47	47	47	-	0,0%
Trab. Por estrutura etária	1.025	1.038	1.058	+20	1,9%
idade - <25	5	9	11	+2	22,0%
idade - 25-34	72	73	86	+13	18,0%
idade - 35-44	375	348	317	-31	-8,9%
idade - 45-54	287	323	368	+45	13,9%
idade - >55	286	285	276	-9	-3,2%

A antiguidade média é de 17 anos.

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Antiguidade média	17	18	17	-1	-2,9%
Trab. por Antiguidade	1.025	1.038	1.058	+20	+1,9%
antiguidade - <2	84	67	100	+33	+49,3%
antiguidade - 2-5	98	151	137	-14	-9,3%
antiguidade - 6-10	76	34	45	+11	+32,4%
antiguidade - 11-20	427	441	394	-47	-10,7%
antiguidade - >20	340	345	382	+37	+10,7%

A caracterização por categorias profissionais é a seguinte:

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Trab. por nível profissional	1.025	1.038	1.058	+20	+1,9%
Quadros superiores	161	157	155	-2	-1,3%
Quadros médios	230	229	238	+9	+3,9%
Encarregados/mestres	21	21	18	-3	-14,3%
Altamente qualificados	141	138	137	-1	-0,7%
Qualificados	342	345	346	+1	+0,3%
Semi qualificados	130	148	164	+16	+10,8%

Cerca de 39% dos trabalhadores/as (415) detêm qualificações ao nível do ensino superior.

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Trab. por nível habilitações	1.025	1.038	1.058	+20	+1,9%
Ensino Básico	252	239	227	-12	-5,0%
Ensino Secundário	377	395	416	21	5,3%
Ensino Superior	396	404	415	11	2,7%

No ano de 2022 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 12.996 horas de formação, tendo abrangido 1.649 participantes.

Formação	2020	2021	2022
N.º de horas de formação	14.657	11.065	12.996
N.º. Participantes	925	1.381	1.649

A Taxa de absentismo em 2022 foi de 4,33%, correspondente a 82.215 horas de ausência, sendo que cerca de 69% das horas foram remuneradas pela empresa.

Absentismo	2020	2021	2022
Taxa de absentismo	4,49%	4,44%	4,33%
Horas de Absentismo	83.264	82.754	82.215

Em 2022 ocorreram 47 acidentes de trabalho, dos quais 29 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2020	2021	2022
Total de acidentes de trabalho	34	42	47
Acidentes de trabalho com baixa	15	24	29

Os indicadores de segurança foram os seguintes:

Índices de acidentes de trabalho	2020	2021	2022
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	19,12	16,62	19,74
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	8,44	12,00	14,10

TF=NA/HTx10⁶ | Tf=NAita/HTx10⁶

NA – Número de acidentes

NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

Os nossos Stakeholders

A EPAL está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

O relacionamento da Empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da Empresa na sua vivência diária.



Deveres especiais de prestação de informação

A EPAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

No ano de 2022 foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela EPAL no âmbito da sua relação com os principais stakeholders da Empresa, designadamente:

Foram desenvolvidas diversas iniciativas de aproximação à comunidade e aos clientes, merecendo destaque:

- Lançamento do Bule de chá AQUA NOVA

A EPAL assinalou o dia 2 de abril, dia do seu 154º aniversário, com o lançamento do novo bule de chá AQUA NOVA, em grés reciclado. Uma peça totalmente sustentável pronta para receber a água da torneira e que irá dar à mesa dos consumidores uma nova inspiração.

A EPAL e a COSTA NOVA criaram esta peça pioneira em grés reciclado, tornando-a ainda mais eficiente e ecológica, incorporando totalmente a circularidade do reaproveitamento.

O novo bule tem o medalhão icónico ilustrativo do Aqueduto das Águas Livres, sendo uma ode a esta emblemática obra de arquitetura que muito contribuiu para o desenvolvimento da capital.

A divulgação foi efetuada sobretudo nos meios digitais da EPAL, no Site EPAL, Redes Sociais, complementados por anúncios de imprensa e o novo Bule AQUA NOVA foi colocado à venda nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

- Projeto “Rede de Bebedouros de Lisboa”

Em 2022 foi iniciada a segunda fase do projeto, um dos maiores investimentos da história da EPAL, e que resulta de uma parceria entre a EPAL, o Município de Lisboa e a ONGA GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.

Foram instalados 59 dos 170 bebedouros desta segunda fase, estando prevista a conclusão deste projeto no decorrer do primeiro semestre de 2023.

- Pátio da Água

Em 2022, o Pátio da Água regressou a Lisboa após dois anos de interregno, fruto das contingências pandémicas impostas. O relançamento deste projeto era há muito aguardado pela Empresa, que desenvolve esta iniciativa em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a Lisboa E-Nova. A 19 de julho, as portas do Pátio abriram-se, devolvendo à capital portuguesa um espaço único quer pela sua localização quer pelo conceito de oferta de água da rede pública- natural ou aromatizada- defendendo o seu uso eficiente e disseminando uma mensagem de sustentabilidade ambiental. Manteve-se em funcionamento até ao dia 9 de setembro, convidando lisboetas e turistas a beberem um copo de água da EPAL, reconhecida pela sua excelente qualidade. Para além da oferta de água, a edição de 2022 apresentou várias novidades: contou com dois embaixadores, Carolina Patrocínio e Gonçalo Uva, que se juntaram à EPAL na defesa e promoção da qualidade e consumo de água da torneira. Também Catarina Barreiros, influenciadora digital, founder & CEO projeto Do-Zero, reconhecida pela sua dedicação à causa da proteção do ambiente, aliou-se ao projeto, ajudando a Empresa a levar

mais longe a mensagem da proteção da nossa casa comum: o Planeta Terra. A Empresa associou-se ainda à reconhecida marca de gelados portuguesa Santini, oferecendo 5000 picolinis - feitos com água da torneira- aos seus visitantes.

Dando continuidade a diversas parcerias promovidas no âmbito do uso sustentável de água na culinária, a Empresa promoveu, neste espaço, 3 *workshops* de culinária com a participação de Isabel Zibaia Rafael, autora do blogue “Cinco Quartos de Laranja” e parceira da EPAL na defesa de consumos sustentáveis e reutilização de água e alimentos na cozinha. Abertos à participação de toda a população e subordinados ao tema “Receitas de verão com cor e sabor”, todos os eventos tiveram lotação esgotada, proporcionando a todos os participantes a oportunidade de aprender a confeccionar receitas frescas, ideias para os dias mais quentes típicos desta estação do ano. As receitas apresentadas foram pensadas para reaproveitar sobras e evitar o excesso de consumo energético na sua preparação e acumulação de demasiada loiça suja, o que se traduz, também, em poupança de água. Foi também no Pátio da Água que a EPAL relançou a experiência “Waterstar” que também se revestiu de novidade, já que foram apresentadas 4 receitas de iced teas sustentáveis ao invés de águas aromatizadas.

Já a 9 de setembro, dia do encerramento, a EPAL voltou a surpreender ao desvendar quem será o próximo chef a assinar a coletânea de receitas “A irresistível água da torneira à mesa com...”. Fábio Bernardino, que marcou presença com um *showcooking* exclusivo com água da torneira. Sobre o sucesso do Pátio da Água, os números falam por si: foram oferecidos 15 mil copos de água e 5000 gelados em 38 dias. O Pátio regressará no próximo verão e a Empresa já está a preparar novas ações para a próxima edição e que serão, uma vez mais, acessíveis a toda a população.

- Nova Loja do Cidadão das Laranjeiras

Também no decurso de 2022, a EPAL procedeu à renovação da sua área de Atendimento a clientes na Loja do Cidadão das Laranjeiras, abrindo uma área com mais espaço e funcionalidade. Com uma atmosfera que evoca a “Água”, apresenta agora uma melhoria nas condições de Atendimento e na experiência do Cliente, posicionando-se num espaço mais funcional e melhor preparado para receber e dar resposta à afluência de clientes.

O novo posto oferece maior capacidade de Atendimento e uma imagem mais viva, onde a Água é o elemento central, num design clean e transparente, como a própria água, com elementos de contraste turquesa, evocando a “Água” e a “Natureza” numa atmosfera refrescante e cristalina.

Este novo espaço transmite, aos visitantes, a primazia dada ao cliente, a dinâmica da Empresa e a sua responsabilidade ambiental, estando preparado para dar toda a atenção às solicitações do público, com eficácia e rapidez.

- Parceria com a APSA – Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger

A EPAL celebrou uma parceria sustentável com a APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, associação que apoia e orienta pessoas com Síndrome de Asperger, de todas as idades, e as suas famílias, tendo como missão promover o apoio e a sua integração social, favorecendo as condições e capacitando para uma vida autónoma e digna. Neste contexto, a EPAL lançou ao Ateliê de Costura o desafio de conceber uma peça para acompanhar as refeições, sensibilizando para o consumo sustentável de água da torneira e sua utilização numa alimentação sem desperdício.

Foram confeccionadas duas coleções de “Individuais de Mesa”, conciliando funcionalidade e estética, uma lançada em 18 de fevereiro, Dia Internacional da Síndrome de Asperger, e outra no Dia Mundial dos Oceanos, em 8 de junho, esta última com um padrão alusivo à vida marinha. Estas iniciativas visaram sensibilizar para o consumo sustentável, ao mesmo tempo que assinalaram a relevância do respeito pelo trabalho, cooperação e valorização das pessoas com Síndrome de Asperger.

- Lançamento da Campanha Nova Área Digital da Qualidade da Água

No Dia Nacional da Água, a 1 de outubro, a EPAL lançou junto dos seus clientes a campanha “Beba água com segurança e satisfação”, destinada à divulgação da Nova Área Digital no seu site sobre a Qualidade da Água, facilitando o acesso à informação sobre diversas temáticas, como o Tratamento e Controlo da Qualidade da Água fornecida, Boas Práticas de Manutenção e Higienização de Redes Prediais e Acessórios e ainda esclarecimento de dúvidas. Beber água da torneira é um gesto sustentável que espelha a confiança na missão da EPAL, que continua a apostar forte na área digital, disponibilizando num só local, informação útil e variada. Esta iniciativa contou com a colaboração da Direção de Laboratórios, da Direção de Operações de Abastecimento de Água e da Direção Comercial.

- Campanha EPAL e Hotel Double Tree by Hilton Lisbon - Fontana Park uniram-se em prol da Poupança de Água e da Sustentabilidade

Igualmente em celebração do Dia Nacional da Água, dia 1 de outubro, esteve em curso uma campanha de sensibilização focada na sustentabilidade ambiental, com o Hotel DoubleTree by Hilton Lisbon - Fontana Park, que ofereceu aos hóspedes um sabonete personalizado da EPAL com a gravação “Poupo água da torneira”, um marcador de livros e um cartão convidando à “Hora do chá”, com uma saqueta, uma receita e dicas para beber mais água da torneira.

A iniciativa foi um sucesso, tendo os clientes deixado *feedbacks* muito positivos e manifestado agrado pela preocupação da EPAL e da cadeia Hilton na conscientização para a poupança de água e segurança no consumo de água da torneira. Os hóspedes levaram consigo, no regresso aos seus países, uma lembrança da universalidade da mensagem da poupança de água, de forma inovadora e criativa. Esta foi uma iniciativa conjunta com a Direção Comercial.

- Campanha de Parceria com a Zomato

A EPAL e a Zomato estabeleceram uma parceria com o intuito de comunicar o valor da água da torneira junto da comunidade, tendo para o efeito, desenvolvido um conjunto de ações dirigidas à população para promover o consumo de água da torneira, a sua qualidade, bem como sensibilizar para o seu uso eficiente e sustentável.

No ano de 2022 a parceria focou-se no digital e nas redes sociais. Para assinalar o Dia Mundial da Água, foi feita uma campanha *give away* na página do Instagram da Zomato, desafiando os seguidores do instagram da Zomato a seguir a página da EPAL no Instagram e darem uma frase original, ilustrativa da importância da água da rede pública. Esta campanha teve uma excelente adesão por parte do público, que surpreendeu com conteúdos criativos inspirados na importância da Água.

No verão foi lançada nova campanha nas *e-newsletters* da Zomato, desta vez sensibilizando para o uso eficiente da água, tendo sido divulgadas dicas da Campanha “Vamos Fechar a Torneira à Seca”.

- Lançamento do Microsite Relatório e Contas

Cientes da importância que assume a comunicação do Relatório e Contas da Empresa juntos dos vários *stakeholders*, a EPAL, no sentido de tornar o acesso aos diferentes conteúdos mais apelativos e simplificado, desenvolveu um microsite onde apresenta de forma interativa e

dinâmica o retrato do que foi o exercício do ano 2021 na história da nossa água: os resultados, os investimentos, a segurança de quem conosco trabalha e de quem de nós depende, a prestação de um serviço de excelência, o respeito pelo ambiente e a solidariedade e, ainda, a vontade de inovar e criar. Este microsite está disponível no Site EPAL podendo ser acessido por todos os públicos interessados.

- Campanha H2O Quality - Agora disponível em 10 idiomas

A aplicação inédita H2O Quality foi originalmente lançada em julho de 2019 e posicionou Lisboa como a primeira cidade do mundo onde a transparência desta informação está acessível a todos, demonstrando a confiança da EPAL no trabalho realizado todos os dias.

Desde julho de 2022, a app que já estava disponível em português e inglês, passou a apresentar-se em 10 idiomas, juntando-se o Ucrainiano, Espanhol, Francês, Alemão, Italiano, Árabe, Japonês e Mandarim, de forma a dar resposta à necessidade de melhorar a integração de habitantes de nacionalidade estrangeira e também dos turistas que visitam Lisboa diariamente.

Com esta app gratuita todos podem optar por consumir água da torneira, a escolha mais sustentável, com confiança e segurança e encontrar o caminho até ao bebedouro mais próximo. A divulgação da H2O Quality nos 10 idiomas teve lugar na imprensa, no Site e Redes Sociais.

- Campanha OnPocket 2.0

A aplicação OnPocket é uma ferramenta imprescindível de comunicação interna e está disponível na Apple Store e Google Play para todos os trabalhadores. A primeira versão desta aplicação foi disponibilizada em 2020 tendo em maio de 2022 sido lançada a versão 2.0 que oferece aos trabalhadores mais funcionalidades e informações de interesse geral relacionadas com a organização.

Para a sua divulgação foram utilizados os canais de comunicação interna: intranet e jornal interno "Águas Livres".

- Movimento S

Em 2022, as empresas do Grupo AdP apoiaram o Movimento S, um movimento que tem como base o combate à obesidade infantil e que tem por objetivo criar uma corrente capaz de mobilizar crianças, pais e professores para a adoção de um estilo de vida saudável, através da

mudança de hábitos alimentares e da inclusão da prática de exercício físico na sua rotina, onde o consumo da água da torneira e de boas práticas ambientais têm um papel fundamental.

O projeto contemplou a produção de um programa de televisão, que estreou em novembro na SIC Mulher, e contou com um episódio dedicado à EPAL onde os protagonistas do Movimento S visitaram o Aqueduto das Águas Livres, a Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos e ainda o Laboratório Central no Parque das Nações divulgando assim o trabalho desenvolvido pela EPAL nestas áreas.

- Campanha "Poupe Hoje para ter amanhã. Não Gaste mais do que precisa " – Municípios em Alta

Em fevereiro de 2022, Portugal encontrava-se em situação de seca severa, sendo a região norte uma das mais afetadas. Neste sentido, a EPAL e a AdVT receberam, por parte do município de Mêda, um pedido de ajuda para dar resposta à situação de seca vivida na região da Beira Interior, especialmente nos municípios servidos pela Albufeira de Ranhados e que nesse momento apresentava volumes abaixo da média para essa altura do ano. A captação na Albufeira de Ranhados é da responsabilidade da AdVT, que serve o concelho de Mêda através da ETA de Ranhados. Contudo, a água potável é vendida à Águas do Norte que, através de pontos de entrega, a faz chegar aos municípios de São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa e uma freguesia no município de Tabuaço. Assim, foi apresentado, na Casa da Cultura de Mêda, o "Plano de Ação para a Gestão Eficiente do Abastecimento de Água a partir do Subsistema de Ranhados", pelas equipas da EPAL/Águas do Vale do Tejo e Águas do Norte. Entre as medidas a implementar foi desenvolvida uma campanha de sensibilização para a poupança e uso eficiente da água a ser lançada nos quatro municípios em simultâneo.

Sob o mote "Poupe água hoje para ter amanhã. Não gaste mais do que precisa" a campanha apelou à mudança de comportamentos, no sentido de pouparmos água e fazermos um uso racional deste recurso tão precioso.

Contudo, e cientes da situação complexa que Portugal estava a atravessar, a EPAL e Águas do Vale do Tejo resolveram disponibilizar a mesma aos 87 municípios servidos em Alta pela EPAL e a AdVT. Também as 27 entidades gestoras, que atuam na nossa área de abrangência, foram abrangidas pela mesma, oferecendo a EPAL e a AdVT, quer aos municípios quer às entidades gestoras, o custo de conceção, conteúdos, *copy*, *design* e criatividade e a personalização de todos os suportes.

Para tal, foram desenvolvidos um conjunto de suportes de comunicação: *media kit*, *outdoor*, *mupi*, cartaz, anúncio de imprensa, spot de rádio, folheto para divulgar junto da comunidade, suportes digitais (assinatura de email, cabeçalho e banner para sites e redes sociais) e posts para redes sociais.

A mesma contou com a adesão por parte de 17 municípios e 8 entidades gestoras.

De realçar ainda que, além da Águas do Norte, nossa parceira nesta campanha desde o início, também as restantes empresas do Grupo Águas de Portugal resolveram aderir e divulgá-la junto dos seus municípios, passando a mesma a ter um cariz nacional, contando também com o apoio da APA – Agência Portuguesa do Ambiente.

- Campanha “Não deixe que esta seja a gota d’água” - Lisboa

A EPAL lançou no Dia Mundial da Água – 22 de março, em Lisboa, uma campanha de sensibilização para a poupança e uso eficiente da água, dirigida aos seus clientes servidos pela rede pública.

Sob o mote “Não deixe que esta seja a gota d’água. Poupe hoje para ter amanhã”, a Campanha apelou à mudança de comportamentos, no sentido de pouparmos água e fazermos um uso racional deste recurso tão precioso, mesmo quando chove e as nossas albufeiras estão cheias. A campanha foi divulgada através de *outdoors*, com mensagem que apela à poupança de água, espalhados por toda a cidade, envio de comunicação personalizada para os clientes da EPAL e através de uma campanha de divulgação nas redes sociais com a parceria dos influenciadores João Baião, Sara Prata, Lara Rodrigues e João Manzarra, que fizeram *posts* e *stories* a sugerir dicas sustentáveis e a apelar à mudança de comportamentos.

Além disso, foi enviado um press kit, composto por uma mochila de pano, uma ardósia com a # da campanha, #*PoupeÁguaHojeParaTerAmanhã*, uma Fill Forever Fauna, um redutor de caudal e um flyer explicativo da campanha, a um conjunto alargado de influenciadores. Os resultados desta ação foram muito positivos pois registámos o maior crescimento de sempre, num curto espaço de tempo, na nossa comunidade no Instagram e tivemos mais de 77 partilhas por cerca de 34 pessoas diferentes.

- Comunicação de empreitadas - Reabilitação da Conduta Telheiras – Calçada de Carriche

Em agosto de 2022, a EPAL deu início à empreitada de “Reabilitação da Conduta Telheiras – Calçada de Carriche”, que contempla a total substituição de uma das principais condutas no

abastecimento de água à cidade de Lisboa, num investimento total de 4 milhões e 700 mil euros e duração prevista de 18 meses. Embora a obra decorra totalmente dentro da cidade de Lisboa, por ser numa das principais vias de entrada na capital, impacta a população residente dos concelhos limítrofes, principalmente de Odivelas, mas também de Loures, Mafra, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Lourinhã e Torres Vedras.

Após o envio de cartas a todos estes interlocutores a informar sobre a empreitada, foram realizadas reuniões com as 2 freguesias mais impactadas em Lisboa e com todas as freguesias do município de Odivelas. Reunimos também com o Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas nesse sentido.

Além disso, o plano de comunicação previu a divulgação da mensagem através do envio de infomail a todos os fregueses, serviços, comércio e escolas das freguesias impactadas, a explicar a empreitada e os seus benefícios, divulgação de cartazes informativos nas freguesias impactadas, colocação de tapumes/napas de obra no local com mensagens de sensibilização, transmissão de *spot* de rádio nas principais rádios nacionais, inserção de anúncios de imprensa em meios de comunicação social de âmbito local e regional, informação nos painéis de mensagem variável da Auto Estradas do Atlântico e nas Infraestruturas de Portugal nos acessos a Lisboa, criação de página dedicada à empreitada no site da EPAL, campanha nas redes sociais da Empresa e envio de *e-newsletter* aos clientes da EPAL.

Apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural:

Durante o ano de 2022, a EPAL prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural apoiou e patrocinou a realização das seguintes atividades e eventos:

- EPAL apoiou o 20º Encontro de Engenharia Sanitária e Ambiental (ENaSB), realizado em Cascais, com o tema “Guia Para a Sustentabilidade do Setor da Água”. O GPS do Ciclo da Água que visa analisar as Estratégias desenhadas para o futuro do Setor e a emergência de um novo Mundo onde se observa uma escassez crescente de recursos naturais e a necessidade de ligar diferentes setores onde os subprodutos e resíduos de uns são os recursos de outros, criando uma oportunidade única no desenvolvimento de ligações sustentáveis.
- EPAL apoiou o XX Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, subordinado ao tema “Água e Sustentabilidade Ambiental: Desafios e Ação”, que teve por objetivo analisar e debater assuntos no âmbito dos recursos hídricos e da engenharia sanitária e ambiental.

- A EPAL, no âmbito da responsabilidade social, voltou a apoiar a Festa de Natal das pessoas em situação de sem-abrigo, promovida pela Comunidade Vida e Paz, que já soma 34 edições.
- A EPAL, também no âmbito da responsabilidade social, concedeu um donativo à Liga Portuguesa Contra o Cancro, considerada uma entidade de referência nacional no apoio ao doente oncológico e família, na promoção da saúde, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação em oncologia.
- Visão Fest 2022 teve como tema “Miúdos Fantásticos” com uma abordagem dinâmica e interativa que proporcionou a partilha e divertimento através da realização de experiências e ateliês dirigidos aos mais novos e famílias com foco na vertente da sustentabilidade ambiental abrangendo *workshops* de Águas Aromatizadas e Jogos da Água.
- A EPAL deu o seu apoio à edição do livro “O rio que Lisboa bebeu” que aborda a história do Aqueduto do Alviela, que transportou para Lisboa a partir de 1880 as águas captadas nos Olhos d’Água do Rio Alviela. Obra hidráulica grandiosa levada a cabo pela CAL – Companhia das Águas de Lisboa - então dirigida por Carlos Zeferino Pinto Coelho. O livro é da autoria do reconhecido escritor Mário Rui Silvestre, com prefácio do Professor Doutor Jorge Custódio.
- Patrocínios Fill Forever, no âmbito da promoção da sustentabilidade e consumo da água da torneira, através da oferta de garrafas Fill Forever às seguintes entidades e eventos:
 - *AIESEC in Lisboa Centro*
 - *Associação Portuguesa de Surdos*
 - *ClubeMed Surf*
 - *Conferência EYE@Lisbon2022*
 - *48 Hour Film Project*
 - *Conferência do Oceanos ONU*

Ainda no âmbito da promoção da sustentabilidade e consumo da água da torneira, a EPAL foi parceiro sustentável dos seguintes eventos e atividades, através das suas garrafas Fill Forever:

- *Escola de Hotelaria de Portalegre*
- *Proteção Civil de Lisboa - Centro de Apoio aos Refugiados da Ucrânia*
- *Comissão Nacional de Juventude*
- *Paróquia dos Olivais*
- *Instituto Marquês de Valle Flôr*
- *ISEL*
- *Paróquia da Azambuja*
- *Junta de Freguesia Campo de Ourique*
- *Casa Pia de Lisboa*
- *APDA*
- *Saladas em Família da Câmara Municipal de Lisboa*

- *Gebalis - Programa Lotes ComVida*
- *Visão Fest*
- *Academia do Poder Local*

Para além de eventos externos, a Fill Forever foi também utilizada para projetos internos, dos quais se destacam o “Cabaz Nascimento” e os prémios escolares da campanha “Não Vás ao Engano, Lixo não é no Cano”.

Educação ambiental:

O programa “Educação Ambiental em ação” continuou em 2022 a realizar ações de sensibilização e educação ambiental junto do público escolar e de outras entidades, em modo presencial e *online*, quer em sala de aula quer com sessões de jogos didáticos ou *workshops* de águas aromatizadas, num total de 88, com o envolvimento de 4 500 crianças, jovens e adultos. Com estas ações também foi assinalada a Semana da Criança, em junho, numa parceria com as Juntas de Freguesia do Beato e de Campo de Ourique.

No Dia Mundial da Água, no âmbito do Orçamento Participativo Escolar e em parceria com o Município de Lisboa, realizou-se uma cerimónia de inauguração de bebedouros EPAL oferecidos a uma Escola Básica de 2º e 3º Ciclos, em que participaram cerca de 50 pessoas entre alunos, professores e representantes de outras entidades.

Também para comemorar o Dia Mundial da Água, e em parceria com os Municípios de Castelo Branco e Arruda dos Vinhos, organizaram-se sessões de Jogos da Água para alunos, que envolveram cerca de 1 400 crianças. O Dia foi ainda comemorado com ações de sensibilização, *workshops* e Jogos da Água em escolas de Ponte de Sôr e Mêda.

O Município de Mafra convidou-nos a estar presentes no evento “Há Festa no Parque”, durante dois dias, por ocasião do Dia Mundial do Ambiente, tendo havido sessões de Jogos da Água participados por pessoas de todas as idades.

Também para comemorar o Dia Mundial do Ambiente, e a convite do Município de Lisboa, levámos Jogos da Água até ao Parque Florestal de Monsanto.

O Município de Lisboa convidou-nos ainda a participar no júri do evento “Saladas em Família”, tendo sido realizada também uma mini palestra para as famílias presentes.

A EPAL também participou, a convite, no Boot Camp EPIS 2022. A palestra sob o tema “Água: Fonte de Vida” foi assistida por cerca de 40 alunos de todo o País.

Para além de integrar os conselhos Eco-Escolas de alguns estabelecimentos de ensino, participámos na cerimónia do hastear da bandeira Eco-Escolas, a convite da Direção da Escola José Régio, em Portalegre.

Foram realizadas 12 ações de sensibilização ambiental em 6 praias fluviais de 6 concelhos, em fins-de-semana de julho e agosto: Praia Fluvial de Azenhas d’El Rei (Alandroal), Praia Fluvial do Alamal (Gavião), Praia Fluvial da Ribeira Grande (Sertã), Praia Fluvial de Ana de Aviz (Figueiró dos Vinhos), Praia Fluvial de Aldeia Viçosa (Guarda) e Praia Fluvial de Valhelhas (Guarda). Estas ações têm como objetivo sensibilizar os veraneantes e comunidades locais para a gestão do Ciclo Urbano da Água, a proteção dos recursos hídricos e para o uso racional da água. Neste ano, muito em particular, atendendo ao período de seca que o País atravessava, incentivámos à adoção de simples gestos diários que contribuem para uma diminuição do consumo da água.

E ainda a propósito de praias fluviais foram produzidos textos e anúncio que integraram a edição do jornal Expresso “25 praias marítimas e fluviais imperdíveis”.

Outras atividades e projetos foram concretizados com a participação da comunidade no geral, nas áreas de atuação da EPAL e da Águas do Vale do Tejo, onde se incluem as participações no webinar “Boas Práticas de Educação Ambiental”, promovido pela Associação de Defesa do Património de Mértola; no Fórum destinado a professores e promovido pela Liga para a Proteção da Natureza, sob o tema “Educação Ambiental: O Desafio dos Recursos Hídricos”; no webinar realizado no Instituto Politécnico de Portalegre, com o tema “Consumo e Usos da Água da Torneira”; no Veganário Fest 2022, com *workshop* de águas aromatizadas e ação de sensibilização; no Visão Júnior Fest 2022, onde para além da dinamização de Jogos da Água, se realizaram sessões “Hora do Conto” para os mais pequenitos; e no Wonderland Lisboa, com Jogos da Água.

Foram realizadas 35 visitas a instalações operacionais das áreas de atuação da EPAL e da AdVT, em que participaram mais de 900 pessoas, na esmagadora maioria público escolar.

Estivemos presentes em dois certames na área de atuação da AdVT: a XII ExpoMêda, com stand subordinado ao tema “Poupe água hoje para ter amanhã” e na XI Feira do Montado, em Portel, com stand com o tema “Investimento na qualidade de vida das populações e no futuro do Planeta”.

Pelo Laboratório da Água da EPAL na KidZania, passaram mais de 10 000 crianças que realizaram a atividade proposta naquele espaço, a de técnico de um laboratório de água. Por ocasião dos Dias do Pai e da Mãe lançámos dois passatempos internos e oferecemos ingressos para Trabalhadores e filhos.

Foram produzidos dois anúncios, por ocasião do Dia Mundial da Água e a propósito das ações de sensibilização de verão, em praias fluviais, publicados na revista Estrelas & Ouriços. Também na Estrelas & Ouriços foi feita a divulgação da competição nacional do Aquaquiz, divulgação também feita na Intranet e Redes Sociais. O anúncio do Dia Mundial da Água também foi publicado na Visão Júnior.

Foi ainda produzido o livro de passatempos “A nossa Água”, com conteúdos trabalhados por um dos estagiários da Escola de Ciências Geográficas de Lisboa, destinado ao público escolar.

Produção de 8 pequenos vídeos destinados a uma Campanha nas Redes Sociais intitulada “Uma gota parece pouco e dá para tanto”, que foi lançada no Dia Nacional da Água.

Produção do vídeo “O Planeta é a nossa Casa”, baseado no conto com o mesmo nome.

Numa parceria Grupo AdP e Cofina, co-participação em dois vídeos – “Água Virtual” e “Chefs Circulares” –, para a rubrica televisiva “1 minuto pela Água” da CMTv.

Apoio à 28ª edição do Cine Eco Seia – Festival de Cinema Ambiental. Integrámos o júri do prémio “Valor da Água” e estivemos presencialmente em todas as sessões, durante uma semana, na cerimónia de encerramento e entrega dos Prémios.

No âmbito do programa de incentivo ao consumo da água da torneira, foram oferecidos bebedouros à Escola Secundária de Ponte de Sor, à Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, à Escola José Régio em Portalegre, a 4 Escolas do Instituto Politécnico de Portalegre, com a realização de cerimónias simbólicas de adesão ao consumo exclusivo de água da torneira.

Aderiram ainda ao programa de consumo exclusivo de água da torneira o Jardim Escola João de Deus, em Lisboa, e a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas, de Castelo de Vide.

No âmbito das parcerias com as Organizações Não Governamentais do Ambiente, foram realizadas as seguintes atividades:

Quercus

- Produzidos e divulgados na Intranet e Redes Sociais, 4 vídeos de sensibilização, abordando os temas do Ambiente e da Água.

- No âmbito da ação de apadrinhamento, em 2021, de seis animais selvagens, em recuperação no Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens, em Castelo Branco, foram ainda divulgados na Intranet e nas Redes Sociais, 2 vídeos que deram conta da libertação de um afilhado e de um outro que, por não reunir as condições necessários para ser libertado, ficou a viver em permanência no Centro.
- Deslocações de vigilância e monitorização no perímetro da albufeira de Castelo do Bode.

LPN – Liga para a Proteção da Natureza

- Realizadas quatro sessões de webinares, que decorreram em modo *online*, subordinadas aos temas “Onde o rio encontra o mar: a riqueza dos estuários”, “Rios, ribeiros e ribeiras: a vida nas linhas de água”, “Charcos temporários: redutos de tesouros naturais” e “Lagoas de montanha: importância ecológica no extremo”. Os webinares contaram com a presença de diversos oradores de relevo dos setores da Água e do Ambiente e dos elementos da equipa de Educação Ambiental.
- Concretizadas quatro oficinas de verão – com os títulos “Biodiversidade em alerta vermelho”, “Os oceanos sob ameaça”, “Proteger a biodiversidade” e “Conservação da natureza”, este último em formato de Peddy paper. Sessões de carácter gratuito e com uma duração de cerca de 60 minutos que contaram com participantes internos e externos à Empresa.
- No âmbito do programa “Despertar para a Natureza”, foram realizadas sete saídas de campo, com alunos dos 2º e 3º ciclos. Este projeto surge para “despertar” nos mais jovens uma consciência ambiental, proporcionando aos alunos um contacto direto com a natureza e a biodiversidade.

ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

- Ações de sensibilização e promoção para o consumo e água da torneira junto da população.

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa

- Participação na eleição dos projetos candidatos à edição de 2022 ao concurso “O Mar começa Aqui”.

Eventos, Inaugurações e Assinaturas de Contrato:

- Sessão Pública “EPAL, a Água que abraça Lisboa – A cidade, a comunidade, a sustentabilidade ambiental, o Planeta e o futuro” - A 25 de novembro, teve lugar a sessão de apresentação pública de 10 projetos que se encontram em curso e têm na sua génese a cidade, a comunidade, a sustentabilidade ambiental, o Planeta e o futuro. A sessão contou com as presenças dos Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas e Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, Pedro Costa.

Foram apresentados os seguintes projetos:

- Bebedouro na cidade – A sua água em qualquer ponto da cidade;
 - Aqueduto e Galerias subterrâneas – Os caminhos da água;
 - Reabilitação Chafarizes – Património com água;
 - Reabilitação Lago Príncipe Real – A água faz o lago;
 - Reabilitação Penha de França – Uma vista de 360º sobre Lisboa;
 - Aqueduto das Águas Livres – Regresso às origens;
 - Fotovoltaicos – 0% Energia;
 - Novo edifício Amoreiras – Requalificação e Valorização;
 - Residências para estudantes Águas de Portugal – Investimento na Educação dos Jovens;
 - Nova Academia – Cultura da água.
- Sessão Pública “EPAL 0% - Neutralidade Energética” - Decorreu a 29 de novembro, na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira, a apresentação pública do “EPAL 0% - Neutralidade Energética” a que se seguiu a cerimónia de assinatura de 3 contratos que reforçam o compromisso da Empresa rumo à neutralidade energética e a resiliência de todo o sistema de abastecimento face às alterações climáticas ou outros eventos, num investimento superior a 55 milhões de euros.

A sessão contou com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, do Presidente da Assembleia Municipal de Tomar, do Conselho de Administração da EPAL e da AdVT, de representantes de várias áreas da Empresa e outras entidades do setor.

Iniciativas de Comunicação com Clientes:

Campanha de Incentivo ao Consumo Água da Torneira em Lisboa conquistou 43 Entidades Públicas e Privadas

Em 2022 aderiram ao desafio de sustentabilidade da EPAL mais 43 Entidades que assumiram o compromisso com o consumo de água da rede pública de Lisboa, passando a disponibilizar

água da rede pública nos seus espaços comuns (Salas de Reuniões, áreas de Coffee Break e Cantinas) tornando este bem acessível a todos os seus públicos.

O ano arrancou com a adesão da ADENE - Agência para a Energia, que veio juntar-se a outros organismos públicos, como sejam, também aderentes neste ano, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, a Cruz Vermelha Portuguesa e a Liga dos Combatentes do Ministério da Defesa, a PGR - Procuradoria Geral da República, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência.

A campanha conquistou, igualmente, a adesão por parte de diversas associações sem fins lucrativos, como a APSA - Associação Portuguesa de Asperger, a APCL - Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa e a APPADCM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental e ainda a UNICEF Portugal.

No segmento da saúde destaca-se o Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto. No âmbito do ensino, refira-se a adesão do Instituto Universitário Militar, da Universidade Nova de Lisboa que completou a adesão de todas as suas unidades orgânicas, incluindo a Reitoria da Universidade, a ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública, a FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a NOVA School of Law, entre outras. Ainda neste âmbito juntam-se, também, à EPAL a Escola Profissional Agostinho Roseta, a Escola Jardim João de Deus dos Olivais e o Agrupamento de Escolas de Alvalade que agrega 4 Escolas.

Quanto aos Órgãos de Comunicação Social é de salientar a adesão da Cofina. No âmbito do desafio lançado ao Conselho Nacional da Juventude, aderiram diversas parceiras como sejam as juventudes partidárias: Juventude Socialista, Juventude Social Democrata e Juventude Popular, a APCC - Associação para a Promoção Cultural da Criança, a AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica e o CNE – Corpo Nacional de Escutas.

Uma estreia absoluta no segmento das artes foi a adesão de Bordalo II que afirmou o seu compromisso com o consumo sustentável de água da torneira na exposição “Évilution”, a qual recebeu mais de 80.000 pessoas em Lisboa, destinada a sensibilizar o público para o impacto da evolução da humanidade e da emergência climática.

Iniciativas com Aguadeiros e Bebedouros

A EPAL tem vindo a apoiar atividades de natureza ambiental, científica, social/cultural e desportivas, com o objetivo de interagir ativamente com a comunidade, marcando presença assídua nas mais diversas iniciativas. Desta forma, tem vindo a atuar como parceira privilegiada para a sustentabilidade de inúmeras Entidades, apoiando-as no veicular de bons hábitos e no imprimir de uma maior responsabilidade ambiental aos seus eventos.

Em 2022, a EPAL apoiou diversas ações com Aguadeiros, promovendo o consumo de água da rede pública junto dos mais variados públicos, assegurando, assim, uma pegada ecológica mais verde e contribuindo para uma cidade mais eco-friendly.

Estas iniciativas realizaram-se em conjunto com algumas das nossas entidades parceiras, como a Nova Medical School, a CML, a Lisboa E-Nova, os SSAP - Serviços Sociais da Administração Pública e a Junta de Freguesia de Alcântara, que contaram com a presença de Aguadeiros para oferta de água da torneira e *refill* das garrafas reutilizáveis dos próprios participantes, que cada vez mais traduz uma tendência da comunidade.

Este ano mereceu destaque a participação da EPAL no Rock in Rio, onde a EPAL esteve, pela primeira vez, com a oferta de água da torneira através de aguadeiros e de bebedouros.

Esta iniciativa tem sido recebida com o maior agrado por parte dos públicos, não só nos festivais mais icónicos da capital, mas também em outros eventos de natureza diversa, como o Open Day da Nova Medical School, a Caminhada da Semana da Saúde GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e da Alimentação, a Corrida 25 de Abril e o Torneio Urban Sports 4All da Câmara Municipal de Lisboa, sendo uma atividade que ilustra bem a presença da marca EPAL como amiga do ambiente.

Foram, também, disponibilizados bebedouros “Eu bebo Água da Torneira” em grandes eventos da capital com milhares de pessoas, como o já referido Rock in Rio, mas também no Meokalorama, na Conferência dos Oceanos, na exposição Evilution do Bordalo II e no evento “Dia Combate ao Desperdício” - Movimento Unidos Contra o Desperdício, assegurando a oferta permanente de água da torneira e uma forte presença da marca EPAL.

Parcerias com Entidades

Durante o ano de 2022, a EPAL aceitou também o desafio de diversas entidades públicas e privadas e colaborou numa vasta panóplia de iniciativas com o objetivo de promover o consumo sustentável de água da torneira e sensibilizar os públicos para a redução do desperdício e da pegada ambiental.

Neste âmbito destaca-se a continuidade das parcerias com entidades aderentes à campanha da EPAL, a realização de palestras dedicadas ao Valor da Água, o apoio a congressos e eventos com materiais, a disponibilização de Aguadeiros nos eventos outdoor da cidade e a colocação de bebedouros em espaços ao ar livre para oferta permanente de água da rede pública em concertos e encontros na cidade. Merecem destaque:

- A parceria com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, tendo por objetivo assinalar a importância da temática da Água no âmbito da Política de Sustentabilidade da SGPCM. Esta Entidade, que foi uma das primeiras a aderir ao desafio do consumo de água da torneira, tem vindo a realizar diversas acções para assinalar as efemérides associadas à água, como o Dia Mundial da Água e o Dia Mundial do Ambiente, e ainda no dia de aniversário da PCM, onde salientou o uso eficiente de água e o consumo sustentável. Em 2022, em parceria com os SSAP – Serviços Sociais da Administração Pública, a EPAL realizou um showcooking pela Tia Cátia salientando a água da torneira na confeção e à mesa das refeições e o combate ao desperdício alimentar.
- A adesão da Universidade Nova de Lisboa ao consumo sustentável de água da torneira passando a disponibilizar água da rede pública aos Estudantes, Docentes e Investigadores, com a instalação também de bebedouros nas Unidades Orgânicas sedeadas em Lisboa. À Nova Medical School, ao Instituto de Higiene e Medicina Tropical e à NOVA Information Management School, que já tinham aderido, juntaram-se também a Reitoria, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a NOVA School of Law e a Escola Nacional de Saúde Pública, entre outras.
- A parceria com o Instituto Superior Técnico (IST) visando promover o consumo sustentável de água da torneira nas boas vindas aos 3.000 novos Alunos. A EPAL contribuiu para o Kit do Estudante com um *flyer* “Hora do Chá”, com uma saqueta de chá, receitas e dicas para beber mais água, dando a conhecer a app H2O Quality, transmitindo, desta forma, confiança na água da rede pública de Lisboa.
- O apoio a congressos académicos com garrafas Lisbon Tap Water para as mesas dos Oradores e com Jarros de Vidro para os *Coffee Break*, com destaque nas áreas da Medicina e Nutrição, nomeadamente no Congresso AIMS Meeting 2022 de Biomedicina da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, nas 35as Jornadas de Medicina Oral da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa, no AEENSP-NOVA Future Public Health Summit da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova, na N2S Conference Nutrition Science Student da Nova Medical School, na 14,0 edição do iMed Conference da Nova Medical School, no Congresso Nutri2Go da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, e ainda nas Jornadas de Engenharia do Ambiente do Instituto Superior Técnico, contribuindo para eventos mais sustentáveis.
- Apoio com materiais promocionais alusivos à qualidade da água, nomeadamente, à 4ª edição do Festival Contacto, ao MOTELX Festival de Terror, ao Centro Cardiovascular da Universidade de Lisboa no Dia Mundial do Coração, ao Lisboa Games Week e ainda à 3ª

edição do Model European Union Lisbon. A água da torneira foi também a opção de eleição no evento “Mês do Idoso” - Dia da Saúde Mental da PSP - Comando Metropolitano de Lisboa promovido pelo MIPP da 2ª Esquadra da 1ª Divisão Policial com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

- A realização de palestras com o tema “Água da Torneira | Valor e Sustentabilidade” tendo a EPAL sido recebida no GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e da Alimentação, na Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, na Casa Pia, na Imprensa Nacional Casa da Moeda e no Instituto do Emprego e Formação Profissional, ações estas em parceria com os Serviços Sociais da Administração Pública.

- Outras campanhas que merecem destaque:

Campanha “Leitura Quadrimestral”

Em agosto a EPAL lançou uma nova campanha para informar os clientes das vantagens da redução da periodicidade de leitura, agora de 4 em 4 meses, permitindo maior aproximação da faturação aos consumos reais e um melhor controlo dos seus consumos, bem como detetar fugas de água ou roturas não visíveis mais antecipadamente. A EPAL tem vindo a melhorar sistematicamente os seus níveis de serviço no âmbito da leitura do contador, possibilitado soluções tecnológicas como o waterbeep e outras com validação da leitura *online*, como o myAQUA e o EPALnet, apoiando a poupança das famílias e o combate ao desperdício de água.

Campanha fatura por e-mail – a sua fatura mais *carbon free*

A 22 de Abril, Dia Mundial da Terra, a EPAL lançou a campanha de incentivo à adesão à fatura por e-mail. O intuito desta campanha visa sensibilizar os clientes para as questões de sustentabilidade e preservação do ambiente, uma vez que, com a adesão à fatura por e-mail, torna-se mais rápido receber a conta da água, poupa-se no corte de árvores, no consumo de água e no uso de consumíveis, nomeadamente, as tintas. Assim, com a adesão à fatura por e-mail, evita-se o desperdício de papel, pode-se aceder à fatura em qualquer momento, hora e local, reduzindo a sua pegada de carbono. Esta campanha foi divulgada nos meios digitais da EPAL, no Site EPAL, Redes Sociais e e-newsletter para clientes.

Comunicação Multiformato

Na continuidade do projeto com o acompanhamento técnico do INR – Instituto Nacional para a Reabilitação I.P., a EPAL acrescentou, em 2022, à sua “Coleção Receitas para Todos”

mais receitas em língua gestual, em escrita pictográfica e em Braille, com a colaboração da ACAPO, SERVIIN e APCB. Estas iniciativas decorreram por ocasião do Dia Nacional da Educação de Surdos, celebrado em 23 de abril, incluindo receitas do livro “À Mesa com ... Isabel Zibaia Rafael”, bem como em celebração do Dia Nacional da Água, a 1 de outubro, com propostas alusivas ao outono. Esta coleção está disponível, em modo digital, no Site EPAL, tendo sido partilhada com os parceiros da EPAL como a Fundação LIGA, a APSA, a APCL, a CERCIS Lisboa, a Associação Voarte, entre outras, permitindo levar a mensagem da qualidade da água da torneira a mais interessados.

Parceria com a Fundação LIGA

No âmbito da parceria com a Fundação LIGA, a EPAL lançou, por ocasião do Dia Mundial da Primavera, a 2ª coleção de quatro bases para copos dedicada à Natureza, apelando a um uso consciente da Água. Esta nova edição é representada por um conjunto de Flores coloridas relembrando que a Água deve ser usada por todos com respeito. Esta coleção foi oferecida aos clientes que se deslocaram às Lojas EPAL assinalando a importância da Água para a vida.

Parceria com a AHP - Associação de Hotelaria de Portugal

Dando continuidade à parceria estabelecida com a AHP – Associação de Hotelaria de Portugal, a EPAL marcou mais uma vez, presença na 33ª Edição do Congresso Nacional da Hotelaria e Turismo, em Fátima, com o tema “Winds of Changes”, e onde participaram os principais players da Hotelaria em Portugal. À semelhança do ano anterior, foi dado destaque à app H2O Quality e ao serviço waterbeep.

A participação da EPAL enquadra-se no protocolo celebrado entre a EPAL e a AHP, com vista à adoção de melhores práticas de gestão da água nos hotéis de Lisboa, abrangendo o incentivo ao consumo de água da rede pública e ao seu uso eficiente. Na edição deste ano, a EPAL divulgou um vídeo no Auditório do Congresso sobre a excelência da qualidade da água da torneira na cidade de Lisboa, dicas de poupança e serviços sustentáveis, com o propósito de apoiar o segmento da hotelaria a melhorar a sua eficiência.

Com um stand promocional que apresentava uma imagem apelativa dos serviços H2O Quality e waterbeep, a EPAL disponibilizou suportes informativos e merchandising, tendo ainda distribuído, aos congressistas, um folheto especificamente para este segmento, que visa promover a qualidade da água e sensibilizar para o seu uso eficiente.

O stand da EPAL foi visitado pelo Presidente da AHP e por inúmeros congressistas, os quais demonstraram agrado com o conjunto de iniciativas em curso e que mostram o empenho da EPAL na aproximação ao segmento da hotelaria, que assume uma importância cada vez mais relevante face ao crescimento do setor do turismo.

Iniciativas de responsabilidade social:

No âmbito da campanha "*Juntos Somos+Solidários*" foram despoletadas três ações, nomeadamente:

- A primeira, em janeiro, entregou bens alimentares, roupa e calçado para crianças e adultos, produtos de higiene, caixas descartáveis, artigos para o lar, brinquedos, livros e jogos, a 9 instituições (Cais, Comunidade Vida e Paz, Refood – núcleos da Penha de França, de Carnide e da Guarda, Arca de Noé, Ajuda de Mãe, Aldeias SOS de Oeiras e Crescerbem).
- Em outubro, por ocasião do Dia Mundial do Animal, a ação foi dirigida às associações que acolhem e cuidam dos animais. Foram realizadas três entregas de alimentos, medicamentos, artigos de higiene, mantas e almofadas, ao Instituto Zoófilo Quinta Carbonne, à Kausa Animal e à Recria – Associação para a Recuperação e Reintegração de Cães Abandonados.
- A última ação do ano, em dezembro, contemplou a entrega de bens alimentares, roupa e calçado para adultos e crianças, produtos de higiene pessoal, artigos para o lar, caixas descartáveis, brinquedos, livros e jogos. Estes bens doados foram entregues a 16 instituições (Cais, Comunidade Vida e Paz, Refood – núcleos da Penha de França e Carnide, Ajuda de Mãe, Aldeias SOS de Oeiras e da Guarda, Crescerbem, Citador de Sonhos, Caritas Diocesana da Guarda, Casa da Sagrada Família da Guarda, Ser Solidário em Alcains, Associação de Apoio à Criança em Castelo Branco, Lar Francisco Pina Ferraz de Penamacor, Pão e Paz e Centro Social Infantil O Girassol).

Redes Sociais:

A estratégia da EPAL para as Redes Sociais tem como principal objetivo aumentar a proximidade com o cliente, através da produção de conteúdo de qualidade que vá de encontro as necessidades do público-alvo de forma atrativa e consistente.

Os canais onde a Empresa está presente são o LinkedIn, Facebook, Instagram e Youtube, sendo que, para cada canal, foi delineada uma estratégia diferente, tendo em conta a segmentação do público-alvo

e o tipo de conteúdo que se deve publicar em cada rede social. Para uma melhor análise foram tidas em conta diferentes métricas usadas como KPI's de desempenho.

No ano de 2022, a EPAL desenvolveu várias campanhas de sensibilização para a poupança de água da torneira, consumo e uso eficiente, a importância da hidratação, divulgação de ações do dia-a-dia da Empresa, dos serviços e produtos da EPAL, de ações de educação ambiental, partilha de comportamentos e boas práticas do nosso dia-a-dia que contribuem para o futuro do planeta, divulgação dos núcleos e ações do Museu da Água.

Tendo em conta o conteúdo partilhado nas Redes Sociais, uma das publicações com melhores resultados foi a publicação da reabertura Pátio da Água que contou com a presença da Carolina Patrocínio, Gonçalo Uva e Catarina Barreiros que se associaram a esta iniciativa. Esta publicação alcançou 283.068 pessoas, 555 gostos, 56 comentários e 61 partilhas.

Uma das campanhas com maior impacto das redes sociais foi a campanha "Uma gota parece pouco e dá para tanto" que alcançou 348.638 pessoas, 1.706 gostos, 49 comentários e 198 partilhas.

Outras publicações que evidenciaram bons resultados foram relacionadas com temáticas de projetos disruptivos e inovadores da EPAL como a construção da nova Academia, implementação do programa EPAL 0% e parceria em prol da defesa da sustentabilidade ambiental como "A Pitada do Pai".

Os indicadores de desempenho das três redes sociais da EPAL, Facebook, Instagram e LinkedIN, do ano de 2022, mostram que foram partilhadas 829 publicações, alcançando 3.364.250 milhões de pessoas, 76.516 gostos, 3.698 comentários e mais de 6.854 mil partilhas.

O ano de 2022 terminou com um balanço positivo com 66.622 seguidores nas três plataformas o que resulta no crescimento de 8%, comparativamente ao ano de 2021, nomeadamente:

- Facebook

O Facebook teve um aumento de 1.613 seguidores, refletindo-se no crescimento de 4% no ano de 2022. No que diz respeito a esta rede social, os seguidores são maioritariamente mulheres, 73,9%, com idades compreendidas entre os 35 e os mais de 65 anos, o que torna necessário a existência de diversidade em termos de conteúdo para que possa ser interessante para a maioria do nosso público-alvo e que despolete as reações/interações no mesmo.

Relativamente à publicação com maior *engagement*, ou seja maior envolvimento do público-alvo (maior número de reações) foi a da campanha da seca "Poupe água hoje para ter amanhã. Não gaste mais do que precisa", com 6,45% de taxa de *engagement*.

- LinkedIn

O LinkedIn foi a rede social onde o crescimento de seguidores foi mais notório, com um aumento de 3.056 seguidores, ou seja um crescimento de 16% comparativamente a 2021. Em janeiro de 2022, o LinkedIn tinha 16.948 seguidores e uma taxa de *engagement* de 1,24%, no mês de dezembro, esta rede social subiu para 19.772 seguidores e uma taxa de *engagement* de 2,38%. Este resultado evidencia um valor muito positivo e, conseqüentemente, uma boa interação por parte do público-alvo.

Relativamente ao conteúdo publicado, as publicações com melhores resultados são referentes às obras e projetos inovadores que a EPAL tem em curso, aos anúncios de recrutamento que tiveram um refresh e a notícias resultantes de partilhas do Jornal “Águas Livres” ou mesmo de outros Jornais e Revistas da área/setor. Uma das publicações que apresentou maior taxa de *engagement* foi um dos anúncios de recrutamento com cerca de 18%, valor muito positivo no que diz respeito ao envolvimento do público-alvo.

- Instagram

O Instagram teve um aumento de 427 seguidores, refletindo-se no crescimento de 13% em relação a 2021. Os nossos seguidores encontram-se maioritariamente em Lisboa e cerca de 70% são mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos. No que diz respeito à publicação com melhor desempenho, a vencedora nesta rede social foi a divulgação do novo canal de Youtube com cerca de 23% de taxa de *engagement*.

Iniciativas de comunicação interna

Distribuição do cabaz de Natal

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Conciliação, a aquisição de bens de responsabilidade social voltou a ser uma realidade. Esta oferta, destinou-se a todos os trabalhadores no ativo e reformados da EPAL e da AdVT.

A oferta em 2022, tal como no ano anterior, voltou a incluir produtos oriundos das diferentes áreas de atuação de todas as empresas da holding, tanto nacionais como internacionais. A EPAL ficou representada com a oferta de um doce, adquirido ao SEMEAR.

A todos os trabalhadores no ativo foi igualmente distribuído um conjunto de canecas de chá de forma a complementar a oferta do bule AQUA NOVA, concretizada em 2021, e que resulta de uma parceria entre a EPAL e a Costa Nova.

Também no âmbito de ação de responsabilidade empresarial, a EPAL adquiriu bens de responsabilidade social destinados aos habituais prestadores de serviço que marcam presença no dia-a-dia da Empresa. À semelhança de anos anteriores, esta oferta foi adquirida ao SEMEAR, que pelo extraordinário projeto de sustentabilidade e de inclusão social permite-nos reforçar o nosso espírito solidário e de respeito pela inclusão.

Cabaz do Bebê

Em 2022 assinalámos o nascimento de 17 bebés filhos/as de trabalhadores/as da EPAL e AdVT, com a entrega do “Cabaz Nascimento”. Foram entregues 9 cabazes cor-de-rosa e 8 azul com produtos de higiene para bebé, cartão “Dá-presente” e kit EPAL.

Distribuição de ofertas a todos os trabalhadores

No âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação, houve lugar a mais uma distribuição a todos os trabalhadores.

Em 2022 e como forma de celebrar a chegada do verão e de mais uma época balnear, foi distribuído um kit composto por uma mochila de tecido reciclado, uma Fill Forever Fauna Golfinho e um shampoo sólido da Benamôr 1925, uma marca icónica, que para além de portuguesa é também sustentável.

Este kit, para além de uma oferta simbólica, traduz-se também na continuidade de promover, indoor, o hábito sustentável de consumir água da torneira e de dar a conhecer produtos que contribuam para uma vivência mais sustentável.

Cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores com 25 e 35 anos de antiguidade

Devido à pandemia, só em 2022 foi possível realizar a cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores que completaram 25 e 35 anos de antiguidade em 2021.

Assim, a 21 de setembro, estiveram presentes, no Museu da Água – Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, 18 homenageados dos 28 Trabalhadores que iniciaram o seu percurso profissional na EPAL nos anos de 1986 e 1996, para receberem a justa homenagem por parte da Empresa pela sua dedicação à mesma. No dia 30 de novembro, realizou-se no mesmo local a cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores que completaram 25 e 35 anos de antiguidade em 2022 e que contou com a presença de 28 homenageados dos 38 Trabalhadores que iniciaram o seu percurso profissional na EPAL em 1987 e em 1997.

Nesta cerimónia em particular, para além do cariz especial de homenagem aos Trabalhadores e do reconhecimento pelo seu trabalho ao longo dos anos de serviço, teve ainda lugar uma homenagem sentida, prestada pelo presidente da EPAL José Sardinha, ao administrador Barnabé Pisco, falecido recentemente e que iria ser homenageado nesta cerimónia pelos seus 25 anos de Casa. Nesta homenagem, além da oferta habitual, foi entregue à viúva, Marina Pisco, uma bandeira da EPAL simbolizando o modo como todos os Trabalhadores vestem a camisola pela nossa Empresa, reconhecendo o trabalho realizado pelo Barnabé Pisco ao longo do seu percurso profissional na EPAL.

Museu da Água

O Museu da Água reúne e dinamiza um conjunto de monumentos e edifícios históricos, edificado entre os séculos XVIII e XIX, que representa um importante capítulo da história do abastecimento de água à cidade de Lisboa e integra o roteiro histórico, patrimonial, tecnológico e científico da Água.

O Museu da Água é constituído por cinco espaços museológicos, nomeadamente:

- Aqueduto das Águas Livres;
- Galeria subterrânea do Loreto;
- Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras;
- Reservatório da Patriarcal; e
- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.

A atividade é desenvolvida ao nível da gestão, conservação, musealização, investigação, divulgação e dinamização do património histórico edificado.

O Centro de Documentação Histórica e Técnica (MDA-CDHT) é um serviço especializado de documentação e informação da EPAL/AdVT e encontra-se dedicado à gestão, preservação, organização e divulgação do património documental histórico e técnico das Empresas, tendo a seu cargo coleções de arquivo e de biblioteca.

A atividade desenvolve-se em quatro eixos distintos: preservação documental, organização documental, disponibilização documental, gestão administrativa e logística da participação da Empresa em instituições de carácter fundacional ou associativo.

Em 2022, os espaços museológicos do Museu da Água tiveram cerca de 111,5 mil visitantes, o que representa um aumento face ao período homólogo em aproximadamente mais de 60 mil visitantes (em 2021 tinham visitado os espaços da EPAL cerca de 52 mil visitantes).

Também ao nível dos visitantes de outras nacionalidades (cerca de 28 mil visitantes) assistiu-se a um aumento, pois em 2021 foram cerca de 7 mil visitantes.

Salienta-se ainda, à semelhança de 2021, o facto do Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras ter sido o monumento mais visitado, contrariamente aos anos anteriores, nos quais o Aqueduto das Águas Livres era o que registava mais visitas.

Assim, em termos de atividade museológica e eventos realizados, a título de serviço educativo, destacam-se em 2022 as seguintes exposições e espetáculos:

- *Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras (RMAA)*

- OCUBO – Immersivus Lisboa: Espetáculos imersivos “Impressive Monet & Brilliant Lint”, “Il Divino Michelangelo & Il Genio Da Vinci”, “Misterioso Egito”, em exibição todo o ano;
- OCUBO – Immersivus Lisboa: “Frida Kahlo: a vida de um ícone”; exposição e espetáculo imersivo, outubro e dezembro de 2022;
- Associação Equipa d’África, Earte – exposição temporária de arte coletiva, Casa do Registo, março de 2022;
- Sacred Sounds – Concerto de Sons Terapêuticos, Rodrigo Maia Loureiro, junho de 2022.

- Reservatório da Patriarcal (RP)
 - “Ubirajara – Uma cantoria” – Concertos, Soraya Ravenle, fevereiro de 2022;
 - Real Fado: concertos de fado e outras sonoridades, vários artistas, março a dezembro de 2022;
 - “Água e Sustentabilidade” – exposição temporária de fotografia, Lisboa E-nova, Águas do Tejo Atlântico e EPAL, junho de 2022;
 - “No Fundo do Mar” – Teatro infantil, Companhia Estação das Letras, Tiago Duarte, outubro a dezembro de 2022.

- Estação Elevatório a Vapor dos Barbadinhos (EEVB)
 - Renature Monchique – exposição temporária, fevereiro e março de 2022;
 - A Água e os ODS – exposição temporária, julho e agosto de 2022;
 - Cento e Oitenta Dias, exposição temporária de desenho, Teresa Esgaio, abril a junho de 2022;
 - (a) Riscar o Património no Museu da Água – encontro anual de desenho e sketching de património; DGPC e Urban Sketchers, em setembro de 2022;
 - IMAGO Lisboa Photo Festival – Covid@Alentejo, olhares, exposição temporária de fotografia, António Carrapato, António Cunha, Augusto Brázio, Maria do Mar Rêgo, setembro e outubro de 2022;
 - Festival Jardins Abertos, programa de visitas guiadas ao património natural da cidade, outubro de 2022;
 - Aquedutos históricos: os percursos da água em Génova e Lisboa – Exposição temporária, Museu da Água, Regione Liguria, Comune di Genova, Municipi Media e Basse Val Bisagno, Segretariato per i Beni Culturali della Regione Liguria, Dipartimento Architettura e Design dell’Università di Genova di Architettura, ISCUM, Federazione dell’Acquedotto Storico, dezembro de 2022.

Exposições itinerantes

- Exposição itinerante “A Água e os ODS”, com quinze exposições;
- Exposição itinerante “A Água é de todos”, com cinco exposições;
- Exposição itinerante “Aquedutos de Portugal”, com oito exposições.

Visitas guiadas temáticas

- “A Água Invisível”: estudo da pegada hídrica;
- “À descoberta da rota do Museu da Água” - Visita jogo;
- “Aquedutos de Portugal” – Visita guiada à exposição itinerante;
- “Do Aqueduto ao Parque de Florestal de Monsanto”: A história do Aqueduto das Águas Livres e do Parque Florestal de Monsanto - biodiversidade e sustentabilidade (parceria com CML-DGPFMSA, Centro de Interpretação de Monsanto);
- “Do Chafariz à Fábrica de Água”: Ciclo urbano da água (parceria com AdTA);
- “Fado no Loreto” - Visita-Concerto: O Património da Água e o Fado reunidos nos subterrâneos de Lisboa (parceria com Real Fado);
- “Lisboa 360°”: Percurso pedestre e visita guiada que permite observar Lisboa sob duas perspetivas cronológicas diferentes, através de dois miradouros de exceção (parceria com miradouro Amoreiras 360°);
- “Lisboa Subterrânea” - Visita guiada que explora o património subterrâneo em Lisboa;
- “NI.LO: um mergulho no antigo Egito” – Visita guiada que explora a história do Antigo Egito;
- “O Aqueduto de Lisboa” - Visita guiada que explora o desenvolvimento do sistema Aqueduto das Águas Livres, em meio rural e urbano;
- “Praças, Jardins e Água”: a história da água e dos jardins na sétima colina, contada no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, no Jardim do Príncipe Real e na Galeria Subterrânea do Loreto (parceria com MUHNAC);
- “Regresso às Nascentes” - Visita guiada técnica que aborda o antigo sistema de abastecimento de água de Lisboa;
- “Rota da Água” - Visita guiada no âmbito da sustentabilidade. Aborda o elemento água nas vertentes da cidadania, higiene e saúde;
- “Rota das Claraboias e da Biodiversidade no Parque Florestal de Monsanto”: Visita ao Parque Florestal de Monsanto com identificação das claraboias do Aqueduto das Águas Livres, fauna e flora local (parceria com CML-DGPFMSA, Centro de Interpretação de Monsanto);
- “Water Trail” - Visita guiada ao património da água em Lisboa, dirigida especificamente a público estrangeiro.

Atividades Museológica

- Adesão do Museu da Água à Rede Portuguesa de Turismo Industrial (RPTI);
- Dinamização semanal de visitas guiadas ao Património da Água - Lisboa: Aqueduto das Águas Livres, Galeria subterrânea do Loreto, Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras,

Reservatório da Patriarcal e Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, janeiro a dezembro 2022;

- CERCiência – ciência em Rede: realização de ateliers pedagógicos sobre o elemento água, janeiro a dezembro 2022;
- Participação no programa “Visitas Comentadas”, CML, janeiro a dezembro de 2022;
- Programa Museu Fora de Portas - ação de sensibilização “Sustentabilidade e Cidadania”, Escola Forave, Coimbra, fevereiro 2022;
- Programa Museu Fora de Portas – Atividades realizadas fora das instalações museológicas como: ações de sensibilização, jogos didáticos, exposições temporárias, palestras, visitas temáticas ou sessões de formação, março a setembro 2022;
- Aqueduto sobre Rodas – atividade realizada no vale de Alcântara que consiste na travessia do AAL em bicicleta, março a outubro 2022;
- Celebração no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: visitas guiadas temáticas e abertura gratuita ao público, abril 2022;
- Participação na Feira do Passaporte Escolar, Museu de Lisboa, Palácio Pimenta, maio 2022;
- Celebração do Dia Internacional dos Museus: visitas guiadas temáticas e abertura gratuita ao público, maio 2022;
- Celebração da Noite Europeia dos Museus: visitas guiadas temáticas, maio 2022;
- Participação na Feira do Ambiente: programa de ateliers para famílias, Centro de Interpretação de Monsanto, CML, junho 2022;
- Participação nas Jornadas Europeias do Património: visitas guiadas temáticas, setembro 2022;
- Participação na Semana Europeia do Desporto: Caminhada pela Água, setembro 2022;
- Dinamização da 3ª edição do Concurso para Jovens “A Água que Queremos”, no âmbito da Rede Global de Museus da Água (WAMU-NET), janeiro a junho 2022;
- Programa “Ciência Viva no Verão”: realização de visitas técnicas orientadas (parceria com a AdTA e o Parque Florestal de Monsanto, CML), agosto e setembro 2022;
- Dinamização do programa de liderança criativa THINK Lisbon - “Water Trail”, “Zero Waste Lab” e “Reboundance”: visitas temáticas associadas aos planos de estudo, janeiro a dezembro 2022;
- Semana da Ciência e Tecnologia - Participação no Café Ciência do Centro de Ciência Viva do Alviela, novembro 2022.

Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos

- Conceção de guião para visita guiada “Barbadinhos a Vapor” - percurso que inclui o jardim, a sala da exposição de longa duração, o corpo das máquinas e algumas áreas reservadas. Pretende-se ilustrar a história do modo de produção do vapor e da elevação da água;
- Conceção de guião para visita guiada “Jardim dos Barbadinhos” - Festival Jardins Abertos;
- Conceção de guião para visita guiada “Língua, Arte e Património” - um roteiro queirosiano em Lisboa;
- Conceção de guião para visita guiada “No Museu da Companhia” – percurso que pretende dar a conhecer o património da Água na cidade de Lisboa a todos os colaboradores do Grupo AdP;
- Conceção de Malas Pedagógicas: material de apoio às visitas guiadas;
- Conceção de roteiro “Rota dos Chafarizes” – itinerário histórico urbano;
- Conceção de roteiro das espécies botânicas dos jardins do Museu da Água;
- Conceção e produção de materiais pedagógicos de apoio a visita temática “NI.LO - um mergulho no antigo Egito”;
- Conceção e produção de visita-concerto “Fado no Loreto” (parceria com Real Fado e Eastbank).

Procedeu-se ainda em 2022 a algumas ações no âmbito da atividade científica, nomeadamente:

Consultoria histórica, científica e técnica

- Consultoria histórica para projeto cinematográfico “Impressões de uma Paisagem”, da autoria de João Nisa;
- Consultoria nas áreas da cultura material, cultura científica e património industrial para o futuro Projeto IH4 Future;
- Consultoria histórica para desenvolvimento de conteúdos do Programa de liderança criativa THINK Lisbon - “Water trail”, “Zero Wast Lab” e “Reboundance”;
- Consultoria científica para desenvolvimento de conteúdos e acompanhamento de Tese de Doutoramento dedicada à pesquisa sobre a acústica de espaços industriais “Espacios Resonantes”, de Sofia Balbontín, Universidad de las Américas e Universidade de Lisboa;
- Consultoria história, científica e técnica para desenvolvimento de conteúdos e acompanhamento de Tese de Doutoramento dedicada ao tema do património subterrâneo “Potentialities of underground heritage”, por Lucrezia Gorgoglione, Universidade della Marche, Ancona, Itália;

- Coordenação do grupo de trabalho, em parceria com a DGPC, que visa a atualização do traçado do aqueduto das Águas Livres e a revisão da classificação do bem, enquanto Monumento Nacional;
- Dinamização e consultoria histórica do projeto de levantamento e avaliação de troços do sistema Aqueduto das Águas Livres - troço principal. Parceria com os investigadores Fernando Teigão dos Santos e Pedro Costa;
- Produção de estudo e consultoria histórica para o projeto de musealização do Aqueduto Histórico de Génova, Itália: desenvolvimento de programa de musealização, e museografias associadas, destinado ao aqueduto histórico da cidade de Génova (parceria com Confservizi Cispel Liguria, Comune di Genova, Universidade de Génova, ISCUM - Istituto di Storia della Cultura Materiale, Secretariado das Belas Artes de Liguria, Federazione per la tutela e la valorizzazione dell Acquedotto Storico della Val Bisagno, Confservizi Piemonte e Valle d'Aosta).

RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

Durante o ano de 2022, a EPAL foi distinguida com os seguintes prémios e reconhecimentos:

- Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) - EPAL galardoada com 5 prémios pela (APEE). Grande Prémio de Estratégia de Responsabilidade Social e Sustentabilidade e quatro Menções Honrosas:
 - Categoria “Comunidade” - projeto “EPAL Liga-se a causas que têm de ser de todos”, que resulta de uma parceria pioneira com a FUNDAÇÃO LIGA, entidade que se dedica a habilitação de pessoas com condicionamentos físicos, sociais ou culturais através de programas e serviços em diversas áreas, nomeadamente, a Casa das Artes, onde os utentes desenvolvem trabalhos em barro e cerâmica. O desafio lançado foi a criação de bases para copos, em cerâmica, oferecidos às Entidades aderentes à campanha da EPAL para consumo exclusivo de água da rede pública, com temas alusivos aos oceanos, biodiversidade, flora e fauna.
 - Categoria “Comunicação” - “O Impacto das Redes Sociais” onde a Empresa promove os projetos mais relevantes, através de campanhas específicas que sensibilizam a comunidade para a urgência da proteção do Ambiente e para a promoção e consumo da água da torneira,
 - Categoria “ODS 4 – Educação de Qualidade” - com a iniciativa “Parcerias com Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA)”. Os vários projetos aqui desenvolvidos foram destinados à comunidade, a crianças e jovens a frequentar escolas integradas em municípios servidos pela EPAL e pela Águas do Vale do Tejo e aos filhos, netos e sobrinhos de Trabalhadores de ambas as empresas, assim como, à população em geral.
 - Categoria “ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis” - com o projeto “Chefs Circulares – Água Circular por Natureza”, apoiado pelo Fundo Ambiental. O tema central deste projeto é o uso eficiente e o reaproveitamento de água e alimentos na utilização diária na casa das famílias portuguesas, no planeamento de compras semanais bem como na compra de produtos sazonais e a granel.
- Grande Prémio APCE- Excelência em Comunicação Categoria “Surpreenda-nos” - com a campanha “Aqui bebo Água da Torneira”, uma iniciativa inédita desenvolvida em parceria com a Zomato que levou os restaurantes de Lisboa a disponibilizarem, de forma gratuita, água da torneira aos seus clientes. Iniciativa desenvolvida para a promoção da economia circular e de boas práticas ambientais que contou com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, do Turismo de Portugal, da ZERO e da Lisboa E-Nova.
- ERSAR – Selos de Qualidade - (Distinguida com o Selo de Qualidade para o Uso Eficiente da Água e o Selo de Qualidade do Serviço de Abastecimento Público de Água (ao consumidor).
- Prémio Transformação Digital 2022 - Distinguiu a WONEApp na categoria Eficácia/Eficiência das Organizações. WONEApp é uma aplicação que visa conferir maior rapidez e simplicidade à

execução das tarefas inerentes à localização de perdas em sistemas de abastecimento e permite às Equipas efetuar a gestão das atividades, em mobilidade. Este prémio visou reconhecer e divulgar as melhores práticas de adoção e implementação das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma sociedade mais digital.

- Prémio verde da Visão/Grupo AdP - O prémio verde da Visão/Grupo AdP foi atribuído na categoria "Água e Cidades Sustentáveis" ao projeto da CML/EPAL/GEOTA "Rede de bebedouros da cidade de Lisboa", lançado no ano da Lisboa Capital Verde. Projeto este que foi liderado pela EPAL e que consistiu na criação de um bebedouro inclusivo e também amigo dos animais, com *refill* de garrafas reutilizáveis e taças para os animais, localizados em cerca de 200 pontos de grande concentração de pessoas, promovendo o consumo sustentável, a redução de produção de plástico e a mitigação dos impactos das alterações climáticas.

ORGANIZAÇÃO

Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

ESTRUTURA ACIONISTA

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

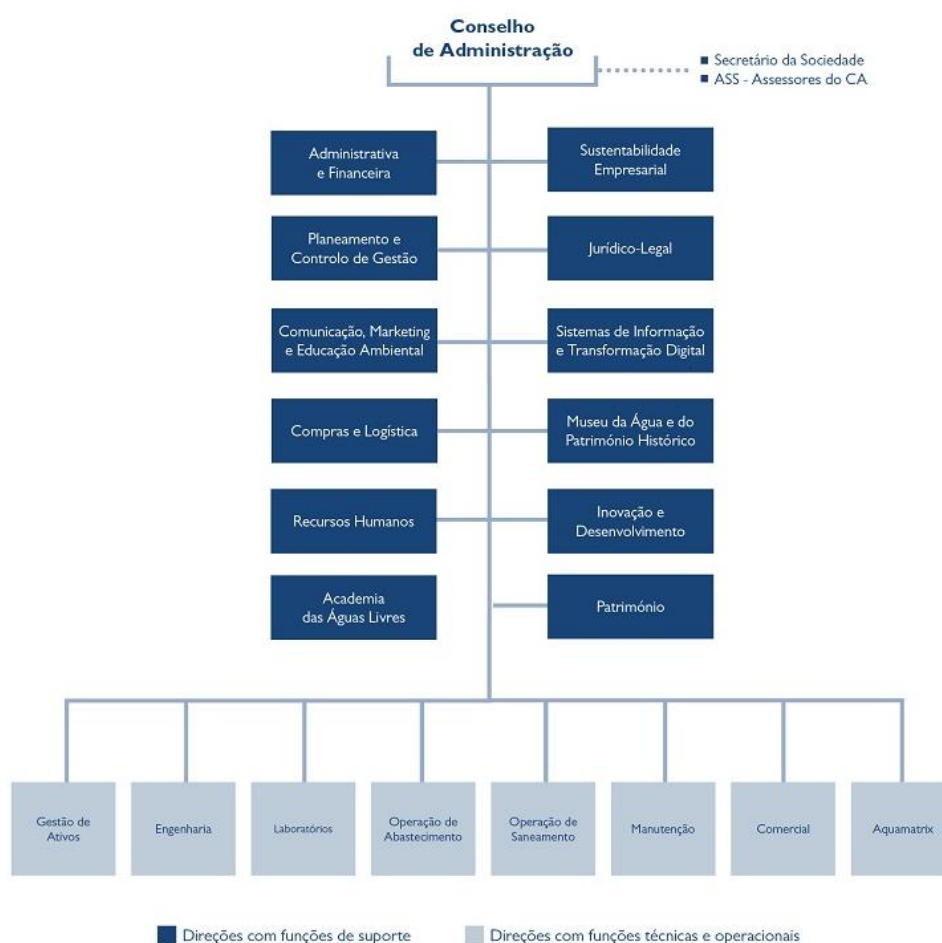
A Águas de Portugal, SGPS, SA, foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, com 81%, e a Parcaixa, SGPS, SA., com 19%.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em 2021 procedeu-se à alteração da estrutura orgânica da Empresa, ainda em resultado do processo de cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, determinada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Esta reorganização teve como objetivo adaptar a sua estrutura à missão que se lhe encontra confiada, nomeadamente no que respeita aos novos desafios respeitantes à gestão delegada da AdVT, bem como aos processos de transformação energética e digital que se avizinham.

Esta alteração pretende potenciar o aumento da eficiência organizacional, através da simplificação de tarefas e otimização dos processos internos empresariais, através da implementação de novas técnicas e metodologias. A nova estrutura da Empresa assenta ainda numa maior definição de responsabilidades e melhor integração das direções e serviços, permitindo assim um aumento na produtividade e maior satisfação dos trabalhadores.

A atual estrutura orgânica da Empresa, que contempla as atribuições resultantes da gestão delegada do sistema da AdVT, é a seguinte:



Em resultado da reorganização referida, em 29 de setembro de 2021 foram definidos os pelouros atribuídos aos membros do Conselho de Administração:

Presidente – José Manuel Leitão Sardinha

- CMEA – Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental
- DAA – Direção da Academia das Águas Livres
- DID – Direção de Inovação e Desenvolvimento
- DOA – Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS – Direção de Operações de Saneamento
- ENG – Direção de Engenharia
- MDA – Direção do Museu da Água e do Património Histórico
- Secretário da Sociedade

Vice-Presidente – Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- JUR – Direção Jurídico-Legal

- LAB – Direção de Laboratórios
- MAN – Direção de Manutenção
- PCG – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço

- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- DAQ – Direção do AQUAmatrix
- DCM – Direção Comercial
- DSI – Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital

Vogal – Telma Susana Rodrigues Correia

- DCL – Direção de Compras e Logística
- DPT – Direção do Património
- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DSE – Direção de Sustentabilidade Empresarial

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AMEGA, representada por António Pombinho

Vice-presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente | José Manuel Leitão Sardinha

Vice-Presidente | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal | Barnabé Francisco Primo Pisco (falecido em novembro de 2022)

Vogal | Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Vogal | Telma Susana Rodrigues Correia

Secretário da Sociedade

Efetivo | Luís Alberto Vilalonga Pinto Durão

Suplente | Bruno Manuel Cortes Lopes

Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal

Presidente | Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogal | Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Vogal | Eduardo José Santos Clemente

Vogal Suplente | Luis Miguel Barros Martins Damas

Revisor Oficial de Contas (ROC)

SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda.

ROC Efetivo | José Alves Bizarro Duarte

ROC Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues

Comissão de Vencimentos

Presidente | Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Fernando José Pires Santana (falecido em janeiro de 2021)

Vogal | Maria Paula Batista Antunes

Vogal | Manuel Duarte Pinheiro

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2022, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

O NOSSO PROPÓSITO

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela EPAL, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto Empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade. Assumimos o compromisso para cumprir o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

Compromisso de Integridade

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela EPAL em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades;
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral;
- Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por Linha de Integridade, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

Compromisso de Sustentabilidade:

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



Este Compromisso com a Sustentabilidade 2022-2025 resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio (QEC), da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do UN Global Compact e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

- **Ambição: TRABALHAR COM PROPÓSITO**

Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as colaboradores/as
- Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

- **Ambição: AGIR PELO CLIMA**

Reduzir as emissões de GEE, mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética
- Reduzir as emissões de GEE
- Promover a mobilidade sustentável do Grupo
- Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto

- **Ambição: ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA**

Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Conservar as massas de água
- Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos

- **Ambição: VALORIZAR OS TERRITÓRIOS**

Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento
- Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos
- Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas
- Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública

- **Ambição: INOVAR PARA IMPACTAR**

Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP
- Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores
- Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências
- Promover a transformação digital do Grupo AdP

Ambição: GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM-FRONTEIRAS

Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico
- Promover a entajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento
- Operar numa geografia de referência

Ambição: EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Promover a educação para o desenvolvimento sustentável
- Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira
- Promover o uso sustentável da rede de saneamento
- Promover a utilização de ApR
- Promover a economia circular e a neutralidade energética
- Promover a inovação

Na sequência da sistematização desta Estratégia de Sustentabilidade, a EPAL assegurou em 2022 que os objetivos dos seus processos se encontravam devidamente alinhados com a mesma.

Durante o ano de 2022 a Direção de Sustentabilidade Empresarial, no âmbito da sua missão, promoveu e desenvolveu várias atividades, por forma a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus Stakeholders e de que são exemplo:

No âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE):

Foi certificado o Sistema de Gestão de segurança da Informação, de âmbito parcial, concretamente o Serviço de suporte de 1º nível dos Sistemas de Informação, providenciado aos utilizadores finais.

Foi mantida a certificação do sistema de gestão integrado EPAL/AdVT em Qualidade, Ambiente e Segurança, de âmbito total, e de Energia, de âmbito parcial, bem como o Sistema de Gestão de Gestão de Ativos, de âmbito parcial à EPAL, e a certificação Adene MOVE + da Frota, com a mesma classificação B, idêntica à do ano anterior.

Foi renovada a certificação, após auditoria de 2.º acompanhamento, do Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, de acordo com a norma NP 4552:2016.

Foi efetuada uma revisão de fundo ao Sistema de Gestão de Energia, em consonância com a ISO 50001 e está a decorrer a revisão profunda ao Sistema de Gestão de SST, de acordo com os requisitos da ISO 45001.

Implementada a plataforma informática de apoio à gestão do Sistema de Responsabilidade Empresarial (AGIR), nomeadamente no módulo de gestão de Constatações, e realização de ações de comunicação e de formação junto dos trabalhadores e das trabalhadoras sobre utilização da mesma.

Foram definidos e implementados objetivos que suportam o Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE), e que visam a eficácia e eficiência dos processos, a melhoria do desempenho em todas as vertentes do SRE, a redução dos riscos empresariais e para o desenvolvimento sustentável da Empresa, consequentemente para os ODS.

Elaboração e atualização, individualmente ou em colaboração com outras direções de documentos relevantes, associados às medidas desenvolvidas que visam a melhoria das práticas empresariais em diversas temáticas, nomeadamente:

- Política e Regulamento de Subsídios Patrocínios e Donativos;
- Plano Prevenção Riscos Corrupção e Infrações Conexas;
- Código de Ética e Conduta;
- Manual de Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho;
- Políticas de segurança da informação, de desenvolvimento e utilização de soluções digitais;
- Políticas de proteção de dados pessoais e de privacidade dos titulares e demais procedimentos que definem as regras relativas à proteção de dados pessoais (feito ao abrigo do RGPD).

Realização de ações de acolhimento e de sensibilização sobre temas relevantes do Sistema de Responsabilidade Empresarial, como a Segurança no trabalho, destinadas a trabalhadores/as da EPAL trabalhadores/as em regime de avença, trabalhadores/as temporários/as, estagiários/as e prestadores de serviços críticos.

Desenvolvimento de vídeos sobre SST (ex: apoio à utilização de arneses), no sentido da melhoria da comunicação e sensibilização do trabalhador/as acolhidos/as, sobre a temática.

Ao longo do ano foram realizadas campanhas e ações de comunicação sobre temas relevantes do Sistema de Responsabilidade Empresarial, nomeadamente: Ergonomia, Ginástica Laboral e outras práticas saudáveis, Simulacros, Segurança dos produtos químicos, Perigos e riscos das instalações, energia, conciliação da vida profissional, familiar, igualdade de género, assédio, segurança da informação e canais de partilha de ideias.

Pegada Carbónica

Foi calculada a pegada de carbono 2019 e 2020 da EPAL (âmbitos 1, 2 e 3 simplificado), com validação por entidade externa acreditada.

Foram submetidas e, entretanto já aprovadas, à SBTi - Science Based Target Initiative, as metas para redução de emissão de Gases com Efeito de Estufa (de curto e de médio prazo):

"até 2029, a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, compromete-se a reduzir as emissões de GEE de âmbito 1 e âmbito 2, em 43%, quando comparadas com as emissões de 2019. Também até 2029, compromete-se, ainda, a reduzir as emissões do âmbito 3, resultantes de bens e serviços adquiridos, de atividades relacionadas com combustível e energia e da vida útil dos produtos vendidos, em 43%".

EPAL OnPocket

Continuação do desenvolvimento e melhoria na app EPAL Onpocket, do canal "Segurança no Trabalho", para partilha de informação sobre segurança dos produtos químicos, perigos e riscos das instalações, e do canal "Reportar", para os utilizadores poderem partilhar as suas ideias com a empresa, em qualquer lugar espaço-temporal.

Fornecedores

- Continuação da definição de requisitos para a aquisição de bens e serviços e para o controlo do desempenho dos fornecedores, como a elaboração e atualização de Especificações Técnicas, Guia para Fornecedores e Código de Conduta para Fornecedores;
- Realização de auditorias de 3ª parte, a alguns dos fornecedores de serviços e empreitadas, classificados como críticos para o negócio, para a segurança e para o ambiente. No cumprimento do Plano de Auditorias a Fornecedores, a empresa promoveu, com a colaboração de auditores externos e envolvimento das áreas intervenientes, as seguintes auditorias:
 - Contrato de Aquisição de Serviços de Desmatção dos Recintos de Abastecimento de Água e de saneamento dos Polos do Alentejo e das Beiras;
 - Contrato de Aquisição de Serviços de Desmatção dos Recintos de Abastecimento de Água e de saneamento dos Polos do Alentejo e das Beiras;
 - Contrato de Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção de SS de Saneamento no Polo da Beira Alta;
 - Realizadas auditorias da ENG a empreitadas em curso.

Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar

- 3 edições de Campos de Férias e Bootcamps virtuais- Happy Code, (semana de confinamento, férias da Páscoa e férias de Natal), destinados a filhos e filhas das trabalhadoras e dos trabalhadores da Empresa, entre os 7 e os 17 anos;
- Programa Win-Win Coaching – Programa para Chefias.

CAMPANHAS/COMEMORAÇÕES:

- Divulgação na intranet, na EPAL OnPocket e nos écrans de abertura e *screensaver* do computador, da Política de Gestão, por forma a dar a conhecer todos os compromissos assumidos;
- No âmbito do Mês Europeu da Ergonomia (outubro), foram divulgados, na intranet e EPAL onPocket, os vídeos elaborados no âmbito do estudo recente realizado na Empresa, para sensibilizar os trabalhadores e as trabalhadoras para esta temática, sob o lema: "*Pare uns minutos e pratique exercício*";
- Para comemorar o "Dia da Segurança foi organizada uma atividade de Rappel no Aqueduto das Águas Livres;
- Distribuição de Trípticos do Plano de emergência no Parque das Nações;
- Divulgação do Portal Ideias em Rede, por forma a aumentar a participação dos/as trabalhadores/as nos processos de melhoria do SRE, uma vez que é a ferramenta onde podem ser colocadas sugestões de melhoria dos diversos sistemas de gestão;
- Missão "*Povo Ucrainiano*", campanha de recolha de bens para ajudar na situação de desalojados de Guerra.

Dar resposta às necessidades e expectativas das nossas partes interessadas implica a respetiva auscultação, de acordo com a importância e criticidade de cada uma. Ao longo de 2022 foi realizada auscultação a:

- Todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras em Matérias de Assédio no local de trabalho.
- Tendo em conta que a Igualdade de Género e a Não Discriminação constituem direitos humanos fundamentais e que a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização de homens e de mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro, a EPAL tem vindo a dedicar atenção a esta temática,

sendo que foi desenvolvido e submetido às entidades nacionais (CITE e SIG), o Plano para a Igualdade de Género 2023 que, de acordo com a legislação, em vigor, está disponível no site da EPAL e da AdVT. Para além disso, foi implementado e acompanhado o Plano para a Igualdade de Género 2022, incluindo a dinamização de ações de formação sobre a temática, concretamente *"Igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no mercado de trabalho"* e *"Especialização em Igualdade de Género | Formação de Públicos Estratégicos"*.

- Renovação do compromisso com o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade, mantendo-se na respetiva *task-force*, bem como do grupo de trabalho relativo à formação.
- Manutenção do protocolo de cooperação com a PWN (Professional Women Network - Lisbon), sendo que esta parceria possibilitou, ao longo de 2022, a várias trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, usufruir dos excelentes atividades e programas, concretamente:
 - Programa de Liderança – Nível I e Nível II.
 - Participação na Conferência Anual da PWN – Dream Day -Tubo de ensaio para sonhar o Futuro, com disponibilização dos lugares adquiridos pela EPAL para as trabalhadoras e para os trabalhadores que pretendessem assistir.
 - Programa YOUTH – 4ª edição (a decorrer em 2023).
- 8ª Grande Conferência da Liderança Feminina – EXECUTIVA

Relatório de Gestão

- A ENVOLVENTE

Contexto macroeconómico¹

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

Global

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionado por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

Zona do Euro

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora em um ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o déficit é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	Estimativa 2022	Ano 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,69%	(0,55%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,18%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguido de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, e um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

O Setor

O setor a nível mundial²

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do Objetivo 6, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano; e
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento; e
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practice, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores; e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Crise Geopolítica e Energética³

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

³ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º136/2022).

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

O abastecimento e o saneamento em Portugal⁴

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água

- 9,8 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 184 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,5581€/m³
- Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,59%

Saneamento de Águas Residuais

- 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 86% de alojamentos servidos
- 8,7 milhões de habitantes servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,8 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,5351€/m³

Dados RASARP 2022

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no

⁴ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O Grupo AdP em 2022

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido de promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

"Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial."

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas

infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional “Campanha Poupe água hoje para ter amanhã”. Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às empresas do grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28 de dezembro de 2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde.

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os ‘Prémios Verdes’ uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os ‘Prémios Verdes’ destinam-se a premiar as pessoas, empresas e organizações que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central “Engenho Humano & Energia”, fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de “Fazer a diferença na vida das pessoas”.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360º e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 milhão de euros com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360º assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes. Ainda nesta dimensão, salienta-se os avanços registado ao nível do plano C VALOR.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima no Perú tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento (Perú), procedeu-se à revisão de termos de referência

que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru. Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

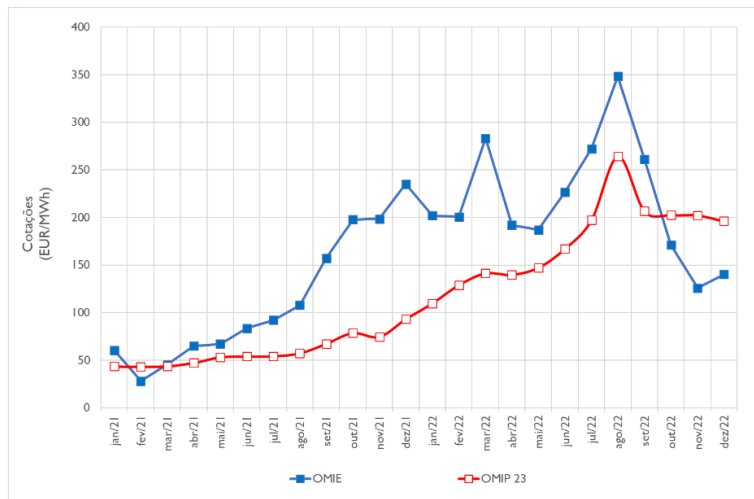
- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais.
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa AqualnSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

A energia

O preço da energia elétrica em Portugal

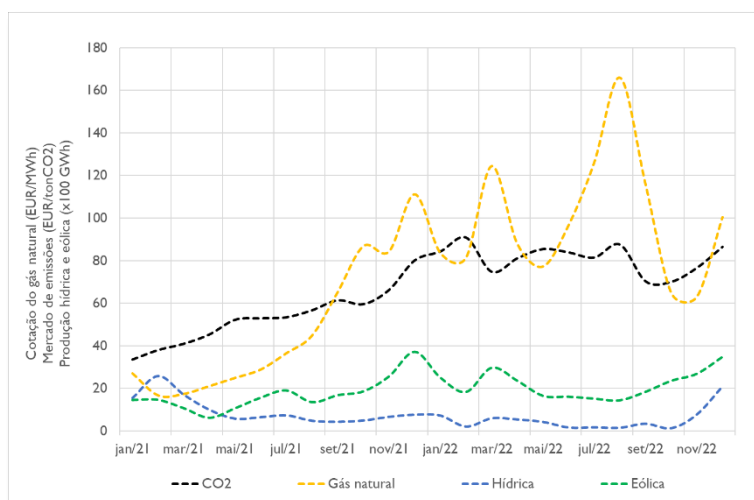
O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2021 e 2022.



A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico⁵ (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,81 €/MWh em 2021). Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.

Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excepcional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio.



⁵ A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN.

Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	217,90	111,81	94,9%
Alemanha	235,46	96,85	143,1%
França	275,89	109,00	153,1%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	176,28	59,46	196,5%
Alemanha	298,65	70,86	321,5%
França	368,00	69,49	429,6%

No ano de 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) - e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano de 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021)

representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

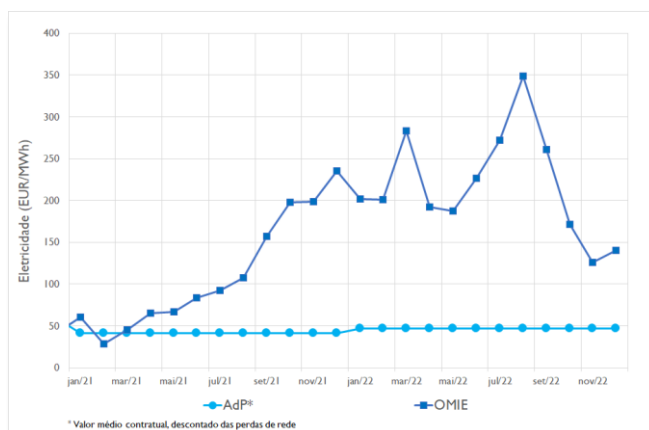
O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

O ano de 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes constrangimentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.



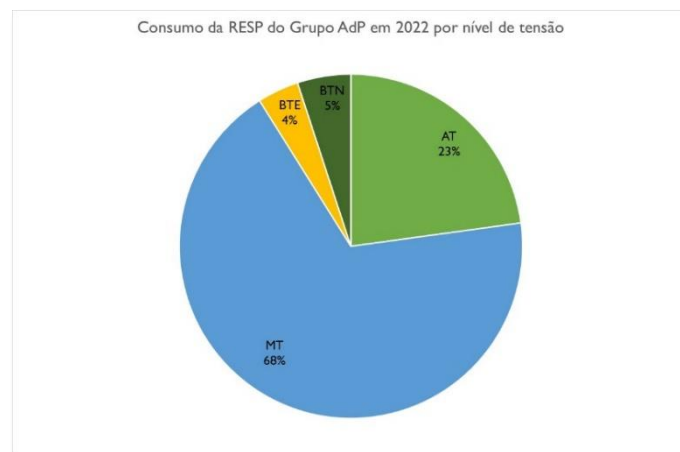
Em resultado, no ano de 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,81 €/MWh em 2021).

Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de *outsourcing*, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).



No ano de 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do que em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 705,43 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO₂/kWh para 0,237 kg CO₂/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

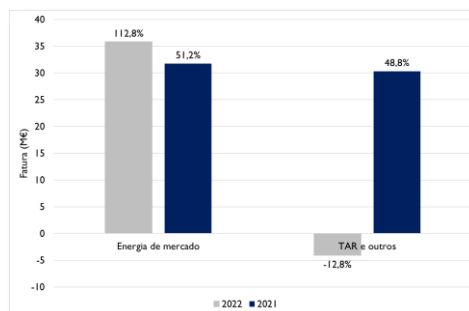
Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6 679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.



Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,72 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023).

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano de 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.011 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7.676 l/dia, tendo sido de 6.803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de

combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolíferos - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias, e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *mix* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

Contexto Regulatório

Enquadramento regulatório

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspetiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

Regulação da qualidade do serviço

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2022, o volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da EPAL.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A EPAL que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a EPAL deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2022, no cumprimento da legislação, a EPAL implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela EPAL são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2022, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi divulgado pela ERSAR.

Regulação da interface com o utilizador

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a EPAL dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal, tendo sido estabelecidas por Deliberação Unânime por Escrito, em 11 de outubro de 2021, as orientações estratégicas e indicadores de desempenho para o atual mandato.

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações, para o mandato de 2020/2022, tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir, com base na qual as empresas do grupo AdP, designadamente a EPAL, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas do grupo AdP, designadamente pela EPAL, S.A., no exercício da respetiva atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Adicionalmente, o exercício das funções do Conselho de Administração da EPAL, S.A.. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;

- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos stakeholders.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da EPAL, S.A.. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Manteve ainda como principais linhas orientadoras da sua atividade durante o ano de 2022:

- Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores/as, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1 Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2 Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;

- 1.3 Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1 Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2 Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3 Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1 O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2 A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1 Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2 Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3 Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

- 5.1 Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2 No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
-
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1 Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
-
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

O NEGÓCIO

Introdução

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL a manutenção da sua gestão delegada, conforme decorre do disposto nos Decretos-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e n.º 34/2017, de 24 de março.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.

Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 350 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo

A EPAL é responsável por assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora, e que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Outras Atividades

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água – WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação através da Academia das Águas Livres.

Atividade Operacional

PRODUÇÃO DE ÁGUA

O ano de 2022 foi fortemente marcado, ao nível da vertente operacional, pela situação de seca severa e/ou extrema que afetou a generalidade do território nacional, e por conseguinte a área de influência da EPAL, tendo implicado sérias dificuldades ao nível das 2 principais origens de água da EPAL (albufeira de Castelo do Bode e rio Tejo), o que requereu especial atenção e preocupações adicionais ao nível da garantia da continuidade do serviço da Empresa.

Neste contexto, justificou-se a necessidade de uma estreita articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e com a Tutela, no sentido de controlar os usos não prioritários e, por conseguinte, salvaguardar a existência de volumes mínimos na albufeira do Castelo do Bode associados a uma reserva aceitável em termos de abastecimento público de água. No mesmo âmbito, procurou-se ainda salvaguardar a existência de caudais mínimos no rio Tejo.

As circunstâncias conduziram ao registo sistemático, ao longo do ano, de níveis de água mais baixos nas mencionadas origens, o que não só implicou um incremento da monitorização da qualidade da água ao longo do processo, como se refletiu em termos da altura de elevação da água captada e no inerente aumento dos consumos energéticos. Por outro lado, importa relevar as significativas dificuldades associadas ao fornecimento de alguns reagentes, e do aumento (por vezes significativo) do seu custo, como consequência da crise de matérias-primas resultante da guerra no leste da Europa. Apesar das condições adversas, foi possível, na generalidade das situações, ajustar os processos de tratamento de forma a responder cabalmente às exigências preconizadas para a qualidade da água para consumo humano.

A situação descrita foi apenas invertida em dezembro de 2022, mês marcado por fortes precipitações à escala nacional.

Por outro lado, ainda que, no verão, tenham ocorrido incêndios de elevadas proporções na Serra da Estrela, cabeceira da Bacia Hidrográfica do Rio Zêzere, o arrastamento de cinzas que posteriormente daí resultou não teve impactos significativos ao nível da qualidade da água captada em Castelo do Bode.

Origens

Ao longo do ano de 2022 foram utilizadas como origens principais as captações superficiais de água na Albufeira de Castelo do Bode (rio Zêzere) e no rio Tejo em Valada. Como origens complementares ou com importância, fundamentalmente, local ou regional, foram também utilizadas diversas

captações subterrâneas, designadamente: Lezírias, OTA e Alenquer, e ainda, no caso do sistema Oeste, as captações subterrâneas do Farol, Vassala, Reguengo, Pó, Alcoentre e Casais de Britos 2.

Ciclo da Água

		2020	2021	2022	Variação 2022/2021
Água captada	m ³	221.124.927	221.716.595	225.064.451	1,5%
Castelo de Bode	m ³	155.296.516	160.420.110	161.152.938	0,5%
Valada Tejo	m ³	49.515.730	47.225.510	48.198.150	2,1%
Capt. Subterrâneas	m ³	14.378.338	11.922.207	13.846.447	16,1%
Capt. Sistema Oeste	m ³	1.934.343	2.148.768	1.866.926	-13,1%
Água tratada/produzida	m ³	220.723.565	221.384.388	224.600.916	1,5%
Castelo de Bode	m ³	155.292.027	160.415.215	161.147.632	0,5%
Valada Tejo	m ³	49.129.990	46.927.130	47.744.530	1,7%
Capt. Subterrâneas	m ³	14.378.338	11.922.207	13.846.447	16,1%
Capt. Sistema Oeste	m ³	1.923.210	2.119.836	1.862.308	-12,1%
Água Vendida	m ³	197.668.956	196.167.276	199.766.483	1,8%
Clientes Municipais/Multimunicipais	m ³	151.522.950	151.005.322	150.427.934	-0,4%
Clientes Diretos	m ³	46.146.006	45.161.954	49.338.549	+9,2%
Água não faturada (ANF)	m ³	23.455.971	25.549.318	25.297.978	-1,0%
ANF na Rede de Distribuição	m ³	8.861.824	9.606.827	9.521.192	-0,9%
ANF na Produção e Transporte	m ³	14.594.147	15.942.491	15.776.786	-1,0%
Água não faturada	%	10,6%	11,5%	11,2%	-0,3 pp
ANF na Rede de Distribuição	%	10,4%	11,3%	10,9%	-0,4 pp
ANF na Produção e Transporte	%	6,6%	7,2%	7,0%	-0,2 pp

O volume de água captada no ano de 2022 foi de 225,1 milhões de m³, ligeiramente superior em 3,3 milhões de m³ (1,5%) ao verificado no período homólogo.

A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 72% do total da água captada na Empresa.

A captação de Valada Tejo continuou a assumir um papel relevante no total de volume produzido, após a remodelação da ETA de Vale da Pedra finalizada em 2018, representando no corrente ano cerca de 21% do volume total (percentagem idêntica à verificada em 2021).

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 11,2%, que representa uma redução de 0,3 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior.

Adução

A EPAL dispõe de um sistema de Produção e Transporte constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, os quais se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m³/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m³, e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada.

Estes subsistemas são constituídos por 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 27 Reservatórios e 23 Postos de Cloragem.

		2020	2021	2022	Variação 2022/ 2021
Comprimento Conduitas	km	696	695	696	1,0
Est. Tratamento Água	n.º	2	2	2	-
Est. Elevatórias	n.º	31	31	31	-
Reservatórios	n.º	27	27	27	-
Postos de Cloragem	n.º	23	23	23	-
Pontos de Entrega	n.º	186	188	190	2

Nota: As infraestruturas acima não incluem as operadas na região Oeste

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte, como o aqueduto Alviela, e os adutores Vila Franca de Xira-Telheiras, Circunvalação e Costa do Sol.

Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de

Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdelha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em situações de emergência dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.

Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em situações de emergência).

Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro, tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços “Alfragide-Caxias”, “Caxias-Estoril” e “Estoril-Cobre”, num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

No ano de 2022 verificaram-se 83 avarias em condutas na rede de adução, registando-se uma diminuição nas avarias em condutas da EPAL.

		2020	2021	2022	Varição 2022/2021
Avarias em Condutas na Rede de Adução	n.º	48	97	83	-14
Sistema EPAL	n.º	38	69	55	-14
Sistema Oeste	n.º	10	28	28	0

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas no sistema de produção e transporte:

Subsistema Castelo do Bode:

O ano foi marcado, desde o início, pela redução acentuada do nível da albufeira decorrente dos (elevados) volumes turbinados para produção de energia hidroelétrica. Ao longo do ano, os níveis da Albufeira de Castelo do Bode variaram entre 106,0 m e 120,0 m, sendo de salientar que a recuperação do nível da albufeira se registou apenas em dezembro devido às fortes chuvadas. Assim, registou-se um nível médio anual de 109,7 m na albufeira, situação que se configurou mais desfavorável (designadamente na perspetiva energética) face ao nível médio de 114,8 m, verificado em 2021.

No decorrer do ano de 2022 destacam-se:

- Foi adjudicada, em julho de 2022, a empreitada “ETA 0% (0% Energia na ETA Asseiceira)” tendo sido criada uma comissão técnica de acompanhamento específica para o projeto dada relevância do mesmo;
- Foi iniciado, em janeiro, o trabalho de preparação do *upgrade* do sistema CITEC associado ao Centro de Comando de Asseiceira;
- Foi concluída, em março de 2022, a empreitada de “Reabilitação dos Canais de Alimentação dos Filtros e Canais de Água Filtrada da Linha I”, cujo desenvolvimento foi prejudicado pelos condicionalismos provocados pela pandemia COVID 19. Esta intervenção introduziu uma considerável limitação na capacidade de produção da ETA da Asseiceira para valores da ordem de 350 mil m³/dia durante um período significativo;
- Realizaram-se, de maio a novembro, ensaios bimestrais na etapa de Flotação da Linha 1 da ETA da Asseiceira, com o intuito de aferir a sua operacionalidade e permitir a subsequente correção e ajuste das condições de funcionamento;
- Deu-se continuidade às ações de melhoria do funcionamento do Novo Decantador de Inertes dos Insolúveis de Cal provenientes dos Saturadores de Cal, com resultados positivos, tendo sido realizadas operações em modo local e manual;
- Foram realizadas diversas operações de conservação e limpeza de canais, caleiras e beneficiação de zonas funcionais da ETA de Asseiceira, nomeadamente em órgãos de tratamento da Linha 1 e da Linha 2 e nos Flotadores;
- Foram encaminhadas, em janeiro e junho, 1.359 toneladas de lamas desidratadas resultantes da clarificação do processo de produção de água para consumo humano que se encontravam depositadas no Parque de Lamas da ETA e cujo destino final consistiu na incorporação no processo de fabrico do cimento;
- Após concluída, em julho de 2022, a empreitada “Abastecimento à Mendacha a partir da EPAL (Chromela)”, operacionalizou-se o funcionamento da referida ligação. Tendo em conta que a água fornecida ao subsistema da Chromela passou a ser proveniente da ETA da Asseiceira, a ligação em apreço permitiu uma significativa diminuição do contributo dos volumes de água captados a partir das captações da Mendacha;
- Realizaram-se no decorrer do ano, os programados testes de Estanquidade a Reservatórios do Médio Tejo, bem como as respetivas ações de Higienização.

Subsistema Tejo:

A qualidade da água do rio Tejo manteve-se em níveis considerados satisfatórios até próximo do final do mês de junho.

Entre julho e outubro, as condições de seca verificadas refletiram-se na diminuição da qualidade da água desta origem de água, tendo sido necessário efetuar aumentos nos doseamentos de alguns reagentes, em particular de coagulante.

A partir de novembro, a ocorrência de precipitação implicou o incremento da matéria orgânica e da turvação da água do rio Tejo, tendo culminado com uma situação excecional de turvação que se refletiu na necessidade de efetuar uma paragem temporária da produção, no dia 15 de dezembro, a qual se prolongou por 3 dias.

Nos restantes períodos e pese embora as condições adversas, foi possível ajustar os processos de tratamento de forma a responder cabalmente às exigências preconizadas para a qualidade da água para consumo humano.

Em 2022 as principais atividades foram as seguintes:

- Na adaptação do circuito de cloragem para injeção na água decantada da Linha 2, em alternativa ao doseamento do Hipoclorito de Sódio;
- Na realização ao longo do ano de diversas operações de conservação e limpeza de câmaras, tanques, órgãos, caleiras e zonas funcionais da ETA, particularmente nas operações de decantação, filtros, lamas, pré-ozonização e água de cal;
- No encaminhamento, em abril e junho, de 1.100 toneladas de lamas desidratadas de clarificação do processo de produção de água para consumo humano, que se encontravam depositadas no Parque de Lamas da ETA de Vale da Pedra e cujo destino final consistiu na incorporação no processo de fabrico do cimento;
- Na realização no dia 20 de dezembro, na ETA de Vale da Pedra, de um simulacro que envolveu a colaboração conjunta de diversas direções da Empresa. O simulacro teve como objetivos não só testar os procedimentos de emergência em caso de ocorrência de situações anómalas como também a eficácia dos canais de comunicação internos, de forma a assegurar a continuidade do processo de tratamento da água na ETA Vale da Pedra.

Zona Oeste:

Durante o ano em apreço destaca-se a realização das seguintes atividades:

- Realização de beneficiações nos postos de cloragem com Hipoclorito de Sódio e na captação de água no Farol, nomeadamente ao nível do armazenamento e das condições de descarga do produto químico;

- Beneficiação da sala de doseamento de hipoclorito de sódio em Casais de Britos 2, de forma a assegurar a separação entre o doseamento e o local onde se encontram os quadros elétricos;
- Beneficiações em diversos Pontos de Amostragem do Sistema Oeste, nomeadamente, Furo Ferro Velho, Furo 3 do Reguengo Grande, PE Pena Seca, PE Casal da Galharda, PA Pinhal (Lourinhã);
- Beneficiações da descarga do furo e das descargas dos reservatórios da Arrifana, melhorando o circuito de descarga de água e seu encaminhamento.

Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e, devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas:

- Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m);
- Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m);
- Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m); e
- Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m).

Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 161 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por 1.449 km de condutas de Sistemas de distribuição e adução, com 104,0 mil ramais de abastecimento, 13 reservatórios e 11 estações elevatórias.

		2020	2021	2022	Variação 2022/2021
Comprimento da Rede	km	1.448	1.448	1.449	1
Est. Elevatórias	n.º	11	11	11	-
Reservatórios	n.º	13	13	13	-
Ramais	n.º	103.536	104.009	104.285	276
Zonas Altimétricas	n.º	4	4	4	-

No que respeita ao ganho de flexibilidade na exploração do sistema de abastecimento de Lisboa, foi concluída, no quarto trimestre de 2022, uma nova ligação entre a zona Média e a zona Alta, aproveitando o circuito hidráulico associado ao grupo Alta 4 da EE de Campo de Ourique, o que permitiu consideráveis ganhos de flexibilidade em termos da exploração do sistema de abastecimento de Lisboa e foi desenvolvido um estudo da capacidade de descarga dos reservatórios.

		2020	2021	2022	Variação 2022/2021
Avarias em Conduitas na Rede de Distribuição	n.º	460	426	425	-1
Avarias em Conduitas/ 100 km/ ano na Rede de Distribuição	n.º	32	29	29	-
Roturas em Ramais	n.º	579	542	503	-39

Registou-se no ano de 2022, uma diminuição de cerca de 0,2% nas avarias em condutas de rede de distribuição (-1 avaria), e o número de roturas em ramais diminuiu igualmente em cerca 7,2% (-39 roturas).

O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede atingiu o valor de 29 avarias/100 km rede/ano (valor idêntico ao do ano de 2021).

QUALIDADE DA ÁGUA

A Direção de Laboratórios (LAB) é o órgão da Empresa responsável pelo controlo analítico/monitorização da qualidade da água ao longo dos sistemas de abastecimento da EPAL (incorporando as componentes de captação, tratamento, adução e distribuição), manteve durante o ano de 2022, uma das atividades consideradas prioritárias para a continuidade do negócio da Empresa - a verificação da qualidade/segurança da água produzida e distribuída.

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA).

Este Plano integra as seguintes componentes:

- Controlo legal da qualidade da água nas Torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa, nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e nos pontos de entrega a Clientes diretos abastecidos através do sistema de adução, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;
- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc.);
- Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas Estações de Tratamento de Água;
- Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água.

Controlo Legal

No âmbito do controlo legal foram efetuadas, no ano 2022, colheitas em 1 524 pontos de amostragem:

- 1 352 pontos de amostragem nas torneiras de Clientes;
- 165 pontos de amostragem instalados nos locais de entrega de água às Entidades Gestoras, sendo que o sistema de abastecimento de água da EPAL fornece água em alta a 31 Entidades Gestoras através de 191 locais físicos (pontos de faturação);
- 7 pontos de amostragem instalados nas entregas aos Clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras.

Controlo Operacional/Vigilância

No âmbito do controlo operacional foram efetuadas colheitas em 353 pontos de amostragem:

- 179 pontos fixos de amostragem na rede de distribuição da cidade de Lisboa;
- 113 pontos de amostragem representativos do sistema de adução e transporte;
- 61 pontos de amostragem instalados nas origens de água.

Controlo dos Processos de Tratamento

No âmbito do controlo de processo, foram efetuadas colheitas em 42 pontos de amostragem representativos das diferentes etapas do processo de tratamento de água instalado na ETA da Asseiceira e na ETA de Vale da Pedra, bem como dos respetivos efluentes e lamas.

Controlo dos Produtos Utilizados no Tratamento de Água

No âmbito do controlo de produtos utilizados no tratamento de água, foram efetuadas colheitas em 41 pontos de amostragem representativos do controlo dos produtos de tratamento utilizados na ETA da Asseiceira, na ETA de Vale da Pedra e no Sistema de adução e distribuição da EPAL.

Durante o ano 2022, foram colhidas 13 895 amostras de diferentes matrizes no âmbito do PCQA, sendo que 6 548 amostras de água para consumo humano, águas superficiais e águas subterrâneas foram colhidas para cumprimento do implementado no âmbito do controlo legal e do controlo operacional/vigilância e 7 347 amostras foram colhidas para cumprimento do definido no controlo de processo (água, efluentes e lamas) e controlo dos produtos utilizados no tratamento de água para consumo humano.

Foram realizadas 204 080 determinações de parâmetros, das quais cerca de 1 002 determinações foram contratadas a laboratórios externos, o que corresponde a cerca de 0,5% do total de determinações realizadas no âmbito do PCQA.

Apresenta-se no quadro seguinte a distribuição de determinações pelas diferentes componentes do controlo da qualidade, bem como a respetiva evolução do ano 2020 ao ano 2022:

	N.º de Determinações de Parâmetros		
	2020	2021	2022
Controlo Legal			
Clientes Diretos através da Adução	719	717	721
Entregas a Entidades Gestoras	17 529	18 450	17 444
Torneiras de Consumidores na Cidade de Lisboa	13 432	13 456	12 728
Sub-total	31 680	32 623	30 893
Controlo Operacional/Vigilância			

Controlo Legal	N.º de Determinações de Parâmetros		
	2020	2021	2022
Origens (superficiais e subterrâneas)	7 351	12 109	12 700
Sistema de Adução (desde saída das ETA)	57 063	60 155	68 000
Rede de Distribuição (Pontos fixos)	16 466	22 961	27 745
Sub-total	80 880	95 225	108 445
Controlo de Processo (Água, Efluentes e Lamas)			
ETA da Asseiceira	13 077	13 199	13 464
ETA de Vale da Pedra	65 405	51 322	50 040
Sub-total	78 482	64 521	63 504
Controlo de Produtos de Tratamento			
ETA da Asseiceira	32	22	189
ETA de Vale da Pedra	1 180	1 097	944
Sistema de Adução/Distribuição	0	6	105
Sub-total	1 212	1 125	1 238
Total	192 254	193 494	204 080

Nota: Dados obtidos à data da elaboração dos Relatórios e Contas respetivos.

Importa referir que a Direção de Laboratórios teve a sua atividade condicionada desde março de 2020, como resultado da situação pandémica por COVID-19 registada a partir dessa data em Portugal. Esta situação impôs a necessidade de introduzir regularmente algumas alterações nos planos de amostragem e análise operacionais/de processo, com conseqüente redução no número total de análises realizadas vs. análises previstas essencialmente nos anos 2020 e 2021.

Decorrentes de solicitações pontuais das áreas operacionais da EPAL, entre as quais solicitações no âmbito do tratamento de Reclamações da Qualidade da Água, de Processos de Incumprimentos de Valores de Alerta e de Valores Paramétricos/Recomendados, de operações de Lavagem e Desinfecção de Conduas e de Reservatórios, arranque de novas origens, entre outras, foram colhidas cerca de 3 190 amostras que originaram 24 716 determinações de parâmetros.

Avaliação da Qualidade da Água

- a) Qualidade da água nas origens

Captações superficiais

- Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A2 para os parâmetros Coliformes totais e Oxigénio dissolvido e na Classe A1 para os restantes parâmetros. No entanto, a ETA da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

- Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água do rio Tejo, em Valada Tejo, integra-se na Classe superior a A3 para os parâmetros Substâncias extraíveis com clorofórmio e Temperatura, na Classe A3 para os parâmetros Coliformes totais e Manganês, na Classe A2 para os parâmetros Coliformes fecais, Cor, Estreptococos fecais e Fosfatos, na Classe superior a A1 para o parâmetro Sólidos suspensos totais e para os restantes parâmetros controlados, na Classe A1. A ETA de Vale da Pedra tem igualmente instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade da água.

- b) Qualidade da água fornecida/distribuída

Água distribuída na cidade de Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,53% (67 incumprimentos) das determinações de parâmetros.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,22% de incumprimentos do total de determinações de parâmetros (60 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrência de incumprimentos nas torneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conformes se devem a problemas das redes prediais.

Água entregue em Alta

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,25% de valores não conformes (44 incumprimentos).

EPAL - Indicador AA04 da ERSAR - Água Segura

Utilizando a metodologia de quantificação de incumprimentos e número de determinações de parâmetros com Valor Paramétrico (VP) adotada pela ERSAR para estimativa do indicador AA04 - Água Segura, a EPAL obteve os seguintes resultados:

Sistema de distribuição	Água Segura (%) - EPAL		
	2020	2021	2022
Em baixa	99,56	99,09	99,29
Em alta	99,69	99,75	99,72

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da Empresa.

Divulgação de dados

No sítio www.epal.pt são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras, com periodicidades mensal e trimestral, respetivamente.

Adicionalmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, procede-se ao envio trimestral a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

Plano de segurança da água

Durante o ano de 2022, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito do Plano de Segurança da Água (PSA) da EPAL:

- Divulgação da 6.ª edição do Plano de Segurança da Água da EPAL, objetivando o cumprimento dos requisitos constantes do aditamento ao Decreto-Lei n.º 360/2007, de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, previstos no Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro. Cumprindo uma decisão do Regulador que, para efeitos da análise de perigos e avaliação/gestão do risco a desenvolver, considera o sistema de abastecimentos das ex-Águas do Oeste como uma extensão do sistema de abastecimento da EPAL, esta 6.ª edição do PSA EPAL constitui a 1ª edição do PSA do Sistema de Abastecimento do Oeste. Não obstante a obrigatoriedade legal contemplar somente a necessidade de desenvolvimento de uma análise de perigos e avaliação/gestão do risco referente a impactos na "Qualidade da água", na presente edição do PSA foi realizada esta avaliação para as restantes vertentes contempladas no PSA da EPAL: "Falta de água" e "Qualidade de Serviço".
- Adaptação da estrutura dos templates/ficheiros de sistematização da informação, identificação de eventos perigosos/perigos, avaliação de risco, para dar resposta aos novos requisitos/critérios definidos pela ERSAR;
- Revisão da matriz de risco adotada para a componente "Qualidade da água", objetivando o cumprimento das novas recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e a sua submissão e aprovação por parte desta entidade, conforme definido no aditamento ao Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, previstos no Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro.
- Identificação/revisão de eventos perigosos/perigos e avaliação do risco das captações superficiais, subterrâneas, tratamentos, adução/distribuição e redes prediais.
- Submissão no portal do regulador (ERSAR) a análise de perigos e avaliação/gestão do risco referente a aspetos/impactos na "Qualidade da água".
- Compilação e tratamento de dados analíticos relativos à qualidade da água, contemplando as componentes da monitorização operacional e legal do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA), no formato definido pelo Regulador. Submissão no portal da ERSAR destes dados.
- No âmbito da 6.ª edição do PSA EPAL foram identificados 1184 Eventos Perigosos/Riscos ao longo de todo o sistema EPAL dos quais 41% estão associados a impactos na Qualidade da

Água (QA), 18% associados a impacto na Qualidade de Serviço (QS) e 41% a problemas de Falta de água (FA).

- Definição e divulgação do Plano de Ações para a Gestão do Risco (PAGR): objetivando a redução/mitigação e a gestão dos riscos de atuação prioritária (riscos classificados com níveis de criticidade “Médio elevado”) foram inscritas 17 medidas no PAGR com prazos de execução distribuídos ao longo do período 2022-2027 que foram agrupadas da seguinte forma:
 - Estudos e projetos: 3 ações;
 - Elaboração/ revisão de documentos de suporte à atividade (Procedimentos, Instruções de Trabalho e/ ou Manuais): 2 ações;
 - Elaboração / revisão de Planos de Emergência/ Contingência/ Segurança: 2 ações;
 - Plano de comunicação com stakeholders: 2 ações;
 - Obras de beneficiação e amplificação do Sistema de Abastecimento: 5 ações;
 - Otimização das condições de exploração do Sistema de Abastecimento: 3 ações.

ATIVIDADE COMERCIAL

Em 2022 verificou-se a retoma da atividade, embora ainda sujeita a algumas limitações, sendo possível repor as atividades desenvolvidas no Departamento de Clientes, quer ao nível do Atendimento a Clientes, quer ao nível da Assistência Local.

Com o objetivo de melhorar a relação com os nossos clientes, para além da atividade normal, implementou-se, na Área de Atendimento ao Cliente, o envio de SMS's como meio de comunicação de suspensões e aviso de débitos. Na área de Assistência Local, procedeu-se à alteração da periodicidade de leituras, para quadrimestral, depois de vários anos de leituras semestrais.

Na esfera dos serviços de apoio a clientes, à semelhança do ano anterior, a área de Atendimento a Clientes manteve a tendência de aumento do número de atendimentos maioritariamente via telefónica (contact center) e por escrito (e-mail, carta). O atendimento presencial efetuado nas Lojas do Cidadão e da Sede é o menos requerido.

Em 2022, foram atendidos telefonicamente 339 mil clientes da EPAL, sendo este o meio mais representativo no total de atendimentos do ano. A exemplo do que já tinha ocorrido no ano anterior, o contacto por meio escrito, na generalidade e-mail, manteve-se como o 2.º canal de contacto mais procurado pelos nossos clientes. No atendimento presencial, em 2022, foram atendidos 42 mil clientes na Loja da Sede e 28 mil na Loja do Cidadão. No total foram atendidos 535 mil clientes da EPAL pelos meios de contacto presencial, telefónico e escrito.

Preconizando a melhoria contínua do serviço que prestamos, em 2022 implementou-se o envio de SMS aos clientes, para comunicação de suspensão no abastecimento por rotura em conduta da EPAL, bem como para informar a devolução de faturas não regularizados pelo Banco.

Na área de assistência local aos clientes, foram realizadas 859 mil leituras. Apesar dos constrangimentos sentidos pela pandemia, foi possível alcançar 85,40% de realização na leitura primária. No final do ano, a monitorização de locais de consumo contava com 1.703 mil locais com *waterbeep* ativo (todos os pedidos satisfeitos), e 3.978 mil locais com telemetria instalada.

Incrementou-se a instalação de telemetria nos Pontos de Entrega da Zona Oeste, contando no final do ano com 100% de locais com telemetria.

Dadas as restrições ainda decorrentes da pandemia, verificou-se uma diminuição transversal dos serviços executados, tendo sido apenas realizada 22 mil substituições de contadores e redimensionamento nos DN100 e DN 150 com a alteração nas medidas dos troços, aproximadamente 162 mil Serviços realizados; e cerca de 10 mil "Cortes" por débito. Contudo, manteve-se o plano de

limpeza e substituição de filtros de contadores afetos aos Clientes Municipais. Em colaboração com a Gebalis e com a Polícia Municipal, manteve-se ainda, a atividade de controlo de perdas económicas em zonas de risco, atividade esta que revela dificuldades acrescidas na sua implementação.

No âmbito das reclamações decorrentes dos serviços prestados por ASL, foram abertas 890 reclamações, o que correspondente a 0,55% dos serviços. E com o objetivo de simplificar o processo de envio da leitura dos contadores, efetuado pelos nossos clientes, em dezembro de 2022, o projeto da "Leitura por Foto" entrou em fase de testes.

A área de faturação e cobrança, apresentou uma melhoria dos indicadores de faturação e cobrança, que tinham sido fortemente afetados pela pandemia COVID-19, nos anos de 2020 e 2021. Com o recomeço do envio de cartas de aviso de corte e da execução de fechos de água por falta de pagamento, em setembro e outubro de 2021, respetivamente, retomou-se a atividade normal do processo de controlo de cobranças da EPAL. Também pelo facto de se terem levantando as restrições relativas a limitações horárias dos estabelecimentos comerciais e no retomar do trabalho presencial nas empresas, houve impacto ao nível da faturação, nomeadamente no aumento dos volumes e valores faturados, com grande relevância no segmentos do Comércio e Indústria.

Relativamente à área de novos sistemas de ligação, verificou-se uma ligeira tendência de subida nos novos processos de ligação face ao ano anterior, com totais ainda assim inferiores aos que se verificaram antes da Pandemia COVID-19. Este aumento é talvez o dado de maior destaque nos serviços desenvolvidos. Verifica-se que face a 2021, o aumento no total de projectos (novos e alterações) foi de 9%. No entanto, no que respeita apenas aos Processos de Ligação este aumento assume maior relevo, dado que se situa nos 17%. Para os resultados obtidos, contou-se com a prestação de serviço para análise de projetos em 39% do total de processos (novos e alterações). O número de vistorias foi semelhante ao de 2021, com uma redução de 24 vistoriais face ao ano anterior, ou seja, menos 1,5%.

Relativamente às restantes atividades inerentes aos licenciamentos de redes prediais, não se verificaram variações significativas. Contudo, na criação/atualização de cadastro no Sistema AQUAmatrix, verificou-se um aumento de 10% nos códigos locais gerados face a 2021. Não obstante, se comparado com os valores obtidos em 2020, o aumento assume maior expressão, situando-se nos 58%.

Clientes e Mercado

A EPAL abastece uma área superior a 7.000 km², com cerca de 2,9 milhões de consumidores, em 35 municípios (incluindo Lisboa).

Os clientes abastecidos diretamente são cerca de 364 mil, verificando-se a manutenção da tendência que se registou no ano anterior, com um aumento em 2022 de 3.570 clientes (+1,0%).

		2020	2021	2022	Variação 2022/2021
Clientes Municipais (municípios diretamente abastecidos)	n.º	17	17	17	-
Clientes Multimunicipais	n.º	2	2	2	-
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	n.º	357.662	360.258	363.828	1,0%
Domésticos	n.º	304.696	306.994	309.182	0,7%
Comércio e Indústria	n.º	46.525	46.684	47.916	2,6%
Estado, CM Lisboa e Embaixadas	n.º	2.248	2.306	2.415	4,7%
Instituições	n.º	4.191	4.272	4.313	1,0%
Unidades Militares	n.º	2	2	2	-
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	n.º	34	34	34	0,0%
Número de consumidores	n.º	2.887.434	2.876.464	2.875.941	-0,02%
Lisboa	n.º	509.515	545.923	545.796	-0,02%
Municípios	n.º	2.377.919	2.330.541	2.330.145	-0,02%
Área total abastecida	km ²	7.095	7.095	7.095	0,0%
Lisboa	km ²	100	100	100	0,0%
Municípios	km ²	6.995	6.995	6.995	0,0%

^(1) INE - População residente na área abastecida - período refº 2021 (Dados Censos 2021)

^(2) Área em Km² (ano de referência 2021)

Vendas

Volume vendido

Em 2022 o volume vendido ascendeu a 199,8 milhões de m³, que representa um aumento de 3,6 milhões de m³ (+1,8%) face ao volume vendido em 2021.

		2020	2021	2022	Varição 2022/2021
Volume total vendido	m ³	197.668.956	196.167.276	199.766.483	+1,8%
Clientes Diretos	m ³	46.146.006	45.161.954	49.338.549	+9,2%
Clientes Municipais	m ³	118.286.843	117.840.339	116.947.511	-0,8%
Clientes Multimunicipais	m ³	33.236.107	33.164.983	33.480.423	+1,0%

Níveis de Serviço

A duração das suspensões de serviço com impacto em Clientes registaram um acréscimo no ano de 2022, de 29,1% face ao período homólogo.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2020	2021	2022	Varição 2022/2021	
Por tempo (h)	2.169	2.398	3.095	697	29,1%
Total Produção e Transporte	349	793	1.074	281	35,5%
Programadas	349	793	1.024	231	29,2%
Não programadas	-	-	50	50	-
Total Distribuição	1.820	1.605	2.021	416	25,9%
Programadas	378	295	472	177	60,0%
Não programadas	1.442	1.310	1.549	239	18,2%
Por quantidade	632	628	650	22	3,5%
Total Produção e Transporte	44	62	98	36	58,1%
Programadas	44	62	93	31	50,0%
Não programadas	-	-	5	5	-
Total Distribuição	588	566	552	-14	-2,5%
Programadas	80	80	81	1	1,3%
Não programadas	508	486	471	-15	-3,1%

Eficácia do serviço	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	27	47	73	26	55,3%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	152	132	165	33	25,0%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	6	18	24	6	33,3%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	3	4	3	-1	-25,0%
Nº de pontos de entrega afetados (>4h)	32	60	101	41	68,3%

Outros Serviços Prestados

Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix:

O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, e tem vindo a desenvolver-se e a comercializá-lo a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Ao longo dos anos tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

Durante o ano de 2022, o AQUAmatrix foi implementado nas Águas do Alto Alentejo e nos Serviços Municipalizados de Setúbal e teve como principais projetos estruturantes, a migração tecnológica do AQUAmatrix, a implementação do ATDUC, a consolidação dos interfaces com os diversos *brokers* de faturação eletrónica, a disponibilização da versão 1.01 do novo AQUAmatrix, o desenvolvimento e disponibilização da nova versão do myAQUA e de novas funcionalidades na mobilidade de leituras a nível de georeferência e fotografia, o início do projeto de implementação do AQUAmatrix nos SMAS de Almada e o desenvolvimento de um novo Portal Web para Gestão dos Projetos da Rede Predial e Saneamento.

Neste momento, o AQUAmatrix está presente em 44 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 102 municípios em Portugal e 11 municípios nos Países de Língua Portuguesa. Assim, no final de 2022, apresenta uma quota de mercado nacional de 42,23% com 2,3 milhões de clientes finais em Portugal, considerando o universo 5,5 milhões de clientes. A nível internacional o AQUAmatrix está implementado em 4 municípios de Angola, Ilha de Santiago e Ilha do Maio em Cabo Verde e nas Águas da região de Maputo, o que perfaz cerca de mais 0,35 milhões de clientes finais.

Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency):

O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água. Encontra-se vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC). A aplicação WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Durante este último ano, decorrente das preocupações imergentes com a eficiência hídrica, fruto do período de seca que o país tem atravessado, as Entidades Gestoras em Baixa têm demonstrado interesse no serviço WONE para uma escala mais global, transitando de projetos piloto para o interesse numa utilização mais abrangente em toda a sua rede.

Atualmente existem 6 municípios com licenças ativas e que utilizam regularmente o serviço. Considerando a situação de seca verificada em 2022, importa destacar a realização de campanhas de combate às perdas e deteção de fugas, nos Municípios de Mêda, Vila Nova de Foz Côa e de Aguiar da Beira, as quais se revelaram uma medida fundamental na mitigação dos efeitos da seca.

Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:

O waterbeep® é um serviço através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

O waterbeep® apresenta-se em quatro modalidades, com diferentes níveis de detalhe de informação, podendo os clientes optar pela que melhor se adegue às suas necessidades.

As modalidades waterbeep® plus, pro, premium e local permitem a emissão de alertas, sendo os mesmos enviados aos clientes aderentes sempre que se verifiquem desvios significativos do padrão habitual de consumo de água, ou situações de consumos contínuos durante um período alargado de tempo, que poderão ser indicadores de roturas ou dispositivos abertos/avariados.

Lançado em 2013, este serviço inovador e pioneiro em Portugal, conta já com mais de 27 mil adesões, das quais 90,2% são referentes ao waterbeep home, 8,4% ao waterbeep plus, 1,2% ao waterbeep pro e 0,1% ao waterbeep premium.

Com o objetivo de promover, de forma contínua, o uso eficiente da água e a sustentabilidade ambiental, a EPAL manteve a divulgação e apresentação do serviço waterbeep, reforçando a sensibilização junto dos clientes para a realização de um maior controlo e monitorização dos seus consumos, assegurando, assim, a sua otimização e minimizando perdas de água e gastos desnecessários.

Em 2022, foi promovido em diversas iniciativas, nomeadamente no 33.º Congresso da AHP. Adicionalmente, é de salientar ainda que se realizaram diversas palestras com o tema “Água da Torneira | Valor e Sustentabilidade, nas quais foram promovidas as modalidades waterbeep home e plus. Por fim, foi ainda promovido no site da EPAL e redes sociais.

Billmeter® billmeter

O Billmeter é um sistema através do qual as entidades gestoras poderão gerir o parque de contadores. Este serviço poderá ser de extrema relevância, uma vez que reforça a capacidade das entidades no que refere às perdas aparentes, sendo uma ferramenta essencial na gestão do parque de contadores, bem como na priorização do investimento a afetar a este tema.

Billmeter® é uma aplicação informática pioneira que se assume como um reforço tecnológico no combate às perdas aparentes. Esta metodologia de controlo ativo das perdas por erros de medição contribui para a gestão otimizada do Parque de Contadores, aumentando a eficiência e a rentabilidade do investimento.

Permite avaliar estatisticamente o desempenho individual de cada contador, recomendando a periodicidade ótima para a sua substituição.

Disponibiliza informação integrada e segmentada para diagnóstico do desempenho e da rentabilidade do Parque de Contadores.

Ao considerar variáveis como padrões de consumo, evolução dos erros de medição, custos associados ao contador e tarifário, classifica, estatisticamente, os contadores pelo potencial de recuperação de água não faturada, prevendo o tempo ótimo de serviço no final do qual, para que este potencial seja maximizado, se recomenda a substituição.

O Gestor poderá simular cenários com base nos erros de medição e padrões de consumo, já definidos na Biblioteca do Billmeter® ou a partir de Bibliotecas customizadas.

Fill Forever:

A “Fill Forever” é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultra leve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público fill forever em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. “Leve no preço. Leve no ambiente”.

Para além de ser um produto disponível para venda, é manifestamente um dos veículos de comunicação do esforço que a EPAL tem vindo a fazer, na sensibilização do consumo da água da rede pública.

O forte impacto junto da comunidade tem feito desta garrafa reutilizável um instrumento primordial para conferir sustentabilidade a ações e eventos, para além de promover a qualidade e excelência da água que produz.

Em 2021, foi lançada uma nova edição da garrafa Fill Forever, 100% em vidro, eternamente reciclável. Nesta edição, foi lançada a coleção Fill Forever FAUNA, com a representação de 20 animais diferentes, cujo propósito é alertar para a defesa do Planeta mediante a alteração de comportamentos.

Em 2022, estas garrafas continuaram a ser comercializadas nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água, com destaque para alguns animais que tiveram muita procura desde o início: gato, cão, tartaruga, golfinho, água e leão.

Garrafa Siza Lisbon Soul by EPAL:

Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira é mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Fruto de uma parceria entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e a AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, a Garrafa Siza destina-se à divulgação junto do Turismo da cidade de Lisboa, hoje um dos destinos mais apetecíveis e onde a água da rede pública alcança níveis de qualidade exemplares, cumprindo as mais exigentes normas de qualidade nacionais e internacionais.



Esta peça caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico único da capital, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos – O Castelo de São Jorge - posicionando-a como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade a qual reza que havia no extremo ocidental da Europa, um lugar chamado Ofiusa – a Terra das Serpentes - governado por uma Rainha, meio mulher, meio cobra, escoltada por um exército de serpentes que envenenava quem ousasse disputar-lhe o trono.



A garrafa de assinatura de Álvaro Siza exclusiva da EPAL continuou a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água, Lojas EPAL cativando o interesse de particulares e empresas.

Lisbon Tap Water Bottle:

A Lisbon Tap Water é uma garrafa da EPAL de design moderno, sóbria e fácil de manusear que vai conquistar qualquer ambiente em que esteja presente.

De vidro subtil e absolutamente cristalino, apresenta-se em sintonia com a vida da capital em permanente dinamismo e à procura de soluções de sustentabilidade.

Pensada para espaços onde são realizadas Conferências e Seminários, pretende apoiar as Entidades que recebem diariamente participantes dos mais diversos países de mundo para eventos profissionais, académicos, culturais e lúdicos.

Por este motivo, a Lisbon Tap Water apresenta um rótulo bilingue, de afirmação universal de um hábito sustentável.

Com tampa hermética, capacidade de 1 litro, reflete uma escolha amiga do ambiente, convidando ao consumo de água da torneira, em qualquer local, um bem de excelência que cumpre os mais rigorosos padrões de qualidade nacionais e internacionais.

Durante o ano de 2022, continuou a registar-se o interesse dos consumidores e de empresas que pretendem adquirir uma peça que evoca a sustentabilidade do consumo de água da torneira.

Garrafa de barro COOL



COOL - Água "Naturalmente Fresca" é a nova garrafa da EPAL feita em barro, com manufatura e materiais 100% portugueses, que se apresenta em 3 versões exclusivas: barro vermelho com serigrafia em preto, barro vermelho com serigrafia em azul, e barro negro. Totalmente feita à mão, em olaria de roda, esta garrafa tem a qualidade única de conseguir refrescar a sua água da torneira, de forma ecológica, natural, e com consumo zero de energia.

As garrafas aliam um design contemporâneo, com materiais e técnicas ancestrais de produção, proporcionando uma solução ecológica de tradição milenar que permite conservar a água sempre fresca. A tampa da COOL é manufaturada em cortiça, conferindo-lhe ainda maior personalidade, e homenageando a tradição e a cortiça portuguesa, promovendo a utilização de recursos renováveis locais.

As versões em Barro Vermelho apresentam na sua base uma serigrafia (a preto ou a azul) do Aqueduto das Águas Livres, símbolo maior da história do abastecimento de água em Portugal.

A versão em Barro Negro tem na sua génese um processo de fabrico artesanal reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, e como a única energia despendida proveniente das mãos do seu criador.

Esta peça continua disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água, Lojas EPAL e plataforma *online* Planetiers.

Jarro Gota



O jarro Gota é o resultado da parceria entre a EPAL e a Bordallo Pinheiro que une as duas emblemáticas e centenárias empresas na mesa dos portugueses há mais de um século. Com o mote “Se queres água toma”, inspirado em Raphael Bordallo Pinheiro, autor da representação popular do Zé Povinho, que veio a tornar-se num símbolo do povo português.

O jarro em forma de gota e com relevos de água na sua superfície que, além de remeter para o imaginário das formas de gotas de água, inspira-se também no universo da Bordallo Pinheiro nas cores e nos relevos que tanto caracterizam a sua marca identitária. Depois do sucesso do Jarro Gota Original (verde), lançado no dia 1 de outubro de 2020, Dia Nacional da Água, foram lançadas 7 novas cores no Dia Nacional da Água, que representam a ideia de diversidade e inclusão, usando algo da natureza para representar questões de direitos humanos. Quando o sol brilha sobre gotículas de água suspensas no ar, acontece um fenómeno que todos conhecemos como arco-íris. Embora não sejam as suas cores reais e não sejam 7, mas sim 8, os novos Jarros Gota personalizam este encontro entre a água e o sol.

A água da torneira, a opção mais sustentável e amiga do ambiente, e o jarro Gota, peça exclusiva que acolhe a água, juntas celebram o Ambiente, a cerâmica portuguesa, a produção nacional de qualidade, e o convívio tão característico e essencial das mesas das famílias portuguesas.

Esta peça foi apresentada no Dia Nacional da Água, em 2021, e está, disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

Chávenas de café “Bicas com História”



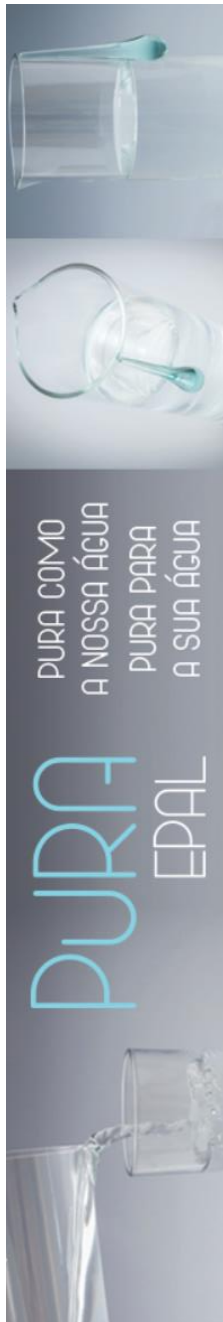
Uma coleção de 4 chávenas de café que representam os 4 núcleos do Museu da Água e coloca as duas bebidas mais consumidas no mundo, água e café, em destaque e o convida a conhecer a história e o património da Água.

A coleção de chávenas de café, resulta de uma parceria entre a EPAL e a Vista Alegre, duas marcas intimamente associadas à História e à vida cultural portuguesas.

As duas empresas nascidas no século XIX e habituadas a serem parte integrante da mesa dos portugueses, a EPAL com a melhor água e a Vista Alegre com as mais bonitas porcelanas, juntaram-se para lhe servirem café num conjunto de 4 diferentes chávenas, onde se encontram representados os 4 núcleos do Museu da Água da EPAL: Aqueduto das Águas Livres; Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos; Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras e Reservatório da Patriarcal.

Esta peça foi lançada em 2020, e está disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

Jarro PURA



O Jarro PURA é um jarro cujo objetivo é o de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira. A melhor. A mais sustentável.

A EPAL e a Atlantis/Vista Alegre criaram o Jarro PURA, cujo nome nos remete para o cristalino, para a importância da transparência, da confiança, em oposição ao opaco, à escuridão e à sombra.

O PURA é totalmente manufaturado e verdadeiramente único e original. Tal como a água e as suas gotas, não há dois jarros iguais, o que reforça o carácter exclusivo de cada peça.

Pela forma como é executado, sem recurso a moldes, é uma peça que só pode passar pelas mãos de verdadeiros e talentosos artesãos com vasta experiência na arte de trabalhar o vidro.

Assim como a água, o vidro tem a característica de não esconder, de se expor, de se mostrar e de se revelar, deixar-se atravessar pela luz, não ocultando o que está atrás de si. O Jarro PURA vem juntar-se à coleção de jarros e garrafas de água, partilhando o objetivo comum de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira.

A comercialização deste Jarro arrancou em 2021, sendo que o mesmo poderá ser adquirido no Museu da Água da EPAL e nas Lojas EPAL.

Bule AQUA NOVA

Pelo cunho pessoal de uma princesa Portuguesa do século XVII – Dona Catarina de Bragança – o consumo de chá ganhou tradição, vindo a tornar-se a bebida da moda, primeiro em Inglaterra, e depois na Europa do século XVII, marcando os hábitos e costumes de gerações ao longo de séculos.

De regresso a Portugal, após a morte do marido, a rainha-consorte de Inglaterra seria a tutora de D.João V, seu sobrinho-neto, mentor da construção do Aqueduto das Águas Livres. Sendo uma bebida muitíssimo apreciada na Lisboa antiga, certamente confessionada com a água que chegava à cidade através do Aqueduto, foi prestada uma homenagem com o novo Bule AQUA NOVA da COSTA NOVA.

O novo bule, recebe o medalhão icónico ilustrativo do Aqueduto das Águas Livres, pretendendo ser também uma ode simbólica ao mar e a uma das obras de arquitetura mais emblemáticas e que mais contribuiu para o desenvolvimento da capital.

O Bule AQUA NOVA é uma peça pioneira feita em grés reciclado, a partir da matéria-prima que constitui uma marca própria – o Eco Gres®, tornando-a ainda mais eficiente e ecológica, incorporando totalmente a circularidade do reaproveitamento.

Lançado em 2022, é possível encontra-lo nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.

Academia das Águas Livres



A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL 2013, na sequência de uma lacuna em Portugal ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor. A oferta formativa disponibilizada inclui três cursos acreditados pela Ordem dos Engenheiros, no âmbito do Sistema de Acreditação da Formação Contínua para Engenheiro, e também um curso reconhecido pela RELACRE.

Em 2022, foram realizadas 6 ações de cursos avançados, de que se destacam a Pós Graduação em Tecnologias e Gestão da Água, PERSA - Programa avançado em energias renováveis no setor da água e Controlo de perdas de água em sistemas de abastecimento. Relativamente à formação geral, formação profissional e formação técnica especializada, alargou-se o leque da oferta com a reativação de formações nas áreas de Segurança, Sistemas de Gestão e Sistemas de Informação.

Ainda no exercício, foi possível retomar em pleno a atividade. A Academia realizou 89 ações de formação, em que participaram 1.263 formandos. Destes, cerca de 31% respeitam a trabalhadores da EPAL/AdVT, 29% provenientes de outras empresas do Grupo Águas de Portugal e 40% correspondem a inscrições providas de entidades externas ou individuais.

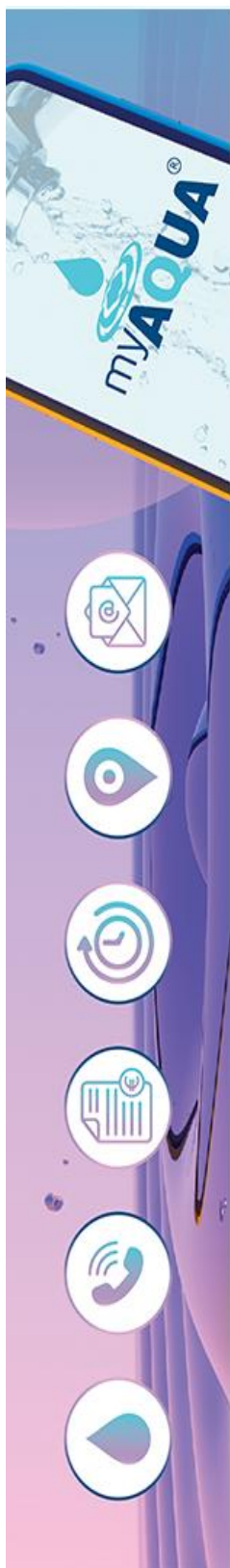
Laboratórios de ensaio e amostragem:

Os Laboratórios de ensaio da EPAL, localizados em Lisboa (Laboratório de Lisboa) e na ETA de Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, “a qualidade da água captada, desinfetada e distribuída”.

A Direção de Laboratórios da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 e possui o Certificado de Acreditação nº L0242, ao qual estão associados dois Anexos Técnicos, o L0242-1 relativo à área de amostragem, ao Laboratório de Lisboa e o L0242-2 relativo ao Laboratório de Vale da Pedra.

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

No ano 2022, no âmbito de prestações de serviços a clientes externos à EPAL, foram colhidas/rececionadas 2.477 amostras de água para análise, correspondentes a 11.162 determinações de parâmetros.

myAQUA:

O myAQUA® é uma aplicação desenvolvida pela EPAL para smartphones que permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados de contrato, comunicar leituras de acordo com as suas preferências, consultar contas da água, e muito mais. Permite, também, aceder a mais do que um contrato, podendo consultar e gerir a informação relativa a vários locais de consumo de forma simples, cómoda e com um único código de acesso.

A aplicação myAQUA foi reforçada, em 2022, com novas funcionalidades, proporcionando ao Cliente cada vez mais autonomia e facilidade na gestão do seu contrato. Esta já dispõe de autenticação.gov permitindo, assim, aceder à aplicação através da Chave Móvel Digital. Caso a versão do smartphone o permita, o Cliente também pode efetuar o login por faceid ou fingerprint.

No ano de 2022, a EPAL deu continuidade a campanhas de promoção desta aplicação. Com o mote "myAQUA não para de inovar!", a EPAL lançou uma campanha para dar a conhecer as novas funcionalidades desta aplicação, que a tornam mais robusta e preparada para responder a todas as solicitações, oferecendo maior autonomia ao utilizador e facilidade na gestão do contrato.

O myAQUA conta já com mais de 180.000 downloads desde a sua criação. Atualmente conta com 116.868 utilizadores ativos, dos quais 53,1 % através de smartphones com sistema Android e 46,9% com iPhone.

Entidades Gestoras que utilizam o myAQUA: EPAL, Grupo Aquapor (11), SIMAS Oeiras e Amadora, SIMAR Loures e Odivelas, Águas do Alto Minho, Águas do Norte, SMAS de Sintra, SMAS de Vila Franca de Xira, Tejo Ambiente, Águas do Interior Norte, SMAS de Castelo Branco, SMAS de Torres Vedras, EMAS Beja, Aquanena e Águas de Santo André.

H2O Quality:



O H2O Quality é uma aplicação gratuita e pioneira no setor da água a nível mundial, que funciona por georreferenciação, e que permite a qualquer cidadão ou turista aceder aos resultados da qualidade da água relativos ao local onde se encontra, com informação atualizada diariamente, em português e em inglês.

A qualquer momento e onde quer que esteja, pode aceder ao H2O Quality e conhecer a qualidade da água que está a ser distribuída nesse local específico, com informação sobre os parâmetros, nomeadamente, cálcio, magnésio, cloro, cor, dureza, pH, entre outros, que poderá consultar em pormenor, visualizando os resultados e valores paramétricos. Caso pretenda saber a qualidade da água de um outro local em Lisboa, basta recorrer ao motor de pesquisa da aplicação e inserir a morada pretendida. Com esta aplicação, pode ainda visualizar, no mapa, a localização de bebedouros perto do local onde se encontra, encher a sua garrafa reutilizável e levar consigo a água da torneira, a opção mais sustentável e mais amiga do ambiente.

Lançada em julho de 2019, a app H2O Quality, que desde logo despertou muito interesse, tendo, no final de 2022, já sido concretizada a comercialização desta ferramenta digital à AdSA, encontrando-se em curso o projeto de implementação.

Em 2022, a aplicação foi melhorada e apresenta-se agora em 10 idiomas, juntando-se o Ucraniano, Espanhol, Francês, Alemão, Italiano, Árabe, Japonês e Mandarim.

WattWater:

WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015.

O WattWater é um SaaS (*Software as a Service*) que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

Manutenção de Contadores de Água e Medidores de Caudal:

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa.

Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Em 2022, foram realizados trabalhos de calibração de contadores e medidores de caudal, num montante de, aproximadamente, 32 mil euros. Adicionalmente, é de notar que, os clientes SIMAS Oeiras e Amadora, BHB – Sistemas De Controlo e Medida, Lda., ADC – Águas De Cascais, S.A., WAVESDEFENDER Tratamento De Água, Lda., Sumol+Compal Marcas, S.A., ADIN - Águas Do Interior Norte SA e SMAS de Sintra, representam cerca de 43% da faturação total de 2022.

Sistema de Inspeções



A EPAL desenvolveu um Sistema de Gestão das suas infraestruturas assente no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil ao longo do ciclo de vida (reservatórios, condutas, estações elevatórias,...), através da realização de Inspeções Sistemáticas e periódicas.

A atividade de Inspeções encontra-se certificada, segundo o referencial normativo ISO9001:2008.

Os objetivos que se pretende atingir com esta atividade são:

- Assegurar a fiabilidade e segurança na Exploração dos Ativos
- Garantir Níveis de Serviço adequados aos Clientes
- Maximizar o ciclo de Vida dos Ativos
- Minimizar o custo de manutenção/investimento ao longo do ciclo de vida dos Ativos.

CAL - Chave Águas Livres:



A EPAL projetou uma chave multifunções, manual, que conjuga várias ferramentas de forma ergonómica e não aleatória em função da configuração dos órgãos e acessórios e da sua disposição no terreno. Por conseguinte, reduz a mão-de-obra, primando a mobilidade devido ao seu porte, em relação ao conjunto das ferramentas existentes e capacidade de maneabilidade nos mais variados trabalhos aquando da necessidade premente de executar várias manobras sequenciais.

Dada a universalidade da chave multifunções e a standardização dos órgãos e acessórios, esta poderá ser utilizada por um elevado número de entidades gestoras de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, assim como de equipas de combate a incêndios.

INVESTIMENTOS, GESTÃO DE ATIVOS E MANUTENÇÃO

Investimentos

Em 2022, o investimento global efetuado ascendeu a 18,4 milhões de euros, e a maioria do valor executado correspondeu essencialmente, à semelhança de anos anteriores, a construção e reabilitação de infraestruturas.

O quadro seguinte sintetiza os investimentos do último triénio:

Valores em EUR	2020	2021	2022
Garantia da Capacidade	343.871	496.948	924.218
Ampliação da rede de Distribuição	342.699	415.032	924.218
Outros	1.171	81.917	-
Garantia da Fiabilidade e Segurança	4.905.470	6.201.415	11.506.936
Renovação da rede de Adução	486.710	729.369	4.617.521
Duplicação Castelo de Bode	208.658	124.639	123.720
Renovação da rede de Distribuição	2.324.155	2.250.123	3.758.049
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	565.893	769.678	1.132.635
Contadores	507.048	1.731.175	1.203.584
Equipamentos elétricos, mecânicos e instrumentação	547.106	358.860	546.792
Monitorização e controlo	10.783	-	-
Outros	255.118	237.571	124.634
Garantia da Qualidade	1.380.191	907.422	626.889
Laboratórios	790.196	555.214	178.520
Reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra	58.104	-	-
Outros	531.890	352.208	448.369
Sustentabilidade e Inovação	511.756	2.610.186	2.278.044
Sistema de Gestão de Lamas	128.207	5.050	-
Eficiência Energética	346.541	2.539.986	2.272.594
Outros	37.008	65.150	5.450
Tecnologias de Informação e Comunicação	1.219.018	1.516.290	1.223.906
Infraestruturas e Telegestão	301.218	361.937	329.282
Hardware e Software	304.452	684.823	447.288
Aquamatrix	319.301	184.628	427.652
Outros	294.047	284.902	19.684
Outros Investimentos	1.281.606	1.637.749	1.881.311
Adaptação de Instalações	784.012	1.047.476	1.375.770
Outros	497.594	590.273	505.541
TOTAL	9.641.912	13.370.010	18.441.303

O ano de 2022, caracterizou-se por ter sido um ano marcado pelo aumento abrupto dos preços das matérias-primas, dos materiais, equipamentos e mão-de-obra, com especial relevo no setor da

construção, situação excecional verificada nas cadeias de abastecimento resultantes da crise global na energia e da guerra na Ucrânia, que sucedeu e agravou a crise pandémica registada nos anos anteriores. Parte significativa desta disrupção que teve origem nos problemas mundiais que afetam a economia, levaram inclusivamente à publicação de legislação que reconhece a situação, concretamente o Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, que “estabelece medidas excecionais e temporárias de revisão de preços em resposta ao aumento abrupto de custos com matérias-primas, materiais, mão de obra e equipamentos de apoio, com impacto em contratos públicos, especialmente nos contratos de empreitadas de obras públicas, que venham a ser celebrados ou já em execução”, assumindo que existe uma “situação excecional nas cadeias de abastecimento e as circunstâncias migratórias resultantes da pandemia da doença COVID-19, da crise global na energia e dos efeitos resultantes da guerra na Ucrânia”.

Estas perturbações levaram a que vários concursos para contratação de empreitada lançados em 2021 e com realização financeira prevista para 2022 tivessem ficado desertos, a que acresceram alguns contratos não concretizados, num valor total de 10 milhões de euros.

Concomitantemente, o mercado tem sido afetado de forma muito significativa por dificuldades de contratação de recursos, especializados e não especializados, situação que afeta de forma transversal os empreiteiros, as empresas de projeto e fiscalização, e o próprio Dono de Obra, traduzindo-se todas estas situações em dificuldades de materialização dos investimentos.

O processo de materialização dos investimentos tem também vindo a ser afetado pela demora que se regista nos processos de expropriação necessários para obtenção de terrenos, concretamente na emissão das Declarações de Utilidade Pública, situação que chega a implicar o protelamento do lançamento de algumas empreitadas em mais de um ano, após a conclusão do respetivo projeto.

À luz das alterações legislativas do Código dos Contratos Públicos (CCP), operadas pelo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro que entrou em vigor a 2 de dezembro de 2022, verificou-se ainda a necessidade de adaptação das minutas das peças dos procedimentos.

As diversas situações anteriormente referidas, implicaram o ajustamento dos cronogramas de algumas empreitadas que se encontravam em curso, alguns atrasos no lançamento de procedimentos de contratação de novas empreitadas, incrementos no valor do preço base dos concursos, o pagamento de revisões de preços com valores significativos, bem como a análise de pedidos de reequilíbrio financeiro e de revisão extraordinária de preços apresentados por alguns empreiteiros.

Apesar das condicionantes elencadas, a EPAL desenvolveu um conjunto importante de projetos e lançou um número significativo de concursos destinados a assegurar a execução dos investimentos previstos, bem como a continuidade do serviço, aumentando a fiabilidade e resiliência em infraestruturas existentes.

Para o ano de 2023, prevê-se a continuidade dos projetos que se encontram em curso, das empreitadas entretanto adjudicadas e de todo o trabalho que antecede o lançamento dos concursos, nomeadamente, todas as atividades complementares (topografia, geotecnia, entre outras) necessárias à materialização dos mesmos.

Em 2022, a EPAL deu continuidade à implementação BIM, em curso desde 2018, destacando-se os projetos desenvolvidos para o Adutor Vila Franca de Xira/Telheiras (Troço A) e o Projeto de Consolidação Estrutural e Conservação e Restauro dos Lanternins do AAL.

No que respeita aos grandes adutores da EPAL, a atividade continuou a incidir, no essencial, em três linhas de ação: criação de alternativas ao sistema Alviela, reabilitação de adutores em serviço e duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo de Bode, o principal sistema adutor da EPAL.

Relativamente à reabilitação dos grandes adutores, continuaram em desenvolvimento no ano de 2022 os seguintes projetos de execução:

- *“Adutor Vila Franca de Xira – Telheiras: troço compreendido entre a estação elevatória de Vila Franca de Xira e o Bairro da Mata”, visando a reabilitação de um troço de tubagem DN1500, numa extensão de cerca de 4,3 km;*
- *“Subsistema de Valadas – projetos de reabilitação da conduta de água bruta DN1000 de Valada – Vale da Pedra e das condutas de água tratada DN1000 e DN1250 de Vale da Pedra – Várzea das Chaminés”, numa extensão total de 23,5 km.*

No que respeita à duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo de Bode, no ano 2022 deu-se continuidade à elaboração os seguintes projetos de execução:

- *“Adutor Castelo do Bode - duplicação dos troços não duplicados: túneis e ligação da toma para o sistema Oeste em Alcanhões à linha 1 do adutor de Castelo do Bode”, incluindo:*
 - Troço 3: Asseca/Chavões, DN1800 numa extensão de 6,3 km;
 - Troço 4: Aveiras/Obra Especial da Azambuja, DN1800 numa extensão de 1,83 km;
 - Troço 5: Obra Especial da Azambuja/Várzea das Chaminés, DN1800 numa extensão de 2,3 km (projeto em fase de revisão).

Em 2022 foi lançado o concurso da empreitada de “Reabilitação da obra especial do Adutor de Castelo de Bode, na Vala Real”, prevendo a instalação, em vala, de uma nova conduta em aço DN1800, numa extensão de aproximadamente 630 m. As propostas deste procedimento foram recebidas em dezembro de 2022, encontrando-se em análise.

Durante o ano de 2022 encontravam-se em curso as seguintes empreitadas consideradas relevantes:

- *“Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV”*, empreitada destinada a criar alternativas ao aqueduto Alviela, adjudicada pelo valor de 4,8 milhões de euros;
- *“Duplicação do troço do adutor do Castelo do Bode, na zona compreendida entre Torre do Bispo e Alcanhões (Troço 2)”*, numa extensão de cerca de 4,3 km, adjudicada por 9,3 milhões de euros.

Como referido, a materialização destas empreitadas foi fortemente impactada, de forma direta e indireta, pela conjuntura mundial, a qual afetou negativamente os custos de matérias-primas, materiais e equipamentos, os quais atingiram valores sem precedentes.

No âmbito do Projeto EPAL 0% foram lançados em 2022 os seguintes procedimentos que se encontram em fase de contratação:

- *“Empreitada de Conceção-Construção da instalação de produção hídrica da Várzea das Chaminés e UPAC Estação elevatória de Vila Franca de Xira”*, com um preço base de 4,95 milhões de euros;
- *“Empreitada de Conceção-Construção do Parque Eólico da Estação Elevatória de Vila Franca de Xira (5000 kW)”*, com um preço base de 4,99 milhões de euros;
- *“Empreitada de conceção/construção da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica e sistema de regulação de cargas para autoconsumo da EE Amadora (1000 kW AC) e da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica para autoconsumo da EE Olivais (500 kW AC)”*, com um preço base de 3,80 milhões de euros;
- *“Empreitada de Conceção/Construção da Unidade CLORH2O da ETA de Asseiceira – Produção de Água Clorada, Hipoclorito e Hidróxido de Sódio da ETA de Asseiceira”*, com um preço base de 4,95 milhões de euros.

Igualmente enquadradas no Projeto EPAL 0%, em 2022 encontravam-se em curso as seguintes empreitadas:

- *“Empreitada de Conceção-Construção da Central Fotovoltaica de Telheiras (500 kW AC) e da Central Fotovoltaica do Parque das Nações (650 kW, adjudicada por 1,80 milhões de euros);*
- *“Empreitada de Conceção Construção de Mini Central Hidroelétrica - Asseiceira 0%”*, adjudicada por 4,89 milhões de euros;
- *“ETA da Asseiceira 0% - Empreitada de Execução de Beneficiações na ETA da Asseiceira para redução do consumo de energia e produção de energia”*, adjudicada por 2,58 milhões de euros.

Ainda no final do ano 2022 foram celebrados Contratos para as seguintes Empreitadas:

- *“Empreitada de Conceção Construção para Instalação de Infraestruturas de Telemetria e Criação do Centro de Controlo de Energia e de Emissões (CCEE), com serviços associados”, adjudicada por 2,0 milhões de euros;*
- *“ETA da Asseiceira – Empreitada de Conceção-Construção da Duplicação do Canal de Água Bruta e Mini Hidroelétrica, incluindo serviços de manutenção”, adjudicada por 3,92 milhões de euros;*
- *“Empreitada de Conceção-Construção da Central Fotovoltaica da Captação de Valada-Tejo (850 kW AC) e da Central Fotovoltaica da ETA de Vale da Pedra (650 kW AC), adjudicada por 1,95 milhões de euros.*

Relativamente à reabilitação de estruturas de tratamento, transporte e reserva de água, a atividade da Direção de Engenharia durante o ano de 2022, abrangeu a elaboração de projetos de execução, adjudicação e acompanhamento de empreitadas de reabilitação de diversas infraestruturas, salientando-se as seguintes intervenções:

- Adjudicação do Projeto para a *“Reabilitação do Reservatório Elevado de Água de Lavagem dos Filtros da Linha 1 da ETA da Asseiceira”;*
- Empreitada de *“Reabilitação da célula 2 do reservatório da Charneca”*, incluindo a recuperação das superfícies exteriores das duas células e dos edifícios existentes, bem como a repavimentação do recinto, adjudicada por 0,45 Meuros.

No que respeita ao património edificado da EPAL, operacional e não operacional, verificou-se um aumento significativo do número de estudos e projetos que visam, não só, o prolongamento da sua vida útil, como também a sua reformulação, procurando responder a novas necessidades.

Face ao número significativo de processos em curso, foram também desenvolvidos planos de interligação lógica entre os diversos processos e as suas subseqüentes intervenções, por forma a suportar as decisões futuras.

Os estudos e projetos desenvolvidos resultam do desenvolvimento de trabalho interno, na execução dos mesmos, mas também de trabalho de gestão de prestações de serviço através de contratação de empresas da especialidade no mercado externo, para o desenvolvimento destes estudos e projetos, com diferentes graus de maturidade e nas suas várias especialidades.

No ano de 2022 foi possível observar um aumento na materialização dos processos associados à reabilitação das infraestruturas de edificado operacional e não operacional, na qual se inclui as infraestruturas de património histórico classificado, sobretudo fruto da consolidação da equipa afeta a estes processos, que embora exígua em número, conseguiu, em 2022, gerir um total de 46 processos relevantes, tendo alguns deles sido materializados em processos de empreitada, com intervenção em vários recintos operacionais da EPAL, como é o caso do edifício Sede, do Recinto de Vila Franca de Xira ou da ETA da Asseiceira e de Vale da Pedra.

Foi também possível desenvolver um conjunto de estudos e projetos, tendo em vista à reconversão e valorização do edificado não operacional, ou de infraestruturas desativadas, como é o caso da reconversão do edifício do Pátio do Tronco em Residências Universitárias, da beneficiação do Reservatório da Penha de França com vista à sua musealização.

De forma resumida destacam-se algumas das intervenções concretizadas neste âmbito, algumas das quais já materializadas em processos de empreitada:

- *“Empreitada das novas instalações para a Academia das Águas Livres – Recinto de Campo de Ourique”;*
- *“Empreitada de implementação de medidas de reabilitação/reformulação do recinto e do conjunto edificado - Recinto de Vila Franca de Xira”;*
- *“Empreitada para implementação de melhorias operacionais e funcionais - ETA de Vale da Pedra”;*
- *“Empreitada de Reabilitação do Edifício do Aquamatrix – Recinto do Arco”;*
- *“Empreitada para Adaptação da Portaria, Oficinas, Balneários e Estacionamento – Recinto da Asseiceira”;*
- *“Empreitada de implementação de medidas compensatórias no âmbito do SCIE e substituição/relocalização dos PT's – Edifício Sede”;*
- *“Estudo de viabilidade e de ocupação para Residência Universitária - Edifício do Pátio do Tronco”.*

No que respeita à área do património histórico classificado, deu-se continuidade aos processos associados à conservação do Aqueduto das Águas Livres, como é o caso da empreitada iniciada para estabilização de bloco do Módulo 29, ou dos processos de restauro dos chafarizes de Lisboa, desenvolvidos no âmbito dos protocolos existentes com o Município de Lisboa, destacando-se a contratação da empreitada relativa à 2.ª Fase e do início do projeto de restauro da 3.ª fase, que engloba os restantes chafarizes (10 chafarizes). De salientar ainda que se encontram em preparação um conjunto alargado de projetos de património, como é exemplo o restauro do lago do Reservatório da Patriarcal, dos Lanternins do Aqueduto das Águas Livres ou a reabilitação de galerias.

De forma resumida destacam-se as seguintes intervenções:

- *“Elaboração do projeto de execução para o restauro do lago do Reservatório da Patriarcal e serviços associados”,* perspetivando-se que o lançamento da consulta tenha lugar no primeiro trimestre de 2023.
- *“Empreitada de conservação e restauro dos chafarizes da cidade de Lisboa – 2.ª Fase”,* abrangendo 4 Chafarizes Monumentais da Cidade de Lisboa, a saber: o Chafariz do Arco de Carvalhão, o Chafariz do Arco de São Mamede, o Chafariz das Terras e o Chafariz de Santana;
- *“Elaboração do projeto de execução de conservação e restauro dos chafarizes da cidade de Lisboa – 3.ª Fase”,* abrangendo os restantes, a saber: o Chafariz das Janelas Verdes, o Chafariz de Santo António da Convalescença, o Chafariz da Armada, o Chafariz do Carmo, o Chafariz da Mãe de Água à Praça da Alegria, o Chafariz da Rua do Século, o Chafariz da Rua São João da Pedreira, o Chafariz de Entrecampos e o Chafariz de S. Domingos.

Ao nível da reabilitação/renovação da rede de Lisboa, registou-se no ano de 2022 um incremento da taxa de execução, apesar dos desafios colocados pela conjuntura mundial e pelas exigências de licenciamento das intervenções na cidade de Lisboa. Ainda assim, a rede substituída pela EPAL ascendeu a 11,3 km no ano de 2022, valor que supera, em cerca de 48% o valor de 2021 (7,7 km), sendo o valor mais elevado da última década

Em termos operacionais, foi adjudicada uma empreitada plurianual de renovação de rede com DN inferior a 400, com um valor total próximo de 3,7 milhões de euros, para a substituição de cerca 18 km de tubagem, incluindo ramais e órgãos de manobra.

A estas intervenções acrescem as empreitadas a lançar quando concluídos os projetos “Abastecimento a Clientes Localizados no Parque Florestal de Monsanto” e “Ampliação e Reabilitação de Conduitas na Rede de Distribuição de Lisboa na Cidade Universitária”, que ainda se encontram em curso.

No âmbito da reabilitação dos adutores de grande diâmetro instalados na cidade de Lisboa, destaca-se o início da empreitada de “Reabilitação da Adutora da Calçada de Carriche”, a qual prevê a construção de cerca 3,3 km de adutor DN 800, durante o período de 20 meses, representando um investimento de 4,7 milhões de euros.

No âmbito dos projetos de renovação de rede com DN inferior a 400, foi adjudicada uma prestação de serviço “Aquisição de Serviços para Elaboração de Projetos para a Reabilitação da Rede de Distribuição de Lisboa 2022/2023” para a produção de projetos em diferentes áreas da cidade de Lisboa, identificadas no âmbito da matriz de Investimento da Rede de Distribuição, totalizando a reabilitação de cerca 26 Km, dividido por 14 polígonos.

Paralelamente, estão em desenvolvimento vários projetos de reabilitação de condutas de diâmetro relevante na área de Lisboa, incluindo a “Reabilitação da Conduto Camarate - Santo António dos Cavaleiros (Troços Ribeira da Póvoa)” a “Reabilitação do Adutor Olivais – Campo de Ourique” e a “Reabilitação do Adutor Telheiras – Alfragide”.

Em 2022 foram ainda construídos 67 novos ramais para abastecer os novos bebedouros públicos colocados na cidade de Lisboa, ao obrigo do protocolo entre a EPAL, CML e GEOTA, no âmbito da “Empreitada de Execução de 170 Ramais para Bebedouros em Lisboa”. Todos os ramais incluem uma caixa enterrada (arqueta) para instalar o contador e acomodar o equipamento para a telemetria.

A atividade de Ampliação da Rede de Distribuição da cidade de Lisboa, está fortemente dependente da dinâmica urbanística da própria cidade, que na última década regista uma elevada taxa de reabilitação imobiliária. E em 2022 foi assegurado o acompanhamento da execução de 575 novos ramais, valor que supera em cerca de 1.5% o valor de 2021, sendo o maior dos últimos cinco anos.

Contudo, é no indicador relativo a Ampliação de Novas Condutas da Rede de Distribuição, na sequência de ligação de novas urbanizações, que regista um valor de 3,6 km instalados, que o acréscimo é mais expressivo, cerca três vezes superior a 2021 (1,3 km). Esta vertente está dependente da dinâmica imposta pelos promotores imobiliários, constituindo um fator de grande imprevisibilidade no planeamento desta atividade, obrigando a uma grande flexibilidade na compatibilização das diferentes intervenções.

As principais adjudicações realizadas em 2022 ascenderam a 28 milhões de euros, e foram as seguintes:

- Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões – 9,3 milhões de euros;
- Empreitada de Conceção/Construção da Duplicação do Canal de Água Bruta, Gerador de Energia Elétrica de Fonte Hídrica (100 kW AC) e de Fonte Fotovoltaica (600 kW AC) da ETA da Asseiceira e Interligações em Média Tensão – 3,9 milhões de euros;
- Empreitada para a Renovação da rede de Lisboa (2023/2026) - Polígonos e Áreas da Qualidade – 3,7 milhões de euros;
- Empreitada de Conceção Construção para Instalação de Infraestruturas de Telemetria e Criação do Centro de Controlo de Energia e de Emissões (CCEE), com serviços associados – 2,0 milhões de euros;
- ETA da Asseiceira 0% - Empreitada de Execução de Beneficiações na ETA da Asseiceira para redução do consumo de energia e produção de energia – 2,6 milhões de euros;

- Empreitada de Conceção-Construção da Unidade de Produção de Energia Elétrica de Fonte Fotovoltaica para Autoconsumo da Captação de Valada-Tejo (850 kW AC) e da Unidade de Produção de Energia Elétrica de Fonte Fotovoltaica para Autoconsumo da ETA de Vale da Pedra (650 kW AC) – 1,9 milhões de euros;
- Empreitada Recinto de Campo de Ourique – Novas instalações para a Academia das Águas Livres – 1,2 milhões de euros;
- Recintos EPAL – Ações de Melhorias por Lotes – 1,2 milhões de euros:
 - Lote 1 – Ações de Melhorias nos concelhos de Lisboa e Sintra;
 - Lote 2 - Ações de Melhorias nos concelhos de Azambuja e Vila Franca de Xira;
 - Lote 3 – Ações de Melhorias nos concelhos de Alcanena e Santarém;
 - Lote 4 – Ações de Melhorias no concelho de Alenquer.

Gestão de Ativos

A Gestão de Ativos na EPAL tem como função assegurar uma gestão integrada dos ativos da Empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

Em relação à gestão de perdas, procedeu-se durante o ano de 2022 à realização de diversos projetos e atividades, destacando-se:

- Teste do software WaterGems, durante um período de um mês para validar a sua aplicação no futuro desenvolvimento do modelo hidráulico da rede de distribuição de Lisboa;
- Avaliação das opções de aquisição de serviços para a inspeção de adutores, rede de distribuição e barragens, com recurso a tecnologia de satélite, entre outros;
- Análises mensais das perdas através dos dados do WONE e dos volumes de entrada, saída e totais diários nas ZMT da rede de adução bem como o impacto do abaixamento dos consumos;
- Colaboração com a AdP Internacional e o Banco Mundial no projeto 'Cities of the Future';
- Elaboração do Plano (estratégico) para a Redução de Água Não Faturada na EPAL – 2023-2032
- Avaliação das ZMT Lisboa para a sua integração futura no WP;
- Conclusão do desenvolvimento de uma segunda versão da WONE App com introdução de melhorias ao nível das funcionalidades disponíveis;

Registaram-se ainda, em 2022, as seguintes ações de deteção de fugas e projetos de análise das ZMC na rede de distribuição de Lisboa, mais concretamente:

- Foram concluídas 91 intervenções de PAZ, tendo sido analisados 833 km de rede de distribuição, assinaladas 334 roturas e reparadas 316. O PAZ com maior recuperação alcançada foi realizado na ZMC 1180 Xabregas Beato onde foi recuperado um caudal de 39.4 m³/hora, o equivalente a 335 mil m³/ano.
- Foram inspecionados cerca de 42 quilómetros de rede não monitorizada, dos quais 14 na rede de distribuição de Lisboa e 28 na rede de transporte e adução. Todos os troços inspecionados foram geofeccionados em SIG, estando criadas as condições para com uma simples consulta do cadastro se identificar a referência dos processos que conduziram à realização dos trabalhos de deteção de fugas, a data de realização dos trabalhos e o número de roturas detetadas;
- Estima-se que a contribuição para o balanço hídrico de 2022 da EPAL (Baixa) seja de 2,1 milhões de m³ (não incluindo as intervenções realizadas em zonas da rede onde não é possível quantificar os ganhos alcançados com o controlo ativo de perdas).

Todas as intervenções de PAZ efetuadas em 2022 foram justificadas pela identificação de fugas ou roturas novas, ou seja, aumentos nos consumos diários/noturnos e subsequentes indicadores de desempenho detetados no WONE, em detrimento da resolução de fugas 'antigas' na rede em ZMC que sempre tiveram indicadores menos otimizados. Continuam a registar-se dificuldades em analisar o desempenho da rede durante os meses de verão (entre maio e setembro), uma vez que o sistema WONE não considera o factor de sazonalidade. Todavia, a instalação progressiva de telemetria nos clientes com consumos noturnos (CML e Juntas de Freguesia) tem colmatado esta lacuna do sistema.

No que respeita às atividades realizadas no âmbito dos planos e estudos de apoio à decisão, destacam-se os seguintes:

- Elaboração do processo de aquisição da prestação de serviços para desenvolvimento do Master Plan da EPAL e do Oeste, com vista à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa;
- Conclusão do Estudo Ensaio de Stress Hídrico das origens da EPAL;
- Coordenação do Estudo de verificação da adequabilidade dos atuais sistemas de segurança hidráulica dos reservatórios do Sistema de Abastecimento da EPAL;
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Direção de Engenharia no âmbito do Estudo de Alternativas ao Aqueduto Alviela, nomeadamente:

- Avaliação conjunta da solução para o troço 2 de forma articulada com a solução do estudo de otimização do abastecimento a Óbidos do Sistema do Oeste;
- Análise às soluções do Troço 4 e Troço 5 do Aqueduto Alviela.
- Participação na avaliação da solicitação de reforço do abastecimento a Cascais via Vila Fria;
- Avaliação do abastecimento a Mendacha via Chorumela através do Médio Tejo;
- Participação no Plano de Segurança da Água da EPAL.

As atividades no âmbito da área de inspeções registou cerca de 40 inspeções na EPAL, destacando-se as seguintes:

- Aqueduto Alviela – Troço inicial entre Olhos de Água e Alcanhões;
- Aduitor Vila Franca de Xira – Troço Povoia Santa Iria, entre Perfil 1265 e o Perfil 1162;
- Reservatório de Vale da Pedra (Cisterna PCI);
- Flotadores da ETA da Asseiceira;
- Pilar do passadiço da Torre de Captação do Castelo do Bode;
- Inspeção às Obras especiais do Aqueduto Alviela.
- Vários reservatórios da EPAL e da ex-AdO;
- Várias estações elevatórias da EPAL e da ex-AdO.

No que concerne à gestão de energia, procedeu-se à realização das seguintes atividades:

- Gestão dos contratos de fornecimento de energia em articulação com as áreas operacionais e a holding (novos ramos, comunicação de leituras, mudança de potência e acompanhamento de processos de avarias);
- Análise de dados associados a energia reativa e articulação com as áreas operacionais para sua análise;
- Acompanhamento de contratos de produção de energia fotovoltaica nos ativos da EPAL;
- Monitorização e reporte sobre o estado de produção dos painéis de microprodução fotovoltaica;
- Apoio no processo de licenciamento de novas UPAC;
- Acompanhamento de intervenções previstas no SGCIE e Relatórios de Execução e Progresso;
- Acompanhamento do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001;
- Revisão do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001;
- Apoio na recolha e análise de informação com vista ao desenvolvimento do processo de cálculo da pegada carbónica.

Manutenção de ativos

A atividade de manutenção na EPAL é essencial para manter a segurança e a fiabilidade dos equipamentos instalados, de modo a garantir uma produtividade contínua, assegurando assim a competitividade da Empresa nos serviços que presta.

O ano de 2022 foi definitivamente o primeiro que decorreu sem repercussões significativas na atividade de manutenção corrente da Rede de Lisboa resultantes da pandemia de COVID-19. Já sem as questões de ordem logística colocadas ao normal funcionamento das equipas, foi possível dar resposta às solicitações diárias sem grandes constrangimentos externos.

No ano em apreço foi possível renovar os contratos principais de manutenção e em estreita articulação com as equipas dos prestadores de serviços e empreiteiros, garantir uma eficaz resposta às solicitações de manutenção corrente e de emergência.

Salienta-se positivamente o facto de já ter sido possível reforçar as tarefas de manutenção preventiva que ganharam um forte impulso, revertendo a predominância dos trabalhos de manutenção curativa sobre os trabalhos de manutenção preventiva, e que atingiram em 2022 graus de cumprimento bastante positivos, ultrapassando os 90% de realização.

Em paralelo implementaram-se um conjunto de ações no sentido de garantir um melhor controlo das prestações de serviços nomeadamente a implementação em MAXIMO do modo de controlo de contratos, assim como o Schedule, sendo que todas as prestações de serviços anuais ou multianuais foram implementadas em MAXIMO e são geridas nesse sistema de informação.

Importante ainda salientar um incremento significativo na atividade de ensaios de rendimento dos grupos eletrobomba, grandes consumidores de energia, no sentido de garantir uma maior eficiência na exploração do sistema, assim como na condição de equipamentos nucleares da atividade da EPAL.

A atividade nos vários departamentos de manutenção em 2022 foi a seguinte:

- *Departamento de Distribuição*

Destaca-se o reforço dos constrangimentos sentidos devido ao aumento significativo da circulação automóvel, nomeadamente no centro de Lisboa e nos principais eixos rodoviários desta região.

Apesar da menor disponibilidade camarária para a execução de obras na via pública, foi efetuada a construção de 6 novas “caixas de entrada de homem” para acesso ao interior dos adutores da região

de Lisboa. Estas caixas novas vieram reforçar as condições para no futuro se fazerem reparações de adutores com menor impacto na vida normal da cidade e assim aumentar a qualidade do serviço.

Em 2022 foram construídas 2 novas caixas no Adutor da Costa do Sol (concelho de Oeiras) e as restantes 4 caixas foram executadas em condutas de Betão Armado DN1000 da zona Alta, nomeadamente 2 na Av. 5 de Outubro, uma no Campo Grande e outra na Av. Santo Condestável.

Aproveitando as caixas de entrada de homem existentes e as novas caixas construídas em 2022, salienta-se a realização de 23 intervenções de reparação efetuadas pelo interior dos adutores de grande diâmetro. Nestas intervenções foram instaladas um total de 129 juntas de reparação interior tipo AMEX, 6 das quais do tipo curva ou tê. A opção por este tipo de reparação interior das condutas permite reduzir significativamente o impacto negativo que as reparações de grandes adutores sempre provocam na vida da cidade.

Em termos globais, o número de roturas esteve em linha com os anos anteriores, destacando-se, contudo, as 57 roturas em condutas de Betão Armado $DN \geq 800$ e também as 220 roturas em condutas de distribuição de Fibrocimento até DN400.

Foram abertas e concretizadas 3.228 Ordens de Trabalho de Rede (OT's). Na origem destas OT's salienta-se as comunicações com origem em Particular (1903), pela Câmara Municipal/Juntas de Freguesia (313), Assistência a Clientes (284) e Detecção de Fugas (247).

Para a concretização destes trabalhos foram efetuadas 666 suspensões de abastecimento, 321 delas para trabalhar em troços de tubagem e 173 em ramais. A localização predominante dos trabalhos foi no passeio público com 2017 OT's, em zona particular com 608 OT's e na faixa de rodagem onde foram concretizadas 344 OT's.

Por subsistema, verifica-se que é na zona Alta da rede de Lisboa que se desenvolvem mais trabalhos concretizando aí 1739 OT's (54%); seguindo-se a zona Baixa com 559 OT's (17%) e a zona Média com 424 OT's (13%).

Os tipos de Intervenção mais frequentes em quantidade são as "Roturas particulares" com 797 OT's, as "Deslocações sem avaria" com 410 OT's, as "Verificações e pesquisas de ativos" com 232 OT's e os "Outros Trabalhos" com 228 OT's. Pela sua relevância sublinha-se também os trabalhos de manutenção de ramais, nomeadamente a "Substituição de plástico por PEAD" com 184 OT's, a "Reparação de ramais em PEAD" com 157 OT's e o "Desligar ramais" e "Vedação, colocação de anilhas" com 154 OT's cada.

Pela sua relevância salienta-se também a reparação de condutas do tipo “Reparação tipo A (manchão)” com 98 OT’s e a “Reparação tipo B (2 juntas e troço de tubo)” com 184 OT’s que acabam por ser os trabalhos com maior impacto na qualidade dos serviços aos nossos Clientes porque implicam sempre a suspensão de abastecimento durante várias horas a um número significativo de ramais.

As equipas de manutenção preventiva da região de Lisboa retomaram o ritmo normal de trabalho, tendo concretizado de modo bastante positivo todos os planos de manutenção preventiva da rede de distribuição e adutores da região de Lisboa. Libertos dos constrangimentos foi possível concretizar 83% do plano de vigilância da Rede de Lisboa e 100% do plano de vigilância de Adutores. Foram cumpridos também cerca de 75% dos planos de manutenção preventiva da rede de distribuição (GE’s) e 71% do plano de manutenção dos adutores. Foi também concretizado a 100% o plano de manutenção dos Equipamentos de apoio às intervenções na Rede.

De salientar que também foi totalmente assegurado o acompanhamento das obras de terceiros com interferência na rede de distribuição, tendo sido realizadas 294 reuniões de concessionárias organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa.

- *Departamento de Vila Franca*

Foi realizado um trabalho bastante relevante em termos de manutenção de melhoria de forma a salvaguardar a operacionalidade das instalações aumentando a sua fiabilidade. Assim como principais atividades a destacar, podemos referir:

- *Asseisseira* – Substituição dos evaporadores de cloro 01 e 02 e revisão/manutenção geral ao supressor de ar para lavagem 47C01.
- *Vila Franca de Xira* – substituição de clorómetro V2000 por V10K, substituição de grupo do poço 1, reparação do grupo 6, reparação do grupo 8, reparação do grupo 14, manutenção da válvula de seccionamento motorizada 1 L2-Tejo 30040, manutenção do atuador comporta jusante sifão 9 tejo, montagem de anel devido a rotura em cabeça na conduta AT DN1250, rotura na conduta radial junto ponte do Reguengo e rotura de conduta da serra da Vila.
- *Vale da Pedra* – melhoria de caixas e órgãos hidráulicos, reabilitação de parafuso de lamas, reabilitação do sistema hidráulico mastros EEI e reabilitação de ozonizador 3
- *Oeste* – instalação de VEV’s para adequação de exploração e implementação de válvula redutora DN65 para melhorar a condição e operação da conduta.

- *Departamento de manutenção eletromecânica*

Esta área é responsável por garantir a operacionalidade, fiabilidade e eficiência dos equipamentos eletromecânicos de maior potência e da instrumentação de todo o sistema. Paralelamente, dada a natureza dos trabalhos realizados, tem ainda sob a sua responsabilidade um conjunto de oficinas e competências que prestam apoio às restantes áreas da Empresa.

Destacam-se durante o ano de 2022 as seguintes intervenções da equipa de mecânica e oficial:

- Foram realizados 70 ensaios de grupos eletrobomba, mais 17% do que o previsto. Informação essencial para a definição das bombas a intervir, na avaliação do benefício da intervenção e na análise de consumo energético realizada por DGA;
- Participação na elaboração da especificação técnica para os sistemas de vibrações dos grupos com + 75kW;
- Foram realizados 7 ensaios a ESP, todos aprovados, incluindo em equipamentos críticos como Olivais II e Valada Tejo (o último ensaio deste ESP não foi aceite pelo IPC, pelo que obrigou a uma intervenção de maior dimensão);
- Foram intervencionados 16 grupos eletrobomba (10 deles em oficina). Nestas intervenções destaca-se a intervenção na bomba A2 da EE dos Barbadinhos em que o rendimento passou de 44,2% para 78,8% e no G4 da EE2 de VFX onde se registou um incremento de 5 pontos percentuais (grupo de 1,75MW);
- Implementada ligação dentre a ZM/ZA na EE de Campo de Ourique;
- Resolvido o problema elétrico na EE da Amadora que representava um problema na sequência de arranque e na substituição de motores de melhor rendimento;
- Melhoria na iluminação do aqueduto (troço visitável), não só por substituição das luminárias danificadas, mas também por implementar um sistema de socorrido que garante a iluminação quando há falhas de energia;
- Implementação de protocolos de comunicação industrial (Modbus RTU e TCP) para aquisição de dados pelo SCADA, com especial implementação ao nível da medição de caudal (processo e faturação). Esta abordagem veio facilitar a implementação de monitorização, evitando em algumas situações a necessidade de automação;
- Substituição da válvula de regulação de CO₂ da linha 2 de tratamento para melhoria do doseamento e regulação de pH;
- Melhoria dos circuitos de enchimento dos reservatórios de hipoclorito na ESA e EE Sra. da Luz;
- Instalação e substituição de vários analisadores de qualidade da água (cloro residual, turvação, entre outros) ao longo do sistema EPAL e Oeste;
- Realização de 100% do plano de manutenção preventiva de todos os PT EPAL e Oeste.

- Património

A EPAL possui um vasto património imóvel que, não estando afeto à exploração ou não fazendo parte integrante do Museu da Água e do Património Histórico, importa que seja promovida a sua gestão num quadro de conservação, valorização e rentabilização. Neste campo salienta-se:

- Procedeu-se ao mapeamento e atualização da caracterização de casas anteriormente destinadas a habitação, essencialmente de cantoneiros ou guardas e fiscais, estando a ser desenvolvidas ações que visam a sua recuperação tanto para o arrendamento habitacional como para outros fins, como seja a utilização turística.
- Foram identificadas antigas casas de cantoneiro com potencial para integrar uma futura bolsa de arrendamento para habitação permanente e foi dado início à elaboração de um regulamento que visa a definição de regras para a atribuição e utilização de imóveis de uso habitacional da EPAL, em regime de arrendamento.
- Foram identificados imóveis com potencial para utilização turística, tendo sido estabelecidos contactos com a administração executiva da “Turismo Fundos SGOIC, S.A.”, que opera o Fundo Revive Natureza, instrumento de valorização do património edificado e natural e de promoção do desenvolvimento regional, através da dinamização de atividades com fins turísticos. Esses contactos originaram a construção de um projeto de protocolo a celebrar entre a EPAL e o FRN, que se encontra em análise.
- Ainda no quadro de conservação, valorização e rentabilização do património imóvel, mas agora no afeto à exploração, procedeu-se ao mapeamento de áreas sobrantes em recintos operacionais, os quais, na generalidade, dispõem de áreas significativas e se encontram localizados em zonas urbanas de especial interesse. Nesse âmbito, efetuou-se um levantamento preliminar das áreas ocupadas com infraestruturas operacionais bem como dos espaços de acessos às mesmas, e portanto necessários à execução das respetivas atividades, de forma a avaliar-se a existência de solos desaproveitados para esses efeitos e analisar a possibilidade de utilização/ fruição dessas áreas para outros fins.

O levantamento efetuado considerou tanto os recintos com áreas significativas como os com dimensões mais reduzidas em contexto urbano, para além dos que apresentam dimensões também significativas mas com uma envolvência menos urbanizada. O levantamento abrangeu um total de 34 recintos, tendo sido caracterizada a respetiva situação patrimonial para além de identificadas as possíveis áreas sobrantes. Uma condição a garantir nos potenciais projetos a implantar nestas áreas sobrantes, prende-se com a necessidade de implementação de condições técnicas de segurança que assegurem a divisão efetiva destes espaços, de forma a

torná-los autónomos, e que garantam que não será afetado nem prejudicado o desempenho operacional nem a segurança da água, pelo usufruto do público das áreas desaproveitadas desses recintos.

- No âmbito do projeto de mapeamento de áreas sobrantes em contexto urbano, inserido numa lógica de reforço da abertura da Empresa à cidade de Lisboa e de partilha dos respetivos espaços com a população da cidade, foi identificada uma área com cerca de 4.000 m² no Recinto do Contador – Mor. Com vista à elaboração de um Pedido de Informação Prévio (PIP), a ser apresentado à CML, para implementação de um complexo desportivo nessa área, foi realizado um estudo fitossanitário/ levantamento do coberto vegetal, para correta identificação das espécies e avaliação do seu estado vegetativo e porte, num total de 131 exemplares arbóreos e arbustivos. Esse estudo contemplou ainda uma proposta de manutenção, transplante ou abate, face à pretensão preconizada e às conclusões da avaliação do estado fitossanitário e vegetativo das espécies existentes. De seguida foi elaborado um estudo de viabilidade económica, tanto na ótica da EPAL como do concessionário/arrendatário. Face às conclusões obtidas, nos estudos realizados, foi desenvolvido o Pedido de Informação Prévio (PIP), que irá ser apresentado à CML para emissão de parecer.
- Numa estratégia de regularização sistemática e programada de património já há muito adquirido, definiu-se como objetivo dar continuidade a todos os Processos de Reclamação Administrativa (PRA) ainda pendentes na Direção-Geral do Território. Adotando-se uma estratégia baseada na localização geográfica das parcelas de terreno a que esses processos respeitam, em 2022 fez-se uma proposta ao referido Organismo no sentido de dar seguimento a todos os PRA dos concelhos de Alenquer, Loures, Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. Conseguido o acordo da DGT relativamente a esta proposta, procedeu-se à reabertura dos 40 processos identificados, estando-se presentemente na fase de levantamento topográfico e demarcação das nossas parcelas.
- Numa estratégia de progressiva desmaterialização dos processos, no âmbito da transição dos documentos para formato digital, procedeu-se à relocalização, reabilitação e organização do arquivo temporário do Património. Esta fase de transição teve como objetivo criar condições favoráveis à inventariação do património imóvel da Empresa, estruturação, acessibilidade, preservação e manutenção da integridade da informação a ele respeitante, com vista à respetiva digitalização na fase seguinte.
- No âmbito da melhoria do sistema de gestão patrimonial procedeu-se à organização e uniformização de dados já existentes bem como à criação de uma estrutura que garanta a sua

precisão, integridade, consistência e eliminação de redundâncias. Procedeu-se ainda ao estabelecimento de correspondência entre a informação patrimonial e ativos da Empresa, de modo a garantir a articulação com as diversas áreas operacionais que tanta necessidade têm de utilizar essa informação.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Do ponto de vista da transformação digital na EPAL com recurso às tecnologias de Informação, o ano de 2022 foi de consolidação e avanço para novos desafios.

No que respeita aos projetos estratégicos, procedeu-se à renovação da Telegestão da EPAL, assegurando o incremento da sua segurança e resiliência, bem como o incremento de funcionalidades para a mobilidade e interoperabilidade da informação, centralização de todos os dados obtidos em tempo real da i) Produção, ii) Tratamento, Distribuição e entrega, iii) informação de perdas, iv) informação energética e outras, num espaço comum e interrelacionado que permita ter o conhecimento validado, uniformizado e centralizado quer para análises conjuntas quer para a integração com outros sistemas.

A atividade de gestão e procura de fugas de água foi reforçada com um novo desenho e incremento de funcionalidades da aplicação do apolo ao serviço WONE através do lançamento da versão 2.0 da app, destacando-se a melhoria de navegação nas ZMT's, Push Notifications e Zoom imagem.

Para a gestão energética foi lançada uma nova versão do sistema WattWater desenvolvido pela EPAL. Nesta versão foram incluídas novas funcionalidades e melhorias para uma resposta mais eficiente e automatizada ao dia a dia dos trabalhadores, incluindo a integração das baseline de consumo energético permitindo, por exemplo, analisar de forma diária o comportamento esperado versus a realidade de uma instalação ou equipamento desta, levando desta forma à verificação automatizada dos serviços em termos de consumo e custo.

O sistema integrado Water Performance, possui várias novas funcionalidades, permitindo assim uma visão conjunta e unificada da informação em tempo real. Existe já informação sobre a produção, energia, perdas, barragens, investimentos, IVP's, Faturação, e um modelo experimental de IA para a previsão de pontos de entrega que compara com o real. O sistema EasyScore, através da agregação com o Water Performance, implementará um novo sistemas de indicadores da atividade da Empresa.

Por fim, foi implementado um Centro de Operações e Cibersegurança, que monitoriza a atividade dos sistemas de informação e a exploração e gestão dos mesmos. Num cenário de incremento exponencial do problema da cibersegurança, a integração destes serviços é crucial na transformação digital e tem vindo a desenvolver atividades para proteger a informação da Empresa e os seus processos.

Com o movimento constante de trabalhadores no terreno, o desenvolvimento da aplicação OnPocket também ganhou uma nova versão, com mais informação e funcionalidades disponíveis no telemóvel de cada trabalhador.

Foi lançada uma nova versão da aplicação H2Quality incrementando novas funcionalidades com nove idiomas, Pin Points e preparação para a comercialização desta a outras entidades.

O sistema de responsabilidade empresarial foi alvo de melhoramento através da digitalização de processos mediante novos sistemas com processos incorporados à medida, tais como o AGIR, Keywise, Easyscore Riscos e Alquimia.

A EPAL tornou-se a primeira Empresa da água em Portugal, e a segunda na categoria de *utilities*, a obter a certificação em matéria de Segurança da Informação e Gestão dos Sistemas, ISO 27001.

RISCO E CONTROLO INTERNO

A EPAL e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a EPAL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na Empresa, conforme é visível abaixo.



Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização. Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação de Risco

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a Empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são

comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022 a EPAL concluiu o mapeamento dos processos ainda relativos à Fase 1 do Projeto de Implementação do SCI.

Foi ainda iniciada em 2022 a Fase 2 do projeto com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No final de 2022 foi ainda realizada a reunião de arranque da Fase 2 na EPAL que incluiu a definição do cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas empresas piloto e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, em 2023 será efetuado um primeiro exercício de verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, não vinculativo, que permitirá, no entanto, à Empresa obter uma sensibilidade preliminar para o cumprimento das mesmas, bem como do funcionamento das componentes contempladas no sistema de controlo interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da EPAL sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da Empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da EPAL, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

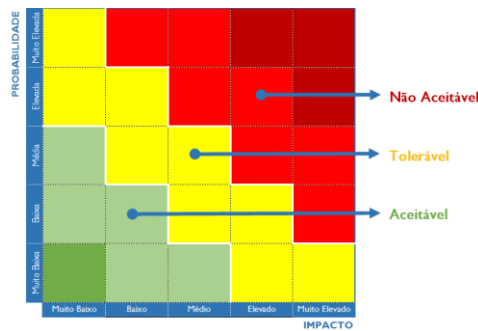
A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na Empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a Empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a Empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes Governança, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela EPAL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela EPAL e

respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades para a Empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas piloto do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultadoria externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na Empresa.

No final de 2022 foi realizado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela Empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021.

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

(os valores nos quadros deste capítulo são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

À semelhança dos anos anteriores, o ano de 2022 foi afetado por acontecimentos imprevistos e repentinos que afetaram determinantemente a atividade socioeconómica do país, com reflexos diretos na atividade da Empresa.

A guerra da Rússia na Ucrânia foi determinante para um aumento exponencial da taxa de inflação, e, por conseguinte, das taxas de juro, assim como o ressurgimento da COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, provocando um aumento generalizado dos preços dos serviços e das matérias-primas.

Estando a atividade da EPAL suportada na aquisição de reagentes e materiais, assim como em contratos de serviços continuados, os quais contemplam mecanismos de revisão de preços, os efeitos económicos e geopolíticos determinaram um aumento global dos gastos da Empresa, cujo balanço com as receitas (tarifas) não foi possível ser feito, visto que estas são atualizadas no início do exercício, não refletindo assim a realidade verificada durante o ano em apreço.

Estes efeitos económicos e geopolíticos, que totalizaram cerca de 467 mil euros, resultaram conforme referido de múltiplos efeitos, designadamente:

- Reagentes – 73 mil euros
- Combustíveis – 105 mil euros
- Serviços de manutenção – 289 mil euros

Em sentido contrário, salienta-se a diminuição significativa verificada nos custos com energia, beneficiando a Empresa de dispor de um contrato plurianual celebrado ainda durante o ano de 2020, não sofrendo assim os efeitos do aumento tarifário verificado em 2022, ao que acresce ainda a redução do valor das TAR, beneficiando determinantemente da redução do custo final da energia consumida durante o ano (-49% face a 2021).

Bastante relevante foi, devido ao efeito da subida acentuada da inflação, o aumento das taxas de juro, na tentativa do BCE de conter as pressões inflacionistas, as quais repercutiram-se no custo de financiamento em 2022, prevendo-se para o ano de 2023 um efeito ainda mais gravoso.

Importa ainda referir o aumento dos valores verificados na rubrica de gastos com pessoal, reconhecidos na sua quase totalidade devido a imposições legais, as quais a Empresa não poderia deixar de cumprir.

Finalmente, e ao nível dos gastos incorridos em 2022, conforme referido na prestação de contas dos dois anos transatos (afetados pelos efeitos da Pandemia Covid-19), verificou-se uma recuperação gradual da atividade, com reflexos no aumento dos projetos e atividades desenvolvidas, que tinham sido adiadas devido às condições sanitárias não permitirem um normal desenvolvimento das mesmas.

Ao nível do volume de negócios da Empresa, registou-se um aumento significativo dos valores alcançados em 2021 (aumento de 6%), fruto da conjugação do aumento de clientes (sobretudo do segmento comércio e indústria), e do aumento dos volumes fornecidos.

Apesar dos constrangimentos referidos, no ano de 2022 atingiu-se o melhor resultado líquido da EPAL, com um valor total de 58 milhões de euros.

A EPAL não antecipa quaisquer futuros problemas de continuidade das respetivas operações, embora não seja expetável que o crescimento verificado na sua atividade durante o ano de 2022 se mantenha para o ano de 2023, face às contingências económicas, financeiras e políticas previstas. Não deixará contudo que a Empresa continue a ter todas as condições operacionais, económicas e financeiras, para fazer face aos compromissos assumidos.

Principais Indicadores:

	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Volume de negócios (milhões EUR)	161,2	160,5	170,0	9,5	5,9%
Volume de água vendida (milhões m3)	197,7	196,2	199,8	3,6	1,8%
Resultado líquido (milhões EUR)	47,0	49,7	58,0	8,4	16,9%
EBITDA (milhões EUR)	94,0	98,9	110,7	11,8	12,0%
Endividamento bancário (milhões EUR)	89,1	78,9	68,6	-10,3	-13,1%
Endividamento líquido (milhões EUR)	-16,1	-42,7	-71,0	-28,4	66,6%
Net Debt to EBITDA (n.º)	-0,2	-0,4	-0,6	-0,2	48,8%
Ativo total (milhões EUR)	839,8	847,1	856,0	8,9	1,1%
Capital próprio (milhões EUR)	640,1	654,1	671,9	17,8	2,7%
Passivo total (milhões EUR)	199,7	193,0	184,1	-8,9	-4,6%

Resultado Líquido:

O resultado líquido de 2022 ascendeu a 58,0 milhões de euros, registando um aumento de 8,4 milhões de euros face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de 16,9%.

Esta variação do resultado resultou essencialmente do incremento do nível do volume de negócios, conjugado com a contenção de gastos que se tem vindo a verificar nos últimos anos, este ano sobretudo com especial relevo na energia.

	(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Rendimentos totais		167,5	167,1	177,5	10,4	6,2%
Gastos totais		101,9	97,1	95,0	-2,1	-2,1%
IRC/ID		18,7	20,3	24,4	4,1	20,3%
Resultado Líquido		47,0	49,7	58,0	8,4	16,9%

Rendimentos Totais:

Os rendimentos totais foram de 177,5 milhões de euros, representando um aumento de 6,2% face ao período homólogo (+10,4 milhões de euros).

	(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Volume de negócios		161,2	160,5	170,0	9,5	5,9%
Subsídios ao investimento		1,5	1,7	1,5	-0,1	-8,5%
Reversão de Provisões e ajustamentos		0,2	0,3	0,4	0,1	18,0%
Outros rendimentos e ganhos operacionais		4,3	4,4	5,0	0,6	14,6%
Juros e rendimentos similares		0,4	0,2	0,6	0,4	217,6%
Rendimentos totais		167,5	167,1	177,5	10,4	6,2%

O volume de negócios apresenta um aumento de cerca 9,5 milhões de euros (+5,9%) face ao ano anterior. Verifica-se um aumento de aproximadamente 8,0 milhões de euros (+16%) nos clientes diretos, resultando essencialmente do aumento registado nos segmentos comércio e indústria (+44%) e Estado (+9%), ainda que não tenha recuperado integralmente para valores pré-pandemia. No que respeita aos clientes municipais e multimunicipais não se verificaram variações nestes clientes (aumento imaterial de 0,1%). A variação da venda de água (componente variável) foi de +6% face ao período homólogo, representado um aumento de 8,1 milhões de euros.

Os rendimentos com subsídios ao investimento apresentam uma ligeira diminuição face ao registado no ano anterior, e a rubrica de reversões de provisões apresenta uma variação positiva, apesar de não ser materialmente relevante.

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta um aumento de 217,6% face ao ano de 2021, em resultado da maior necessidade de financiamento do Grupo AdP. Recorda-se que se encontra instituída uma política de tesouraria no Grupo Águas de Portugal, onde os excedentes financeiros das empresas são aplicadas junto da *holding* que, por sua vez, financia as empresas do Grupo em condições mais favoráveis que as obtidas junto da banca comercial.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 170,0 milhões de euros, representando um aumento de 9,5 milhões de euros face ao período homólogo (+5,9%).

(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Vendas	160,0	159,3	168,5	9,2	5,7%
Prestações de Serviços	1,2	1,2	1,5	0,32	27,1%
Volume de negócios	161,2	160,5	170,0	9,5	5,9%

A variação do volume de negócios deveu-se sobretudo ao aumento da rubrica de Venda de Água (+9,2 milhões de euros), influenciada pelo aumento da procura nos clientes diretos, tendo a rubrica de Quota de Serviço apresentado um aumento face ao período homólogo.

As Prestações de serviços registam igualmente um aumento de 27,1% (+0,32 milhões de euros), atendendo ao aumento registado na abertura e fecho de água e nos processos de abastecimento e ramais, não tendo no entanto, retomado a níveis pré-pandemia.

	2020	2021	2022	Variação 2021/2020	
Vendas (milhões EUR)	160,0	159,3	168,5	9,2	5,7%
Procura (milhões m ³)	197,7	196,2	199,8	3,6	1,8%

Na venda de água (componente volumétrica) verifica-se um aumento de 3,6 milhões de m³ face aos volumes fornecidos em 2021. A água vendida em 2022 foi de 199,8 milhões de m³, sendo que 150,4 milhões de m³ foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 49,3 milhões de m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Verifica-se assim um decréscimo de 0,6 milhões de m³ (-0,4%) nos clientes municipais e multimunicipais e um aumento de 4,2 milhões de m³ (+9%) nos clientes diretos.

Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 95,0 milhões de euros, verificando-se uma diminuição de cerca de 2,1 milhões de euros comparativamente com o ano anterior, o que representa uma variação de 2,1%.

(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Custo mercadorias vendidas e mat. consumidas	1,9	1,8	1,9	0,1	4,6%
Fornecimento e serviços externos	34,5	30,5	28,2	-2,4	-7,8%
Gastos com o pessoal	25,5	24,7	24,6	-0,1	-0,4%
Depreciações e perdas de imparidade em ativos	27,4	27,9	27,6	-0,2	-0,8%
Perdas por imparidade	1,6	1,3	1,1	-0,2	-15,6%
Provisões	0,2	0,2	0,5	0,3	127,0%
Impostos e taxas	4,0	3,9	4,4	+0,5	12,0%
Outros gastos operacionais	5,5	5,5	5,5	0,1	1,4%
Juros e gastos similares	1,3	1,2	1,1	-0,1	-5,5%
Gastos totais	101,9	97,1	95,0	-2,1	-2,1%

A diminuição dos gastos totais resulta em grande medida da redução verificada nos fornecimentos e serviços externos (sobretudo na energia elétrica). Nas restantes rubricas não se registaram variações significativas face aos valores alcançados em 2021.

No que respeita especificamente a cada uma das rubricas:

Regista-se na rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas um aumento de cerca de 4,6% do valor face ao ano anterior, consubstanciada em cerca de 0,1 milhões de euros. Esta conta inclui sobretudo a utilização de reagentes para assegurar e reforçar o controlo da qualidade da água para consumo humano, apresentando uma variação imaterial, que decorre em larga medida do fator preço e da pressão que em 2022 foi exercida sobre o preço destes produtos em consequência do conflito na Ucrânia.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos regista-se uma diminuição de cerca de 2,4 milhões de euros, resultante essencialmente da diminuição nos gastos com energia elétrica (-5,2 milhões de euros), decorrente do efeito conjugado do contrato celebrado para o período 2021/2022, no qual os custos unitários de energia apresentaram reduções significativas face ao contrato anterior, e das componentes reguladas das tarifas, designadamente da tarifa de acesso à rede que apresentou em 2022 valores historicamente baixos e mesmo negativos em parte do ano. Em sentido contrário verifica-se um

acréscimo em outras rubricas decorrente da crise geopolítica e do seu efeito nos preços de diversos materiais e serviços.

A rubrica de gastos com o pessoal regista uma variação de -0,4% (-0,1 milhões de euros). A diminuição verificada deveu-se à redução de gastos com o Covid, sendo estes inferiores aos registados em 2021, levando a um decréscimo nas rubricas de subsídios e trabalho suplementar. Concorre ainda para a variação apresentada a redução do valor de seguros pessoais – doença e vida.

As imparidades de clientes regista uma diminuição face a 2021 de 15,6% (-0,2 milhões de euros), pois com o retomar de diversas atividades suspensas durante a pandemia, designadamente os cortes de água, foi possível assegurar um melhor desempenho na gestão da dívida.

Na rubrica de outros gastos operacionais, destaca-se a componente tarifária acrescida que é atribuída à AdVT, conforme decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 34/2017, no montante de 4,6 milhões de euros.

No que respeita à rubrica de gastos financeiros, constata-se uma diminuição de 5,5% face ao ano anterior (cerca de 0,1 milhões de euros). As taxa de juro dos empréstimos foram positivas no último trimestre do exercício (acima de 1%), o que começou já a ter impacto nos juros suportados pela Empresa.

Margem Operacional

O EBITDA alcançou um valor de 110,7 milhões de euros, o que representa uma variação positiva de 12,0% face ao verificado no ano anterior. Verifica-se pois um acréscimo de 11,8 milhões de euros do *cash flow* operacional face a 2021, apresentando igualmente um acréscimo de 16,7 milhões de euros face a 2020.

	(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Volume de negócios		161,2	160,5	170,0	9,5	5,9%
Outros rendimentos operacionais		5,9	6,4	6,9	0,6	8,6%
Rendimentos Operacionais		167,1	166,9	176,9	10,0	6,0%
Custo das vendas		1,9	1,8	1,9	0,1	4,6%
Fornecimentos e serviços externos		34,5	30,5	28,2	-2,4	-7,8%
Gastos com o pessoal		25,5	24,7	24,6	-0,1	-0,4%
Perdas de imparidade		1,6	1,3	1,1	-0,2	-15,6%
Outros gastos operacionais		9,5	9,4	10,0	0,6	5,9%
Provisões		0,2	0,2	0,6	0,3	127,0%
Gastos Operac. (excl. depreciações)		73,2	68,0	66,3	-1,8	-2,6%
Cash flow operacional (EBITDA)		94,0	98,9	110,7	11,8	12,0%

A margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios) apresentou um valor de 65%, em linha com o verificado nos períodos homólogos, apesar do aumento de 5,7% face a 2021.

(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
EBITDA	94,0	98,9	110,7	11,8	12,0%
Volume de negócios	161,2	160,5	170,0	9,5	5,9%
Margem EBITDA	0,58	0,62	0,65	0,04	5,7%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Resultados Financeiros

A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria. A variação favorável apresentada face a 2021 foi de 44,7% (+0,5 milhões de euros), e advém sobretudo do aumento dos rendimentos financeiros e da redução obtida nos gastos financeiros.

(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Rendimentos e ganhos financeiros	0,4	0,2	0,6	0,4	217,6%
Gastos e perdas financeiros	1,3	1,2	1,1	-0,1	-5,5%
Resultados financeiros	-1,0	-1,0	-0,6	0,5	-44,7%

Verificou-se uma redução dos gastos financeiros (0,1 milhões de euros) e um aumento dos rendimentos financeiros (0,4 milhões de euros).

Os rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito a juros decorrentes de excedentes financeiros aplicados no Grupo AdP, em resultado da política de tesouraria do Grupo, e ascenderam a 0,6 milhões de euros, e cujo aumento face ao período homólogo resultou da maior necessidade de financiamento das empresas do Grupo. Ressalva-se que de acordo com o Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado aplicável à EPAL, os excedentes financeiros encontram-se aplicados no IGCP.

Os gastos financeiros ascenderam a 1,1 milhões de euros, menos 5,5% do que o verificado no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivos custos com as garantias prestadas pelo Estado Português associadas. A redução verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo da diminuição do serviço da dívida, aliada a uma criteriosa gestão da sua tesouraria.

A Empresa não recorre a qualquer novo financiamento desde 2010, tendo efetuado em 2022 reembolsos de capital no valor de cerca de 10,4 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização contratualizado.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final do ano, o endividamento da Empresa era de 68,5 milhões de euros, o que corresponde na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes até aos 9 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 10,5 milhões de euros.

A dívida financeira líquida (que considera o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA) tem vindo a diminuir significativamente, apresentando em 2022 um valor negativo de 71,0 milhões de euros.

(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Net Debt - Endividamento líquido	-16,1	-42,7	-71,0	-28,4	66,6%
Net Debt to EBITDA	-0,2	-0,4	-0,6	-0,2	48,8%

Constata-se assim uma relevante melhoria dos valores do indicador “Net Debt to EBITDA”, que reforça a manutenção de uma forte robustez financeira, evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

No final de 2022 o rácio “Net Debt to EBITDA” era de -0,6, o que significa que o atual *cash flow* gerado pela Empresa faz face à totalidade do seu endividamento.

Posição Financeira

No final de 2022, o ativo da EPAL ascendia a 856,0 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 671,9 e 184,1 milhões de euros, respetivamente.

(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Ativo não corrente	687,4	675,4	665,3	-10,1	-2%
Ativo corrente	152,4	171,7	190,8	19,1	11%
Total do ativo	839,8	847,1	856,0	8,9	1%
Capital próprio	640,1	654,1	671,9	17,8	3%
Passivo não corrente	144,6	132,3	119,4	-12,9	-10%

(milhões EUR)	2020	2021	2022	Variação 2022/2021	
Passivo corrente	55,1	60,6	64,7	4,0	7%
Total do capital próprio e passivo	839,8	847,1	856,0	8,9	1%

A EPAL terminou o ano de 2022 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 78,5% e um fundo de maneo positivo de 125,7 milhões de euros. O valor do Net Debt/EBITDA alcançado em 2022 confirma a plena sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

	2020	2021	2022
Autonomia Financeira	76,2%	77,2%	78,5%
Net Debt/EBITDA	-0,2	-0,4	-0,6
Fundo de maneo (milhões EUR)	97,2	112,0	126,1
Solvabilidade	3,21	3,39	3,65

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total

NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA

Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente

Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

Endividamento de Médio e Longo Prazo

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascendia a 58,0 milhões de euros no final de 2022, menos 10,5 milhões de euros que o valor registado em 2021, evolução justificada pela ausência de recurso a novo endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010, ressalvando-se que desde 2010 a EPAL não recorre a qualquer novo financiamento bancário.

Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes não correntes, bem como de outros devedores, no final de cada um dos anos apresentados, assistindo-se a uma diminuição face ao período homólogo.

Evolução das dívidas totais

(milhões EUR)	2020	2021	2022
Clientes Diretos	21,6	23,5	24,1
Clientes Municipais e Multimunicipais	6,7	6,7	5,3
Prestação de Serviços	0,4	0,6	0,6
	28,8	30,8	30,1

Nota: Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

As imparidades de clientes (liquidas de reversões) totalizaram 0,8 milhões de euros, em resultado da recuperação de dívida a que se assistiu em 2022.

Fundo de Pensões

O valor dos ativos do Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 25,4 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 140,9%, utilizando uma taxa de desconto de 3,60% (0,45% em 2021), atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 18,0 milhões de euros.

A evolução das responsabilidades do Fundo de Pensões da EPAL no último triénio é a seguinte (em milhares de euros):

	2020	2021	2022
Responsabilidades no fim do período	28.111	24.948	18.020
Valor dos ativos no fim do período	33.346	32.945	25.397
Excesso de cobertura plano de benefícios definidos	5.235	7.997	7.377

O fundo de pensões da EPAL apresentou em 2022 uma desvalorização acentuada em todas as suas carteiras, embora inferior ao registado pelo *benchmark* do Plano de Pensões.

Esta forte desvalorização encontra-se em linha com o que se verificou em todas as carteiras dos fundos de pensões nacionais. Desde o início do ano de 2022 que as carteiras dos fundos de pensões não pararam de se desvalorizar, e de acordo com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), os 241 fundos de pensões ativos em Portugal registaram uma quebra de 11,6% face ao final de 2021. Ainda e segundo a ASF, é o pior desempenho desde 2008.

Importa salientar contudo o impacto decisivo que teve, no nível de financiamento, o aumento verificado na taxa de desconto (passou de 0,45% para 3,60%), implicando uma diminuição acentuada das responsabilidades por serviços passados, compensando assim a redução igualmente acentuada no valor do fundo no final de 2022. Adicionalmente informa-se que de acordo com a Norma n.º 21/96-R, de 5 de dezembro, o nível mínimo de financiamento face às exigências da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões se situa num valor confortável de 152,2%.

Ressalva-se que a política restritiva e prudente que a EPAL assume na gestão da carteira preserva, sobretudo, a estabilidade em contraponto ao risco, sendo a finalidade pagar as responsabilidades do Fundo de Pensões, sem necessidade de proceder a entregas por parte da EPAL. Assim, numa ótica de médio prazo, mantém-se uma rentabilidade positiva em todas as carteiras.

- Investigação e Desenvolvimento / Inovação

A EPAL integrou ativamente os projetos desenvolvidos, mantendo a sua própria identidade inovadora, de desenvolvimento, coordenação e promoção de projetos de Inovação e Desenvolvimento (I&D) transversais à Empresa, muito alicerçada em projetos de inovação produtiva.

Os projetos desenvolvidos centraram-se em três pilares fundamentais, focados na resolução de desafios diretos do negócio e escaláveis pela sua natureza:

- Circularidade de materiais
- Digitalização
- Eficiência energética e promoção de energias renováveis

No domínio da Circularidade de Materiais, depois de em 2020 ter sido obtida a desclassificação de lamas de ETA da categoria de resíduo, passando estas a poder ser comercializadas como matéria-prima na indústria cerâmica e como reagente no tratamento de águas residuais, nos últimos dois anos foram iniciados projetos com instituições de I&D e diversas empresas produtoras de pré-fabricados, tendo como objetivo obter a desclassificação e a aprovação da autorização de comercialização para produção de pavimentos e pré-fabricação ligeiros de betão.

Os projetos permitiram confirmar a viabilidade de valorização do subproduto Minerais do Tratamento de Água (MTA), produzido a partir de lamas de ETA, na produção de pavimentos betuminosos e na pré-fabricação ligeira de betão. Como prova de conceito foram produzidas peças de mobiliário urbano em betão pré-fabricado, utilizadas em diversas infraestruturas da EPAL.

Com base nestes resultados, em 2023 pretende-se submeter à APA um dossier para desclassificação do resíduo, para a sua aplicação de MTA como agregado fino e filler, em produtos de betão pré-fabricado não estruturais, como sejam lancil, mobiliário urbano, caixas de visita de saneamento, caleiras, lajetas e pavimentos, materiais consumidos com regularidade em empreitadas do Grupo AdP.

Os insolúveis de cal são um outro resíduo que, depois de desclassificado, terá seguramente valor acrescentado nas áreas da construção e da agricultura. Durante o ano de 2022 iniciaram-se ensaios com entidades reconhecidas na área, nomeadamente LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), ADISA (Associação para Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia) e ESAPL (Escola Superior Agrária de Ponte de Lima).

Em 2022 foram iniciados ensaios agronómicos na Escola Superior Agrária de Ponte de Lima e ADISA. Este projeto tem como objetivo final a desclassificação, prevendo-se que em 2023 seja possível a submissão à Direção Geral de Alimentação e Veterinária para autorização de comercialização.

Durante o ano de 2023, serão ainda realizados diversos ensaios à escala industrial, com utilização de LETA e insolúveis de cal no piloto da ETAR de Castelo Branco (pertencente à Aguas do Vale do Tejo).

Em 2022 foi lançado o concurso para a instalação de uma unidade de produção de cloro, Hipoclorito e Hidróxido de Sódio na ETA da Asseiceira, com recurso a eletrólise salina e utilização de energia renovável produzida na ETA de Asseiceira. A unidade irá contribuir para uma utilização de cloro de modo mais seguro para a comunidade e trabalhadores, mais resiliente face a perturbações de cadeias de abastecimento fruto de greves, pandemias e outras perturbações de mercado e integrada na descarbonização das operações realizadas pela EPAL.

Em 2022, iniciou-se o estudo da geração de oxigénio *on site*, em complementaridade com o oxigénio adquirido a fornecedores externos. Esta produção irá permitir uma redução de custos com a aquisição de oxigénio, tornar a Empresa mais resiliente face a perturbações de cadeias de abastecimento e variações de preço e reduzir as emissões carbónicas de âmbito 3.

No ano de 2022 foi dada continuidade aos estudos iniciados em 2021, para a valorização de origens de água do Aqueduto das Águas Livres e do Alviela, reforçando a redundância de origens de água, viabilização de rega, resiliência e amenização de espaços urbanos. No final de 2022 finalizou-se o projeto base do projeto Aqueduto das Águas Livres 0%.

No respeitante à promoção de energias renováveis, foram fortemente impulsionados vários projetos, com início da obra ou em adjudicação:

- Central Fotovoltaica da EE Amadora (1 MW)
- Central Fotovoltaica da EE Valada-Tejo (850 kW)
- Central Fotovoltaica da ETA de Vale da Pedra (650 kW)
- Central Fotovoltaica da EE da EE Olivais (500 kW)

Prosseguem os trabalhos de construção das centrais fotovoltaicas da EE Telheiras (500 kW) e do Parque das Nações (650 kW) e central hidroelétrica de Asseiceira (1.55 MW).

No ano de 2022 foram ainda lançados concursos para a Central Hidroelétrica de Várzea das Chaminés (1.6 MW) e do concurso do gerador eólico da EE de Vila Franca de Xira (5.5 MW).

Durante o ano 2022 foi obtido o licenciamento pela DGEG da microrede de Vila Franca de Xira, tendo como objetivo veicular a energia produzida nas unidades de produção de energia (fotovoltaica, eólico e hídrica) para consumo na EE de Vila Franca de Xira, sem injeção na rede. Foram ainda preparadas as peças de concurso associadas a esta microrede com gestão de várias fontes de produção de energia híbrida (fotovoltaica, eólico e hídrica), desenvolvido com apoio do INESC TEC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Tecnologia e Ciência).

Foi igualmente obtido o licenciamento pela DGEG da microrede de ETA da Asseiceira-Castelo do Bode, e iniciada a construção de uma parte desta microrede, de modo simultâneo com a construção da segunda hidroelétrica da ETA de Asseiceira (110 kW), e uma unidade fotovoltaica (600 kW).

Foram ainda fortemente impulsionados vários projetos para tornar possível o lançamento das seguintes empreitadas no ano de 2023:

- Central Fotovoltaica da EE Vila Franca de Xira
- Central Fotovoltaica dos reservatórios de Vila Franca de Xira
- Central Fotovoltaica de À-dos-Bispos
- Central Fotovoltaica de Alcanhões
- Central Agrivoltaica de Espadanal

Em matéria de projetos na área da Digitalização e da Eficiência Energética sublinha-se o início da empreitada para a instalação de infraestruturas de telemetria e criação do Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE). Esta inclui a execução da infraestrutura física de medição de variáveis nas instalações e ferramentas de BI suportadas na plataforma EPAL Wattwater.

Este investimento permitirá que sejam monitorizadas as infraestruturas relevantes pelo seu consumo de energia e capacidade de produção instalada, permitindo a monitorização do consumo de energia nos equipamentos, nos usos de energia, sistemas e recintos, que representam cerca de 80% do consumo de energia e da capacidade de produção da Empresa.

No domínio da Digitalização e da Eficiência Energética no ano de 2022 foram ainda desenvolvidas as peças de procedimento para a colocação a concurso da instalação dos novos grupos na EE de Vila Franca de Xira e concluídos os estudos para ampliação da redundância, cibersegurança, digitalização do comando, controlo e monitorização da estação elevatória de elevação na EE1/EE2 de Castelo do Bode, do Castelo do Bode.

EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Até à data da elaboração e aprovação do presente relatório não se registaram quaisquer eventos ou acontecimentos relevantes que afetem o conteúdo do descrito no Relatório e Contas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA.

ANEXO I- CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

- 1) Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento
 - a) Indicação dos objetivos definidos pelo acionista para 2022, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente os da EPAL, são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por Deliberação Unânime Escrita de 11 de outubro de 2021, tomada pela acionista única da sociedade foram aprovadas as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato.

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações, para o mandato de 2020/2022, tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir, com base na qual as empresas do grupo AdP, designadamente a EPAL, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;

- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas do grupo AdP, designadamente pela EPAL, S.A.. no exercício da respetiva atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Adicionalmente, o exercício das funções do Conselho de Administração da EPAL, S.A.. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos *stakeholders*.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da EPAL estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Manteve ainda como principais linhas orientadoras da sua atividade durante o ano de 2022:

- Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores/as, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1 Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2 Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.3 Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1 Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2 Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3 Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1 O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2 A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1 Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;

- 4.2 Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
- 4.3 Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1 Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2 No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1 Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

Em 2022, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira.

Objetivos de gestão

Conforme já referido, as orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram estabelecidas na Deliberação Unânime por Escrito, em 11 de outubro de 2021.

O contrato de gestão prevê que para o mandato passam a vigorar as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão, constantes do documento que constituiu parte integrante do Contrato em apreço.

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato, bem como a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada anualmente, em função do grau de concretização dos objetivos, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas seguinte:

Grau de Concretização	Avaliação Global
GC < 1,8	Objetivos não Cumpridos
1,8 ≤ GC < 2,5	Objetivos Cumpridos
GC ≥ 2,5	Objetivos Superados

Indicadores	Cálculo	Modo de avaliação:			Ponderação
		Não atingido	Atingido	Superado	
1. Indicadores Financeiros					
1.1. Eficiência de gestão	$PRC = ((GV+FSE+GP)/VN)$ Variação face ao PAO previsto	$\Delta PRC > 0,10pp$	$-0,10pp \leq \Delta PRC \leq +0,10pp$	$\Delta PRC > 0,1pp$	10,0%
1.2. Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	$(\text{Saldo dívida vencida } n / \text{ Saldo dívida vencida } n-1) \times 100$	DCDMA > 105%	$95\% \leq \text{DCDMA} \leq 105\%$	DCDMA < 95%	10,0%
1.3. Limite ao endividamento	$(\text{Stock dívida } n / \text{ Stock dívida } n-1) \times 100$	Endividamento > 2%	$2. 1,5\% \leq \text{Endividamento} \leq 2\%$	Endividamento < 1,5%	10,0%
1.4. Respeito prazos de pagamento	Variação do PMP face ao ano anterior	PMP aumenta mais do que 1 dia face ao ano anterior	PMP aumenta 1 dia	PMP ≤ 60 dias	10,0%
1.5. Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	Var < -5%	$-5\% \leq \text{Var} \leq 5\%$	Var > 5%	10,0%
2. Indicadores Ambientais e de Serviço					
2.1. Plano de manutenção	Cumprimento do plano de manutenção preventiva	ações executadas face ao previsto < 80,00%	ações executadas face ao previsto ≥ 80,00% e < 90,00%	ações executadas face ao previsto > 90,00%	10,0%
2.2. Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (ano n)	AQA < 97%	$97\% \leq \text{AQA} < 99\%$	AQA ≥ 99%	15,0%
2.3. Neutralidade energética	Implementação do plano de neutralidade energética	Concursos para instalações com capacidade de produção < 75% face ao previsto no PAO	Concursos para instalações com capacidade de produção ≥ 75% face ao previsto no PAO	Concursos para instalações com capacidade de produção ≥ 90% face ao previsto no PAO	25,0%
Avaliação Global					100,0%

O indicador 2.3 – Neutralidade energética não será avaliado em 2022, conforme orientações do acionista, tendo a ponderação deste objetivo sido repartido pelos restantes objetivos em proporção da sua ponderação inicial.

Os resultados verificados no ano de 2022 foram os seguintes:

EPAL	Resultado	Avaliação	Modo de avaliação:			Ponderação	Ponderação ajustada	Atendimento
			Não atingido	Atingido	Superado			
1. Indicadores Financeiros								
1.1. Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN)	-4,82 p.p.	Superado	$\Delta \text{PRC} > 0,10 \text{ p.p.}$	$-0,10 \text{pp} \leq \Delta \text{PRC} \leq +0,10 \text{ p.p.}$	$\Delta \text{PRC} < -0,10 \text{ p.p.}$	10,0%	13,3%	3
1.2. Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	73,5%	Superado	$\text{DCDMA} > 105\%$	$95\% \leq \text{DCDMA} \leq 105\%$	$\text{DCDMA} < 95\%$	10,0%	13,3%	3
1.3. Limite ao endividamento	-13,2%	Superado	$\text{Endividamento} > 2\%$	$1,5\% \leq \text{Endividamento} \leq 2\%$	$\text{Endividamento} < 1,5\%$	10,0%	13,3%	3
1.4. Respeito prazos de pagamento	+ 1 dia	Atingido	$\text{PMP aumenta mais do que 1 dia face ao ano anterior}$	PMP aumenta 1 dia	$\text{PMP} \leq 60 \text{ dias}$	10,0%	13,3%	2
1.5. Rentabilidade	18,8%	Superado	$\text{Var} < -5\%$	$-5\% \leq \text{Var} \leq 5\%$	$\text{Var} > 5\%$	10,0%	13,3%	3
2. Indicadores Ambientais e de Serviço								
2.1. Plano de manutenção	92,10%	Superado	$\text{ações executadas face ao previsto} < 80,00\%$	$\text{ações executadas face ao previsto } 80,00\% \leq X < 90,00\%$	$\text{ações executadas face ao previsto} \geq 90,00\%$	10,0%	13,3%	3
2.2. Qualidade da Água Fornecida	99,56%	Superado	$\text{AQA} < 97\%$	$97\% \leq \text{AQA} < 99\%$	$\text{AQA} \geq 99\%$	15,0%	20,0%	3
2.3. Neutralidade energética	(indicador excluído)		$\text{Concursos para instalações com capacidade de produção} < 75\% \text{ face ao previsto no PAO}$	$\text{Concursos para instalações com capacidade de produção} \geq 75\% \text{ face ao previsto no PAO}$	$\text{Concursos para instalações com capacidade de produção} \geq 90\% \text{ face ao previsto no PAO}$	25,0%		-
Avaliação Global						100,0%	100,0%	2,9

A avaliação global do ano foi de 2,9, considerando-se assim uma avaliação global de OBJETIVOS SUPERADOS, de acordo com o grau de concretização alcançado.

Atendendo à avaliação atingida, onde todos os objetivos foram cumpridos, não se antevê necessidade de efetuar medidas de correção aos resultados alcançados.

Os indicadores em apreço serão objeto de auditoria pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco do Grupo AdP.

- b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2022, caso este tenha sido aprovado, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável

Indicadores	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (+/-)	Observações/ medidas
Resultado Líquido	48.846.581	58.037.658	+9.191.077	-
EBITDA	96.720.291	110.682.750	+13.962.459	-
Resultado Operacional ⁽¹⁾ (EBIT)	69.910.066	81.441.572	+11.531.506	-
Volume de Negócios ⁽²⁾	165.880.827	170.009.334	+4.128.507	-
Endividamento	78.482.225	68.482.225	-10.000.000	-
Dívida Financeira Líquida ⁽³⁾ / EBITDA	0,05	-0,64	-0,60	-

(1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

(2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN.

(3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

- c) No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

Plano de Investimento	PAO 2022	Executado 2022							Desejo (PAO vs. Executado)	Observações/medidas
		Total	Autofinanciamento (Recitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Investimentos constantes do PAO:	45.206	18.441	18.341	0	0	106	0	0	-26.755	
Investimento em curso a 31.12.2021	18.819	6.356	6.256			100			-12.463	Esta rubrica agrega um elevado número de investimentos, disseminando-se o desvio por esses investimentos, verificaram-se atrasos nas componentes formais do processo (elaboração da solução técnica para projeto e desenvolvimento das peças para concurso) devido a constrangimentos internos e externos (incluindo pandemia e alterações CCP). Destaca-se o atraso na execução de alguns dos investimentos do Projeto "Produção e Redução de Energia".
Investimento iniciado em 2022, constante das fichas de acompanhamento dos RET	13.750	4.787	4.787						-8.963	Das das Empreitadas não tiveram realização em 2022: "Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 Troço Brogueira/Sobral" e "Adutor Castelo do Bode - Reabilitação da OE de Vala Real", por atraso no tempo, justificando assim o desvio. Em concreto: 1. Empreitada "Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral" - Devido aos graves problemas mundiais que afetam a economia, que inclusivamente implicaram a publicação de legislação (Decreto Lei n.º 36/2022, de 20 de maio) que reconhece a situação excecional e imprevisível do aumento dos custos, o empreiteiro reclamou uma compensação económica e financeira para fazer face às situações anormais (imprevisíveis e anormais) vividas pelo mercado de construção civil. Este pedido não foi aceite dado o elevado montante envolvido, tendo o contrato sido rescindido amigavelmente. Presentemente está em fase de preparação o lançamento do terceiro concurso para contratação da empreitada. 2. Empreitada "Adutor Castelo do Bode - Reabilitação da OE de Vala Real". Verificaram-se demoras na tramitação formal do processo pela necessidade de aferição das peças a concurso na sequência de pedidos de esclarecimento e erros e omissões. Presentemente estão a ser analisadas as propostas rejeccionadas, sendo esperável que a execução dos trabalhos ocorra no segundo semestre de 2023. 3. Empreitada "Reabilitação e Ampliação do Sistema Azenhares IV". Empreitada em curso, com atraso em termos da execução financeira devido a situações associadas a imponderáveis registados (qualidade dos solos e falta de cadastro), entretanto dirimidas. 4. Empreitada "TA-Assesoria - Assesoria OS - Minicentral hidroelétrica". Empreitada em curso, com prorrogação de prazo, derivada dos graves problemas mundiais que afetam a economia e que implicaram uma situação excecional e imprevisível em termos do aumento dos custos, bem como problemas nas cadeias logísticas e de fornecimento. Esta situação levou à prorrogação do prazo da respetiva execução e consequente deslize da faturação a obra, passivo a ter data de conclusão em 2023 tendo parte da faturação inicialmente prevista para 2021 e 2022 sido concentrada em 2022. 5. Empreitada "Rede de Distribuição - Adutora Calçada de Carriço - Reabilitação", foi executado mais do que previsto para o ano de 2022 dado o bom ritmo dos trabalhos.
Investimento iniciado em 2022, materialmente relevantes	0	0							0	Não existiram investimentos materialmente relevantes, conforme previsto no PAO.
Restante investimento previsto	12.631	7.298	7.298						-5.333	Esta rubrica agrega um elevado número de investimentos, novos e de substituição, disseminando-se o desvio por esses investimentos. Verificaram-se atrasos nas componentes formais do processo (elaboração da solução técnica para projeto e desenvolvimento das peças para concurso) devido a constrangimentos internos e externos (incluindo pandemia e alterações CCP).
Investimento realizado não constante do PAO	0	26	0	0	0	0	0	0	26	Investimento não previsto no PAO 2022. Alteração ao PAO 2022 aprovada pela função económica Desbargação de CE da AdP SGPS de 21.07.2022)

- d) Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável, pois a Empresa não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

2) Gestão do risco financeiro

(Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.)

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da

imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final. No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio. Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que

com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Apresenta-se a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como garantias) dos últimos 5 anos.

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	1.099.933	1.150.067	1.293.675	1.428.913	1.707.383
Taxa média financiamento (%)	1,49%	1,37%	1,36%	1,30%	1,36%

Os encargos financeiros no ano de 2022 diminuíram em cerca de 4%, sendo que comparando face ao ano de 2018, verifica-se uma redução dos encargos anuais em cerca de 36% (0,6 milhão de euros).

A taxa média de financiamento (incluindo juros e outros encargos associados, tais como comissões de garantia) em 2022 foi de 1,49%, superior à verificada no período homólogo. Contrariando a tendência que se vinha verificando nos últimos anos, em que de forma sustentada se constatava uma manutenção na taxa média de financiamento, em 2022, e apesar da diminuição do valor do financiamento face ao ano anterior, regista-se um incremento resultante do aumento das condições de mercado, nomeadamente ao nível das taxas de juro.

- 3) Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento do Estado para 2022), apurados nos termos da fórmula disposto no n.º 4 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022).

No ano de 2022 os financiamentos obtidos pela EPAL cingiam-se a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução 10,4 milhões de euros (-13,2%), correspondente a amortizações de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores, não tendo recorrido no ano em apreço a qualquer novo financiamento.

Variação do Endividamento (execução)	2022	2021
	Valores (€)	
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	68.482.225	78.852.054
Capital Social	150.000.000	150.000.000
Novos investimentos no ano 2022 (com expressão material)	-	-
Variação do Endividamento	-5,0%	-4,0%

A Empresa cumpre integralmente o disposto no n.º 1 do art.º 560.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, apresentando uma redução de 5,0% no seu endividamento, apurada nos seguintes termos:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR – Financiamento Remunerado
 Capital – Capital Social ou Capital Estatutário realizado

Nos termos do n.º 2 do artigo 145.º do DLEO 2022, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10.000.000 ou a 10% do orçamento anual da Empresa. Em 2022 a Empresa não tem investimentos enquadráveis nesta categoria.

- 4) Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores (RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("*arrears*"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

Verificou-se que em 2022 o prazo médio de pagamento a fornecedores correntes, apresenta variação de mais um dia face a 2021, cumprindo o previsto na legislação em apreço.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

Prazo médio de pagamentos	2022	2021	Variação 2022/2021	
			Valor	%
Prazo (dias)	30	29	1	3%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes:

Dívidas vencidas	Não vencido	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º do DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias	
Aquisição de Bens e Serviços	2.470.165	473.459	46.528	39.744	62.343	80.255	
Aquisição de Investimentos	1.361.220	158.954	11.010	59.339	32.850	239.445	
Total	3.831.385	632.413	57.538	99.083	95.193	319.700	

5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas.

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da Empresa.

6) Remunerações/honorários

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

As reduções remuneratórias são as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice 1 das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022 – Ofício n.º 630/2023 de 10 de fevereiro de 2023.

No Relatório do Governo Societário do exercício de 2022 encontra-se ainda complementada toda a informação relacionada com a determinação das remunerações.

a) Órgãos Sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2022 (Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único)

Foram aplicadas na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA todas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2022.

(1) Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade, a administração é exercida por um Conselho de Administração, composto por um número de membros fixado pela Assembleia Geral que os elege, que deve situar-se entre um mínimo de três e um máximo de cinco membros.

Compete à Assembleia Geral eleger de entre os membros do Conselho de Administração o respetivo presidente, que dispõe de voto de qualidade. O presidente do Conselho de Administração pode designar, de entre os administradores eleitos, um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Em 24 de junho de 2020, foi deliberado através de Deliberação Unânime por Escrito, proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato 2020-2022, tendo sido eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO				N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e forma	
2020-2022	Presidente	José Manuel Leitão Sardinha	DUE	24 junho 2020	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	n.a.	4
2020-2022	Vice-Presidente	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	DUE	24 junho 2020	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	n.a.	3
2020-2022	Vogal	Telma Susana Rodrigues Correia	DUE	24 junho 2020	Não	Câmara Municipal Amadora	EPAL	n.a.	1
2020-2022	Vogal	Barnabé Francisco Primo Pisco *	DUE	24 junho 2020	Não	EPAL	EPAL	n.a.	2
2020-2022	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	DUE	24 junho 2020	Não	SIMAS de Oeiras e Amadora	EPAL	n.a.	2

Observação: A administradora Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado foi, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, em reunião de Conselho de Administração de 29 de junho de 2020, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração da EPAL, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

* Falecido em 5 de novembro de 2022, não tendo havido substituição.

Apresenta-se o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Leitão Sardinha	AdP – Águas de Portugal SGPS	Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Professor convidado	Público
	UCCLA	Presidente do Conselho Fiscal	Público
	Academia de Engenharia	Vogal do Conselho Fiscal	Privado
	WATER-Core Colab	Presidente da Direção	Público
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vice- Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
Telma Susana Rodrigues Correia	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Barnabé Francisco Primo Pisco *	Não exerce cargos em acumulação	-	-

* Falecido em 5 de novembro de 2022, não tendo havido substituição.

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração constam do ponto D. do capítulo VII do Relatório do Governo Societário de 2022 da Empresa.

(2) Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais efetivos, e um suplente, todos eleitos em Assembleia Geral, por períodos de três anos, podendo ser reeleito por uma ou mais vezes.

Em Assembleia Geral de acionistas de 5 de abril de 2019, foi nomeado o Conselho Fiscal para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2019-2021. Não tendo havido nova nomeação até à data, mantém-se o mesmo em funções.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2019-2021	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.602,37	2
2019-2021	Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.201,78	2
2019-2021	Vogal	Eduardo José Santos Clemente	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.201,78	2
2019-2021	Vogal Suplente	Luís Miguel Barros Martins Damas	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	-	3

As remunerações totais anuais dos membros do Conselho Fiscal constam do ponto D. do capítulo VII do Relatório do Governo Societário de 2022 da Empresa

Revisor Oficial de Contas

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de 5 de abril de 2019. Não tendo havido nova nomeação até à data mantem-se o mesmo em funções.

Assim, o Revisor Oficial de Contas para o exercício de 2022 é:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contr		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda.	183	20161485	AG	5 de abril de 2019	Sim	4	4
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1657	20200003	AG	24 de março de 2021	Sim	3	3
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	5 de abril de 2019	Sim	4	4

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas consta do ponto E. do capítulo V do Relatório do Governo Societário da Empresa.

- b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações vigentes em 2022.

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA não dispôs durante o ano de 2022 de Auditor Externo, não se aplicando este ponto.

- 7) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, que se encontram sintetizadas no quadro seguinte:

Membro do CA (Mandato 2020/2022)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	80,00	325	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80,00	369	-
Telma Susana Rodrigues Correia	80,00	418	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	80,00	360	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80,00	396	-
		1.868	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Os gastos com combustíveis e portagens constam do ponto D. do capítulo VII do Relatório do Governo Societário da Empresa.

8) Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A Empresa dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

9) Elaboração (de três em três anos) e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, a cada três anos, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens (período de referência 2022), através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio “Valorizamos a relação com os colaboradores”, no Compromisso “Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

O relatório encontra-se disponível em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/igualdade-de-g%C3%A9nero>

10) Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009.

Dando cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, a EPAL aprovou no ano de 2022 a revisão do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações

Conexas onde se identificam as áreas mais críticas quanto à ocorrência de potenciais atos de fraude ou corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência.

O Conselho de Administração da Águas de Portugal, SGPS, S.A. aprovou em 14 de dezembro de 2021 a Política de Integridade do Grupo AdP, a observar pelas empresas, assim como a Carta de Compromisso subscrita por todas as empresas do Grupo em 17 de dezembro de 2021.

Na sequência da emissão da Política de Integridade do Grupo AdP, de onde consta a minuta do PPRCIC, o Conselho de Administração da EPAL aprovou no final de 2022 a revisão do conteúdo do documento anteriormente em vigor, disponível em <https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/gestao-de-riscos-de-corrupcao/plano-contr-a-corrupcao.pdf?sfvrsn=20>.

O Plano tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela Empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e de boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Abrangendo toda a Empresa, este plano dá cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Empresa procede à avaliação anual do PPRCIC em vigor na Empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º54/2008, de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Empresa e remetido às entidades competentes.

Registe-se ainda que em 2019, a Empresa subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual *“as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”*.

11) Contratação pública (AdP)

a) Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2022, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS. Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em

moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transaccional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

b) Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização

A Empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2017, e mantido até à data, atentas que foram as recomendações do Tribunal de Contas constantes no Relatório de Auditoria 7/2017, e em alinhamento com as instruções emanadas pela AdP SGPS, SA, para todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

- c) *Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)*

Durante o ano de 2022, foi submetido a visto prévio do Tribunal de Contas o Contrato n.º 2043 - Empreitada de obras públicas designada por "Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões", decorrente do Concurso Público com Publicidade Internacional (Proc. Com a Ref.ª ENG19093).

O processo de Fiscalização Prévia em apreço ficou registado com o nº 1013/2022 e foi objeto de declaração de conformidade, devidamente homologada pelos Juizes de turno da 1.ª Sessão do Tribunal de Contas em 30 de agosto de 2022.

A empreitada contratada deverá ser realizada no prazo máximo de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias e apresenta o preço total de 9.297.358,10 euros.

12) Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

13) Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais (previstas no artigo 144.º do DLEO 2022), justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

A EPAL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando o indicador no quadro no início deste capítulo respeitante ao cumprimento das orientações legais.

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os anteriores períodos homólogos e comparáveis:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021		2022/2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	110.682.750	96.720.291	98.861.815	93.961.894	102.810.606	11.820.936	12,0%	7.872.144	7,7%
(1) CMVMC	1.906.319	1.948.891	1.821.790	1.925.969	1.760.556	84.529	4,6%	145.763	8,3%
(2) FSE	28.160.199	33.474.277	30.544.083	34.487.313	33.670.376	-2.383.884	-7,8%	-5.510.177	-16,4%
(3) Gastos com o pessoal	24.629.113	26.712.000	24.736.517	25.485.944	25.361.415	-107.404	-0,4%	-732.302	-2,9%
i. Relativos aos órgãos sociais	-502.166	-616.368	-604.942	-598.973	-603.605	102.776	-17,0%	101.439	-16,8%
ii. Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	-188.006	-621.709	0	-	621.709	-100,0%
iii. Valorizações remuneratórias, que sejam obrigatórias	0	0	0	0	0	0	-	0	-
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais	574.403	0	599.730	-558.748	-474.346			1.048.749	-221,1%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	24.701.351	26.095.632	24.731.306	24.140.216	23.661.755	-29.955	-0,1%	1.039.596	4,4%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais	1.284.095	1.126.250	1.015.370	0	0			1.284.095	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	53.411.536	61.008.919	56.087.020	61.899.226	60.792.346	-2.675.484	-4,8%	-7.380.811	-12,1%
(7) Volume de negócios (VN)	170.009.334	165.880.827	160.532.144	161.197.713	166.950.987	9.477.190	5,9%	3.058.347	1,8%
Subsídios à exploração	0	0	0	0	0	0	-	0	-
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0	0	0	-	0	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais	3.274.198	5.278.481	10.267.440					3.274.198	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	173.283.532	171.159.308	170.799.584	161.197.713	166.950.987	2.483.948	1,5%	6.332.545	3,8%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	30,8%	35,6%	32,8%	38,4%	36,4%	-2,0 p.p.		-5,6 p.p.	
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	57.333	62.500	51.932	52.197	76.936	5.401	10,4%	-19.603	-25,5%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	4.262	12.500	0	4.434	42.793	4.262	-	-38.531	-90,0%
iii. Gastos associados à frota automóvel ⁹⁾	2.128.696	2.247.604	1.823.768	1.662.302	1.784.924	304.927	16,7%	343.772	19,3%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	263.175	280.000	232.194	253.936	289.706	30.981	13,3%	-26.531	-9,2%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	2.453.466	2.602.604	2.107.894	1.972.869	2.194.358	345.572	16,4%	259.108	11,8%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	654	711	656	663	668	-2	-0,3%	-14	-2,1%
N.º Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	12	0	0,0%	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	20	21	20	20	20	0	0,0%	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	622	678	624	631	636	-2	-0,3%	-14	-2,2%
N.º Trabalhadores/N.º CD	31	32	31	32	32	0	-0,3%	-1	-2,2%
N.º de viaturas	267	272	267	267	267	0	0,0%	0	0,0%

14) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.º da LOE 2022 e artigo 102.º do DLOE 2022)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2024, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;
- dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação. A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de

insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Em dezembro de 2022 estavam constituídos no Grupo AdP depósitos a prazo no IGCP (CEDIC) no valor de 403,5 milhões de Euros, com vencimento em 2 de janeiro de 2023, dos quais 103 milhões constituídos pela EPAL.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

À data de 31 de dezembro de 2022, as disponibilidades e aplicações da EPAL centralizadas no IGCP eram de 107.326.623 euros.

As disponibilidades e aplicações financeiras que se encontravam junto do IGCP, no final de cada trimestre de 2022, eram as seguintes:

IGCP (euros)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	€	€	€	€
Disponibilidades	135.502.254	51.313.546	53.273.217	4.326.623
Aplicações financeiras	-	-	-	103.000.000
Total	135.502.254	51.313.546	53.273.217	107.326.623

As disponibilidades que se encontravam junto da banca comercial, no final de cada trimestre de 2022, eram as seguintes:

Banca Comercial* (euros)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	€	€	€	€
Caixa Geral de Depósitos	64.428	25.329	52.183	26.958
Banco BPI	16.313	4.534	13.384	10.976
BBVA	52.545	4.404	7.099	16.913
Banco Santander	121.568	106.624	105.054	11.096
Millennium BCP	44.986	10.915	18.137	26.912
Novo Banco	13.415	42.822	18.390	11.625
Bankinter	2.511	1.625	1.834	5.268
Total	315.766	196.254	216.080	109.747
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

Ressalva-se contudo que alguns montantes indicados no quadro anterior, respeitantes aos saldos finais em cada trimestre, poderão encontrar-se inflacionados por depósitos de valores efetuados pelos clientes no último dia útil de cada período que, pelo facto do IGCP não dispor de balcões de atendimento ao público, tiveram que ser depositados na banca comercial e, transferidos no dia útil seguinte, para a conta da EPAL junto do IGCP.

15) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivos resultados.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à Empresa nos últimos três anos.

16) Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

De acordo com a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, no seu artigo 7.º, as entidades do setor público empresarial elaboram, anualmente, planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, devendo publicá-los no respetivo sítio na Internet. Nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da mesma Lei, foi publicado o Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina:

- os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial;
- os termos da articulação de competências entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; e
- a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos do disposto nos n. 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Neste contexto, a EPAL elaborou o Plano para a Igualdade de Género para 2022 de acordo com o «Guião para a implementação de planos de igualdade para as empresas», disponível no sítio na Internet da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e que contempla a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, estruturadas em 7 áreas agregadoras:

- Estratégia, Missão e Valores
- Igualdade no Acesso a Emprego
- Formação Inicial e Contínua
- Igualdade nas Condições de Trabalho
- Proteção na Parentalidade
- Conciliação entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional
- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

No âmbito da referida legislação a EPAL submeteu, para análise, pela CITE, o Plano para a Igualdade de Género a vigorar no próximo ano e procedeu à respetiva publicação, no seu sítio da internet, que poderá ser acedido através do seguinte endereço:

<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/igualdade-de-género>

- 17) Elaboração e divulgação da demonstração não financeira prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do Código das Sociedades Comerciais, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gestão, em anexo ao RGS.

Não aplicável.

- 18) Deverá, ainda, ser preenchido o quadro infra relativo à informação reportada a 31 de dezembro de 2022, e assegurado que esta informação se encontra atualizada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF).

Conforme orientações da DGTF, a Empresa não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

Cumprimento das Orientações Legais - 2022	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão					Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
1. Indicadores Financeiros					
Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN)	x			-4,82 p.p.	Objetivo Superado
Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	x			73,5%	Objetivo Superado
Limite ao endividamento	x			-13,2%	Objetivo Superado
Respeito prazos de pagamento	x			1	Objetivo Atingido
Rentabilidade	x			18,8%	Objetivo Superado
2. Indicadores Ambientais e de Serviço					
Plano de manutenção	x			92,1%	Objetivo Superado
Qualidade da Água Fomecida	x			99,56%	Objetivo Superado
Metas a atingir constantes no PAO 2022					Comparação entre os valores reais de 2022 e as previsões constantes do PAO
Investimento	x			40,8%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Endividamento	x			-4,4%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	x			-4,8 p.p.	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, estudos e os associados à frota automóvel	x			-5,7%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
N.º viaturas	x			0,0%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos com Pessoal	x			-5,5%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			x		-
Gestão do Risco Financeiro	x			1,37%	Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Limites de Crescimento do Endividamento	x			-5,0%	Varição do endividamento face a 2021
Evolução do PMP a fornecedores	x			1	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)	x			571.514	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			x	-	Não foram emitidas recomendações
Reservas emitidas na última CLC			x	-	Da última CLC não constavam reservas
Remunerações/honorários:					
• CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2022	x			18.828 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2022 do Conselho Administração
• Fiscalização (CF/ROC/FU) - redução remuneratória vigentes em 2022	x			2.804 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2022 do Conselho Fiscal
• Auditor Externo - redução e reversões remuneratórias vigentes em 2022			x	-	-
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP					
• Não utilização de cartões de crédito	x			n.a.	Os membros do CA não dispõem de cartões de crédito
• Não reembolso de despesas de representação pessoal	x			n.a.	A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal
• Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x			n.a.	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x			n.a.	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP					
• Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x			n.a.	A empresa não realizou qualquer despesa não documentado ou confidencial
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
• Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	x			n.a.	https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade/responsabilidade-empresarial/igualdade-de-g%C3%A9nero
Prevenção da Corrupção – n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE					
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x			n.a.	https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/povemo-do-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas
Contratação Pública					
• Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x			n.a.	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			x	-	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			1 € 9.297.358	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas					
Medidas tomadas na adesão ao Sistema Nacional de Compras	x			n.a.	Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x			-4,8 p.p.	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)					
• Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			99,9%	% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31/dez/2022
• Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x			110 mil EUR	Saldo a 31/dez/2022
• Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x			-	Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Auditorias do Tribunal de Contas			x	n.a.	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	x			n.a.	Ponto 16 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Apresentação da demonstração não financeira			x	n.a.	Não aplicável

PERSPETIVAS FUTURAS

Os horizontes da EPAL para o futuro perspetivam-se em torno dos valores da eficiência, da produtividade, da inovação, da circularidade e desenvolvimento sustentável e da qualidade do serviço público. Pretende-se que estes valores sejam assumidos como motivação das atividades diárias das trabalhadoras e trabalhadores da Empresa, para ultrapassar os consecutivos desafios que se colocam à Empresa.

Os pilares estratégicos definidos em 2020 pelo Conselho de Administração constituem um referencial que reforça o posicionamento da EPAL, e projeta o futuro no domínio de intervenção da Empresa, com o propósito final de fazer a diferença na vida dos Portugueses e dos demais *stakeholders*. Conforme temos referido, encontram-se em andamento inúmeras atividades, as quais visam permitir a renovação e melhoria dos seus ativos, onde se destaca a duplicação integral do sistema adutor do Bode e a redundância total à Asseiceira através de Vale da Pedra e Lezírias, e o pleno funcionamento das suas instalações, a eficiência da operação, nomeadamente promovendo a neutralidade energética e aposta na economia circular, a digitalização plena da Empresa e dos seus principais processos e, sem descurar, a continuidade do apoio social, quer interno, quer externo, promovendo o bem-estar geral.

Para consubstanciar esta renovada ambição, a EPAL tem preparado um ciclo de investimento extremamente exigente em termos de dimensionamento, complexidade e cronograma de execução. Os referidos investimentos mobilizadores no setor da água e os desafios e oportunidades da transição energética no Setor, a importância do conhecimento na mitigação e adaptação às alterações climáticas, o papel da inovação e desenvolvimento e da capacitação de quadros, serão assim apostas decisivas da EPAL para o ano de 2023 e vindouros.

Apesar da atual situação geopolítica, que tem impactos em larga escala, a EPAL manter-se-á empenhada em torno dos valores da eficiência, da produtividade, da inovação, da circularidade e desenvolvimento sustentável e da qualidade do serviço público, planeando de forma flexível, com elasticidade e agilidade para que, se necessário, adotar novos rumos e orientações. Neste sentido, importa salientar os projetos em curso para alargamento da atuação da Empresa a outros territórios quer em baixa quer em alta e, não menos importante, o alargamento a outras atividades conexas ao ciclo urbano da água, como saneamento em baixa, a distribuição em baixa de água para reutilização, para além da captação, transporte e distribuição em baixa de água para utilizações não potáveis como rega de espaços verdes, por meio de recolocação ao serviço da população, de infraestruturas históricas como o Aqueduto das Águas Livres, bem como o Alviela que, conjuntamente com a a rentabilização de ativos como as faixas dos adutores e a articulação com outras empresas do grupo AdP e de outras entidades, consegue proporcionar o desenvolvimento de atividade no âmbito de novos perímetros de regadio sustentável e não conflituante.

A produção, transporte e consumo de energia renovável suprimindo todas as necessidades do negócio é outra atividade da Empresa que importa destacar pela sua importância económica, ambiental e sobretudo de resiliência e imunidade face a perturbações do mercado internacional. A produção de energia renovável potenciou o desenvolvimento de outros investimentos associados à autoprodução, on-site, de reagentes verdes, como hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e hidrogénio, muito importantes na medida em que tornam a Empresa imune a perturbações do supply-chain, cada vez mais frequentes a nível global. A este nível importa ainda salientar os projetos ao nível de produção e consumo de CO2 verde e também os que asseguram a produção, a partir de lamas de ETA, de materiais e de reagentes verdes para utilização como coagulantes no tratamento de águas residuais e, outros, enquanto corretores de solos agrícolas.

Importa ainda destacar os projetos de rentabilização de ativos regulados e não regulados, como a construção do edifício das Amoreiras e do edifício da Anunciada para o mercado de arrendamento urbano, a construção da residência universitária no Pátio do Tronco para filhos e netos de trabalhadores do grupo AdP, a recuperação e rentabilização de antigas casas de água, as novas instalações no antigo reservatório da Penha de França, bem como a nova centralidade na cidade de Lisboa associada ao novo recinto da Academia das Águas Livres em Campo de Ourique, são projetos determinantes para o futuro da cidade de Lisboa, da Empresa, do grupo AdP e dos seus trabalhadores e trabalhadoras.

Será determinante, como sempre tem sucedido, o reforço do rigor e da partilha de responsabilidades, atentas as funções e competências das partes, determinando a manutenção de um nível de cooperação entre a Empresa e os stakeholders, com o destaque para a Tutela, as Entidades Reguladoras, o Acionista, os clientes e fornecedores e, sobretudo, as trabalhadoras e trabalhadores e seus órgãos representativos, fator determinante para que a Empresa continue a prestar um serviço de excelência, e continuar a ser uma referência no setor em que se insere.

Afigura-se ainda como decisivo o reforço da aposta na inovação e no desenvolvimento de novos processos e tecnologias e de produtos transacionáveis, com potencial de crescimento e até de exportação, como o Aquamatrix®, o WONE®, o Waterbeep®, o Billmeter®, o Wattwater®, o H2OQuality®, o onpocket® e o myAqua®, que resultam do sentido de inovação, com base em recursos internos, que a gestão da Empresa colocou na organização, rentabilizando as competências existentes no seio da empresa, posicionando-a como um importante ator do setor, dando seguimento à sua evidente vocação global.

A EPAL manterá, pois, a sua aposta na inovação e desenvolvimento, procurando responder a oportunidades de internacionalização das suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu know-how.

Nessa linha, a EPAL assumirá, uma vez mais, o seu importante papel em sintonia com o Grupo Águas de Portugal, no qual se insere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do presente mandato deste Conselho de Administração, cujo triénio foi bastante exigente e marcado pela perturbações inerentes aos acontecimentos de dimensão global que sucederam em cada um dos anos, com os inerentes reflexos sociais e económicos, importa salientar a importância dos valores e serviço público de qualidade prestado pela EPAL bem como o papel de todas e todos aqueles que contribuíram para que a missão da EPAL fosse integralmente cumprida com grande sucesso, reforçando a liderança enquanto empresa de referência no setor em que opera, quer no âmbito nacional, quer internacional.

Aos membros do Conselho de Administração, agradeço a sempre permanente colaboração e importante apoio evidenciado no acompanhamento da gestão da Empresa, e cujo funcionamento articulado permitiu ultrapassar as dificuldades que surgiram nesta etapa.

À Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, pelo constante acompanhamento da atividade da Empresa, sempre pautado pela disponibilidade, interesse e dedicação com que desempenharam as suas funções.

À Tutela Governamental, pela proficiência das relações estabelecidas e pelo clima de confiança mantido no acompanhamento das atividades da Empresa.

Ao acionista Águas de Portugal, pelo permanente apoio e acompanhamento empenhado na gestão da Empresa.

À ERSAR, enquanto Entidade Reguladora do setor, credor de reconhecimento pelo interesse, disponibilidade e permanente apoio à EPAL, reafirmando a nossa vontade de colaboração atenta e pronta, com vista à melhoria contínua da Empresa e dos serviços por ela prestados

Às Instituições Bancárias e Seguradoras dirigimos uma mensagem de grande apreço pela forma como têm correspondido aos esforços feitos para se manter e garantir a estabilidade e solidez económica e financeira da EPAL.

Um agradecimento aos fornecedores e prestadores de serviços da EPAL, pela qualidade das suas respostas às necessidades da Empresa, realçando a importância de responderem aos desafios que a Empresa sempre lhes coloca.

À Câmara Municipal de Lisboa, o reconhecimento da excelência da colaboração, permanente cooperação e profícuo entendimento.

Aos clientes da Empresa e aos consumidores de água da EPAL, queremos reafirmar o empenho no bem servir, a responsabilidade que decorre do facto de contarem com a nossa presença nas suas vidas e na satisfação das suas necessidades e o nosso reconhecimento pela confiança que nos dispensam.

Aos órgãos representativos dos trabalhadores agradeço a permanente atenção e contributos construtivos, dentro das suas competências.

Por fim, um profundo agradecimento às trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, expressando o nosso reconhecimento pelo grande profissionalismo, empenho, dedicação e capacidades postos ao serviço da missão e dos objetivos da Empresa, reiterando o nosso orgulho na equipa que constituímos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 58.037.658,22 euros (cinquenta e oito milhões, trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e vinte e dois cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 46.430.126,58 euros (quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta mil, cento e vinte e seis euros e cinquenta e oito cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 11.607.531,64 euros (onze milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e trinta e um euros e sessenta e quatro cêntimos) para Resultados Transitados.

ANEXO AO RELATÓRIO ANUAL DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2022, os membros do órgão de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações da sociedade, e não realizaram transações dos mesmos.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

(os valores são apresentados em euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

CONTAS INDIVIDUAIS

Demonstração da posição financeira

(Montantes expressos em euros)

	notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5	4.906.667	5.120.000
Ativos fixos tangíveis	6	631.161.433	639.325.720
Ativos sob direito de uso	7	531.011	1.103.013
Propriedades de investimento	8	13.095.515	13.163.816
Outros ativos financeiros	9	184.308	159.648
Impostos diferidos ativos	32	2.761.728	2.702.918
Clientes	10	47.824	246.016
Outras contas a receber	11	12.591.991	13.600.196
Total dos ativos não correntes		665.280.476	675.421.325
Ativos correntes			
Inventários	12	2.919.503	2.839.312
Clientes	10	27.423.437	28.271.136
Outras contas a receber	11	52.863.316	19.046.510
Caixa e seus equivalentes	13	107.545.661	121.525.278
Total do ativo corrente		190.751.918	171.682.237
Total do ativo		856.032.394	847.103.562
Capital próprio			
Capital social	14	150.000.000	150.000.000
Reservas e outros ajustamentos	14	52.167.314	52.167.314
Resultados transitados	14	411.723.366	402.321.113
Resultado líquido do exercício		58.037.658	49.659.244
Total do capital próprio		671.928.338	654.147.671
Passivos não correntes			
Provisões	15	991.744	564.730
Subsídios ao investimento	17	28.760.723	30.300.186
Empréstimos	18	58.026.325	68.482.225
Passivos da locação	7	116.258	-
Impostos diferidos passivos	32	31.537.877	32.968.490
Total do passivo não corrente		119.432.928	132.315.631
Passivos correntes			
Empréstimos	18	10.555.427	10.432.585
Passivos da locação	7	45.327	746.259
Fornecedores e outros passivos correntes	19	47.735.488	45.835.682
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	6.334.885	3.625.734
Total do passivo corrente		64.671.128	60.640.260
Total do passivo		184.104.056	192.955.891
Total do capital próprio e do passivo		856.032.394	847.103.562

Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

unidade: euros	nota	2022	2021
Rédito de contratos com clientes	21	170.009.334	160.532.144
Gasto das vendas/ variação de inventários	22	(1.906.319)	(1.821.790)
Fornecimentos e serviços externos	23	(28.160.199)	(30.544.083)
Gastos com pessoal	24	(24.629.113)	(24.736.517)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(27.642.503)	(27.867.916)
Provisões e reversões do exercício	26	(452.185)	(110.505)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	27	(767.844)	(1.104.597)
Subsídios ao investimento	17	1.539.462	1.682.167
Outros gastos e perdas operacionais	28	(9.957.163)	(9.405.665)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	5.006.778	4.370.660
Resultados operacionais		83.040.248	70.993.898
Gastos financeiros	30	(1.133.657)	(1.200.229)
Rendimentos financeiros	31	568.433	178.958
Resultados financeiros		(565.224)	(1.021.272)
Resultado antes de impostos		82.475.024	69.972.627
Imposto corrente	32	(25.812.385)	(21.442.785)
Imposto diferido	32	1.375.019	1.129.402
Resultado líquido do exercício		58.037.658	49.659.244
Resultado por ação (básico e diluído)	14	1,93	1,66

Demonstração do rendimento integral*(Montantes expressos em euros)*

	notas	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício		58.037.658	49.659.244
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	14	<u>(529.596)</u>	<u>1.967.928</u>
Total do rendimento integral do exercício		<u><u>57.508.062</u></u>	<u><u>51.627.172</u></u>

Demonstração das variações do capital próprio

(Montantes expressos em euros)

	notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Posição no início do exercício de 2021		150.000.000	30.000.000	22.171.377	390.958.744	(4.064)	46.972.206	640.098.264
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	14	-	-	-	1.967.928	-	-	1.967.928
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado	14	-	-	-	46.972.206	-	(46.972.206)	-
		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>439.898.878</u>	<u>(4.064)</u>	<u>-</u>	<u>642.066.192</u>
Resultado líquido do exercício de 2021							49.659.244	49.659.244
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(37.577.765)	-	-	(37.577.765)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37.577.765)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37.577.765)</u>
Posição no fim do exercício de 2021		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>402.321.113</u>	<u>(4.064)</u>	<u>49.659.244</u>	<u>654.147.671</u>
Posição no início do exercício de 2022		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>402.321.113</u>	<u>(4.064)</u>	<u>49.659.244</u>	<u>654.147.671</u>
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	14	-	-	-	(529.596)	-	-	(529.596)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado	14	-	-	-	49.659.244	-	(49.659.244)	-
		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>451.450.761</u>	<u>(4.064)</u>	<u>-</u>	<u>653.618.074</u>
Resultado líquido do exercício de 2022							58.037.658	58.037.658
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(39.727.395)	-	-	(39.727.395)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39.727.395)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39.727.395)</u>
Posição no fim do exercício de 2022		<u>150.000.000</u>	<u>30.000.000</u>	<u>22.171.377</u>	<u>411.723.366</u>	<u>(4.064)</u>	<u>58.037.658</u>	<u>671.928.338</u>

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

	notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		196.310.206	179.696.194
Pagamentos a fornecedores		(38.300.305)	(39.988.805)
Pagamentos ao pessoal		(36.648.586)	(36.291.297)
Caixa gerada pelas operações		121.361.315	103.416.092
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	32	(23.018.494)	(17.378.915)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(13.217.239)	(8.382.226)
Fluxos das atividades operacionais [1]		85.125.582	77.654.951
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(15.924.125)	(11.968.165)
Outros ativos	11, 13	(137.500.000)	(10.000.000)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		506.034	504.036
Outros ativos	11, 13	105.500.000	32.000.000
Subsídios ao investimento	17	151.097	323.336
Juros e rendimentos similares		159.923	4.139
Fluxos das atividades de investimento [2]		(47.107.071)	10.863.346
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	(10.369.829)	(10.286.266)
Capital dos passivos de locação	7	(765.598)	(1.097.743)
Juros e gastos similares		(1.135.306)	(1.249.219)
Dividendos	14	(39.727.395)	(37.577.765)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(51.998.128)	(50.210.993)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(13.979.617)	38.307.304
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	121.525.278	83.217.975
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13	107.545.661	121.525.278

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Informação geral

1.1. Identificação da empresa

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”), com sede na Avenida da Liberdade n.º 24, em Lisboa, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

À data de 31 de dezembro de 2022, a empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.2. Atividade económica

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 34 municípios da Região da Grande Lisboa, num total de 35 municípios abrangidos.

O modelo de exploração da EPAL assenta numa gestão delegada pelo Estado e rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015 e consequente alteração ao Decreto-Lei n.º 230/91, as tarifas da EPAL para o período 2016-2020 foram fixadas pelo mesmo Decreto-Lei, constando dos seus Anexos IV e V. Para o ano de 2022, as tarifas foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei nº 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, o qual integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a Águas do Vale do Tejo a propriedade dos inerentes ativos.

I.3. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 8 de março de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas no presente relatório. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações

bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo, nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2. – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2. - vida útil e imparidade de ativos tangíveis
- Nota 10.2. – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2. – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 16.2. – benefícios dos empregados

2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentada nos comparativos.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento 	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato 	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual 	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021 	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2023 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro 	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa 	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas 	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas 	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação 	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

Ainda não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> • IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants" 	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação 	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2023.

3.4. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao Exposure Draft. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do Exposure Draft.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

4.1. Fatores de risco

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxa variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa, e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos a taxa variável.

A tabela abaixo apresenta a análise aproximada da sensibilidade dos encargos financeiros da EPAL:

	31.12.2022	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	116.412	442.326	26.055

4.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Empresa em energia e combustíveis, representam em 2022 aproximadamente 22% do total de fornecimentos e serviços externos da Empresa (6,2 milhões de euros, num total de 28,2 milhões de euros).

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, SA, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela seguinte apresenta as responsabilidades da EPAL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros e encargos.

	nota	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
<i>Passivo</i>				
Financiamentos BEI	18	10.555.427	41.070.442	16.955.883

Em 31 de dezembro de 2022 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2022 (nota 18)	Valor do capital no ano de refixação da taxa
2025	8.333.333	6.111.111
2028	6.000.000	-
2029	22.648.892	-
2030	2.083.333	-
	<u>39.065.559</u>	<u>6.111.111</u>

Os empréstimos bancários dizem respeito apenas a financiamentos contratados junto do BEI.

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, o qual é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, passa por manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo do capital.

	notas	2022	2021
Total de financiamento obtido	18	68.581.753	78.914.810
Passivos da locação	7	161.585	746.259
Disponibilidades	13	(107.545.661)	(121.525.278)
Apoios de tesouraria ao acionista	11	(32.000.000)	-
Endividamento Líquido		<u>(70.802.324)</u>	<u>(41.864.209)</u>
Capitais Próprios	14	671.928.338	654.147.671
Subsídios ao investimento	17	28.760.723	30.300.186
Capital e Subsídios		<u>700.689.061</u>	<u>684.447.857</u>
Dívida Líquida/Capital Total		<u>(0,10)</u>	<u>(0,06)</u>

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2022, a estratégia da EPAL manteve-se na redução do seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma diminuição da dívida líquida (através da amortização de capital

dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades), e um aumento do capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da política de tesouraria do Grupo AdP. Essa centralização de fundos na AdP SGPS, quando necessária, tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, de forma a evitar ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto do IGCP.

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de abastecimento de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

A composição da carteira de clientes da EPAL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais e (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente no caso da EPAL que em regra não há valores desta natureza em débito. O Conselho de Administração da EPAL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade.

ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento reiterado no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, e dado que o

incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição por classe de risco de contraparte é a seguinte:

Carteira de clientes	Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais	Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa
	Unid: euros	
Risco	Baixo	Médio
Exposição bruta	8.168.897	28.343.219
Imparidade	-	(13.340.067)
Exposição líquida	8.168.897	15.003.152

Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) em 31 de dezembro de 2022, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos Financeiros Bancários	2022	2021
Depósitos à Ordem (nota 13)	4.515.238	11.493.836
Depósitos a Prazo (nota 13)	103.000.000	110.000.000
Outros Ativos Financeiros (nota 9)	184.308	159.648
	107.699.546	121.653.483

Rating	2022	2021
A2 (Moody's)	48.101	50.736
A3 (Moody's)	4.043	11.334
B1 (Moody's)	24.669	69.447
Baa1 (Moody's)	23.856	35.138
Baa2 (Moody's)	107.598.878	121.486.829
	107.699.546	121.653.483

Rating (Moody's) - Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro de 2022

Face a 2021, a EPAL considera que não houve variação significativa do risco de crédito.

4.5 Risco de exploração

4.5.1 Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. Os riscos para a Empresa encontram-se descritos no capítulo Contexto Regulatório, do Relatório de Gestão deste ano.

5. Ativos intangíveis

5.1 Políticas contabilísticas

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a *performance* dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos intangíveis da Empresa são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 Estimativas e julgamentos

Vida Útil

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 Detalhe e movimento

Os ativos intangíveis apresentavam a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os seguintes valores:

	2022	2021
Propriedade Industrial e outros direitos	4.906.667	5.120.000
	<u>4.906.667</u>	<u>5.120.000</u>

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex-Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros. Com a agregação da ex-Águas do Oeste na Águas do Vale do Tejo, a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045.

As amortizações encontram-se a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

2022:

Valor bruto	31.12.2021	Aumentos	31.12.2022
Propriedade Industrial e outros direitos	6.401.391	-	6.401.391
	6.401.391	-	6.401.391
Amortizações acumuladas	31.12.2021	Aumentos (nota 25)	31.12.2022
Propriedade Industrial e outros direitos	(1.281.391)	(213.333)	(1.494.725)
	(1.281.391)	(213.333)	(1.494.725)
Valor líquido	5.120.000	(213.333)	4.906.667

2021:

Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	31.12.2021
Propriedade Industrial e outros direitos	6.401.391	-	6.401.391
	6.401.391	-	6.401.391
Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos (nota 25)	31.12.2021
Propriedade Industrial e outros direitos	(1.068.058)	(213.333)	(1.281.391)
	(1.068.058)	(213.333)	(1.281.391)
Valor líquido	5.333.333	(213.333)	5.120.000

A movimentação em 2022, tal como em 2021, resume-se ao reconhecimento da amortização anual.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Políticas Contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado (*deemed cost*), que engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições legais, bem como os efeitos das reavaliações livres dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada, com referência à data de transição para os IFRS (1 de janeiro de 2009).

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem. Caso uma componente do bem seja substituída é identificada e desreconhecida a quota parte do valor do ativo e o respetivo impacto reconhecido em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios

dos ativos durante os anos da sua utilização pela EPAL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 Estimativas e julgamentos

Vida Útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 Detalhe e movimento

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis por natureza, era a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 de:

	2022	2021
Terrenos e Recursos Naturais	117.934.373	117.934.373
Edifícios e Outras construções	86.050.593	88.189.370
Equipamento Básico	403.736.218	418.106.262
Equipamento de Transporte	127.108	49.418
Equipamento Administrativo	3.389.764	3.603.847
Outros ativos fixos tangíveis	1.911.517	2.237.104
Ativos fixos tangíveis em curso	18.011.859	9.205.347
	631.161.433	639.325.720

Os ativos tangíveis ascendiam a 631,2 milhões de euros no final de 2022, menos 8,2 milhões de euros que em 2021.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

Valor bruto	31.12.2021	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2022
Terrenos e Recursos Naturais	117.934.373	-	-	-	-	117.934.373
Edifícios e Outras construções	219.229.723	3.791	2.099.175	-	-	221.332.690
Equipamento Básico	1.085.420.707	1.709.239	4.199.928	-	(211.299)	1.091.118.575
Equipamento de Transporte	1.292.343	95.897	8.200	-	(33.350)	1.363.090
Equipamento Administrativo	30.191.979	389.955	941.724	-	-	31.523.658
Outros ativos fixos tangíveis	26.325.085	116.313	70.569	-	(2.389)	26.509.579
Ativos fixos tangíveis em curso	9.205.347	16.126.108	(7.319.595)	-	-	18.011.860
	1.489.599.557	18.441.303	-	-	(247.038)	1.507.793.823

Amortizações acumuladas	31.12.2021	Aumentos (nota 25)	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2022
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(131.123.901)	(4.158.195)	-	-	-	(135.282.096)
Equipamento Básico	(667.230.898)	(20.362.758)	-	-	211.299	(687.382.357)
Equipamento de Transporte	(1.242.925)	(26.407)	-	-	33.350	(1.235.982)
Equipamento Administrativo	(26.588.132)	(1.545.761)	-	-	-	(28.133.893)
Outros ativos fixos tangíveis	(24.087.982)	(511.772)	-	-	1.692	(24.598.062)
	(850.273.838)	(26.604.893)	-	-	246.341	(876.632.390)
Valor líquido	639.325.720	(8.163.590)	-	-	(697)	631.161.433

O movimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi:

Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2021
Terrenos e Recursos Naturais	117.677.825	-	256.548	-	-	117.934.373
Edifícios e Outras construções	218.394.538	4.806	830.380	-	-	219.229.723
Equipamento Básico	1.079.125.926	2.485.746	4.964.548	-	(1.155.513)	1.085.420.707
Equipamento de Transporte	1.284.966	7.377	-	-	-	1.292.343
Equipamento Administrativo	28.468.965	638.079	1.084.935	-	-	30.191.979
Outros ativos fixos tangíveis	25.994.973	186.887	143.225	-	-	26.325.085
Ativos fixos tangíveis em curso	6.437.868	10.047.114	(7.279.635)	-	-	9.205.347
	1.477.385.060	13.370.010	-	-	(1.155.513)	1.489.599.557

Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos (nota 25)	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2021
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(126.873.891)	(4.166.463)	-	-	-	(131.040.353)
Equipamento Básico	(648.323.218)	(20.146.740)	-	-	1.155.513	(667.314.446)
Equipamento de Transporte	(1.215.475)	(27.450)	-	-	-	(1.242.925)
Equipamento Administrativo	(24.936.368)	(1.651.764)	-	-	-	(26.588.132)
Outros ativos fixos tangíveis	(23.576.000)	(511.982)	-	-	-	(24.087.982)
	(824.924.953)	(26.504.398)	-	-	1.155.513	(850.273.838)
Valor líquido	652.460.107	(13.134.388)	-	-	-	639.325.720

A rubrica "Equipamento básico" inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Equipamento básico" incluía ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 4,6 milhões de euros (4,2 milhões de euros em 2021).

As aquisições ocorridas no exercício de 2022 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 18,4 milhões de euros e respeitam essencialmente a:

- Central hídrica da Asseiceira;
- Reabilitação de condutas da rede de distribuição;
- Reabilitação da adutora da Calçada de Carriche;
- Reabilitação do sistema de Alenquer IV;
- Intervenções em edifícios.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2022, registou um acréscimo de 8,8 milhões de euros, com um incremento de 16,1 milhões de euros (correspondente às aquisições do ano) e uma redução no montante de 7,3 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 18,0 milhões de euros, respeita essencialmente à central hídrica da Asseiceira (3,9 milhões de euros), à reabilitação da adutora da Calçada de Carriche (2,7 milhões de euros), às intervenções de reabilitação da rede de distribuição (1,4 milhões de euros) e às intervenções no sistema de Alenquer IV (1,8 milhões de euros). Os restantes investimentos em curso respeitam a intervenções de montantes mais reduzidos, relacionados sobretudo com diversas intervenções de reabilitação de infraestruturas.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Os seguros contratados estabelecem, todavia, limites globais de indemnizações, por sinistro, de 175 milhões de euros, com reposição automática na anuidade, para danos materiais cobertos pela apólice multiriscos do Grupo AdP e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e agregado (anual).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas, apresentadas na nota 6.1.

As depreciações do exercício de 2022, no montante de 26,6 milhões de euros (26,5 milhões de euros em 2021), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (nota 25).

Em 2022 foram capitalizados gastos com pessoal (1,7 milhões de euros) e fornecimentos externos (0,2 milhões de euros) no valor global de 1,9 milhões de euros (notas 23 e 24).

7. Locações

7.1 Políticas Contabilísticas

As locações nas quais a EPAL é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo, as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a Empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A EPAL reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Empresa apenas tem locações enquanto locatário.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a EPAL contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Empresa (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da

componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("*commencement date*") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a EPAL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja

esperável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	1 - 40
Equipamento de transporte	1 - 4
Outro equipamento	1 - 2

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a EPAL mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir revisão de pressupostos na locação (ex: prazo, rendas):
 - a) Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela EPAL enquanto locatário

A EPAL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, desde a data de início do contrato, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado novo inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a EPAL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

7.2 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e o respetivo movimento ocorrido no período é como segue:

Ativos sob direito de uso	31/12/2021			2022			31/12/2022			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos do exercício no valor bruto	Amortizações do exercício (nota 25)	Abates e dimin. do exercício no valor bruto	Abates e dimin. do exercício nas amortizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Ativos sob direito de uso classificados como locações operacionais (IAS17) até 2018										
Equipamento de transporte	2.342.878	(2.014.405)	328.473	183.972	(351.867)	2.342.878	(2.342.878)	183.972	(23.394)	160.579
Licenças	1.212.323	(437.783)	774.540	-	(404.108)	-	-	1.212.323	(841.891)	370.432
Total	3.555.202	(2.452.189)	1.103.013	183.972	(755.974)	2.342.878	(2.342.878)	1.396.296	(865.285)	531.011

7.3 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são os seguintes:

Capital em dívida	31/12/2022	31/12/2021
Não corrente	116.258	-
Corrente	45.327	746.259
	161.585	746.259

Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso	31/12/2022	31/12/2021
Equipamento de transporte	161.585	341.865
Licenças informáticas	-	404.394
	161.585	746.259

Futuros pagamentos mínimos	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	49.950	753.017
De 1 a 5 anos	121.160	-
Mais de 5 anos	-	-
	171.109	753.017

Juros	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	4.623	6.758
De 1 a 5 anos	4.901	-
Mais de 5 anos	-	-
	9.524	6.758

Valor presente dos pagamentos mínimos	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	45.327	746.259
De 1 a 5 anos	116.258	-
Mais de 5 anos	-	-
	161.585	746.259

7.4 Pagamentos da locação

Os pagamentos totais com a locação em 2022 ascenderam a 1,6 milhões de euros. As despesas contabilizadas como gasto em resultados são relativas a itens de valor reduzido ou prazo inferior a 12 meses.

Total de pagamentos da locação	31/12/2022	31/12/2021
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	765.598	1.102.843
Contabilizadas como gasto em resultados (nota 23)	884.963	481.228
	1.650.561	1.584.071

8. Propriedades de investimento

8.1 Políticas Contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

As propriedades de investimento da Empresa provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo.

As propriedades de investimento adquiridas pela EPAL até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Depreciações

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na nota 6.1).

Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

Imparidade e justo valor

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas regularmente por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu valor recuperável, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva. Se em períodos de relato subsequentes se verificar um aumento do valor recuperável face ao valor líquido contabilístico, as perdas por imparidade serão revertidas até ao limite de valor dos bens, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade.

8.2 Detalhe e movimento

O detalhe das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Terrenos	12.883.738	12.883.738
Edifícios	2.454.269	2.454.269
	15.338.006	15.338.006
Depreciações acumuladas	(2.242.492)	(2.174.190)
	13.095.515	13.163.816

Depreciações acumuladas	nota	2022	2021
Saldo inicial		(2.174.190)	(2.096.152)
Depreciações do exercício	25	(68.301)	(78.038)
Outros		-	-
Saldo final		(2.242.492)	(2.174.190)

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014 culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

Justo valor

O justo valor das propriedades de investimento é pelo menos equivalente ao seu valor contabilístico, tendo sido determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor.

Em 31 de dezembro de 2022 o justo valor das propriedades de investimento era pelo menos igual ao seu valor contabilístico, sendo que relativamente à mais relevante, e que representa 97% do valor líquido contabilístico, o valor reconhecido nas demonstrações financeiras está mais que garantido, ao abrigo do Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a avaliação efetuada por entidade independente em dezembro de 2022 apresenta um valor de 21,0 milhões de euros através do método de mercado, e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2022 ascende a 12,9 milhões de euros.

Quanto às restantes, apenas duas apresentam valor líquido contabilístico. Dessas, o imóvel que representa a quase totalidade do valor remanescente total (cerca de 2,5%), foi avaliado igualmente em dezembro de 2022 por uma entidade independente, sendo o valor dessa avaliação de 3,9 milhões de euros, e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2022, ascende a 0,2 milhões de euros.

É entendimento da Administração da Empresa que o justo valor determinado nas demonstrações financeiras da Empresa é adequado e reflete as atuais condições de mercado.

9. Outros ativos financeiros

9.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 11.

9.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos “outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Ativo não corrente:		
Outros ativos financeiros	184.308	159.648
	184.308	159.648

O montante registado na rubrica “Outros ativos financeiros”, que ascendia a 184.308 euros, em 31 de dezembro de 2022, corresponde essencialmente a valores cativos à ordem dos tribunais (97.801 euros) e aos valores do Fundo de compensação do trabalho (86.507 euros).

10. Clientes

10.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente

improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor, e os respetivos custos de transação são adicionados ao justo valor.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como rendimento ou gasto quando o ativo for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo

amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A EPAL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de ativos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a EPAL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. O valor contabilístico dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a EPAL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser

valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.

o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.

• Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:

o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.

o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2 Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da EPAL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do período. Além das incertezas acima mencionadas, existem

ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

10.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2022		
	Não corrente	Corrente	Total
Municípios	-	5.305.533	5.305.533
Clientes gerais	47.824	24.003.749	24.051.573
	47.824	29.309.282	29.357.105
Estimativa de serviços a faturar	-	11.454.223	11.454.223
	47.824	40.763.504	40.811.328
Imparidade	-	(13.340.067)	(13.340.067)
	47.824	27.423.437	27.471.261

	31.12.2021		
	Não corrente	Corrente	Total
Municípios	-	6.722.026	6.722.026
Clientes gerais	246.016	23.191.421	23.437.437
	246.016	29.913.447	30.159.462
Estimativa de serviços a faturar	-	10.929.913	10.929.913
	246.016	40.843.359	41.089.375
Imparidade	-	(12.572.223)	(12.572.223)
	246.016	28.271.136	28.517.152

O saldo corrente de clientes (líquido de imparidades) era, em 31 de dezembro de 2022, de 27.423.437 euros (28.271.136 euros em 2021).

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por natureza de dívida em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31.12.2022	31.12.2021
Clientes - conta corrente	15.968.282	17.340.505
Clientes - juros de mora	932	719
Clientes de cobrança duvidosa	13.340.067	12.572.223
Estimativa de serviços a faturar	11.454.223	10.929.913
	40.763.504	40.843.359
Perdas por imparidade de clientes	(13.340.067)	(12.572.223)
	27.423.437	28.271.136

A desagregação do saldo corrente de clientes por tipo de cliente é a seguinte:

	2022	2021
Cientes Diretos	29.420.690	27.846.047
Cientes Municipais e Multimunicipais	11.342.814	12.997.313
	<u>40.763.504</u>	<u>40.843.359</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição e respetiva imparidade de saldos a receber de clientes, detalhada por antiguidade é como segue:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Empresas do Grupo	TOTAL
	Municípios (1)	Outros	Total	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total		
	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio			
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Baixo	
Exposição bruta	8.168.897	2.038.917	10.207.814	481.653	605.925	28.343.219	29.430.796	1.172.718	40.811.328
Imparidade	-	-	-	-	-	(13.340.067)	(13.340.067)	-	(13.340.067)
Exposição líquida	8.168.897	2.038.917	10.207.814	481.653	605.925	15.003.152	16.090.729	1.172.718	27.471.261

Segmento de negócio	Negócio "Alta"				Negócio "Baixa"			
	Outros			Exposição líquida	Estado, Setor Público e outros			Exposição líquida
	Exposição bruta	Imparidade	% Perda		Exposição bruta	Imparidade	% Perda	
Antiguidade da dívida								
Não vencida	2.023.550	-	-	2.023.550	11.362.942	(287.921)	3%	11.075.020
Vencida até 180 dias	15.367	-	-	15.367	3.193.924	(80.930)	3%	3.112.995
Vencida há mais de 180 dias	-	-	-	-	14.392.278	(12.971.216)	90%	1.421.062
	2.038.917	-	-	2.038.917	28.949.144	(13.340.067)	46%	15.609.077

O movimento das imparidades do ano foi a seguinte:

	nota	Negócio "Alta"		Negócio "Baixa"			TOTAL
		Municípios	Outros	Municípios	Estado e Setor Público	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		0	0	0	0	11.467.626	11.467.626
Aumento	27					1.324.231	1.324.231
Reversão	27					(219.634)	(219.634)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		0	0	0	0	12.572.223	12.572.223
Aumento	27					1.117.717	1.117.717
Reversão	27					(349.873)	(349.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		0	0	0	0	13.340.067	13.340.067

11. Outras contas a receber

11.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas a outras contas a receber, consultar divulgações nas notas:

- 10 – Clientes
- 16 – Benefícios aos empregados
- 17 – Subsídios ao investimento

11.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Operações com pessoal:						
. Excesso de cobertura de Fundo de Pensões	7.377.000	-	7.377.000	7.997.000	-	7.997.000
. Outras operações com pessoal	-	21.601	21.601	-	20.357	20.357
Contas a receber diversas:						
. Taxas a receber de clientes por conta da CML	-	14.946.282	14.946.282	-	14.276.255	14.276.255
. Apoio Tesouraria Acionista	-	32.000.000	32.000.000	-	-	-
. Adiantamentos a fornecedores	-	34.755	34.755	-	42.029	42.029
. Outras contas a receber	5.214.991	2.463.300	7.678.291	5.603.196	2.824.435	8.427.630
Acréscimos de rendimentos:						
. Acr. rendimentos com juros de mora clientes	-	-	-	-	50.605	50.605
. Outros acréscimos de rendimentos	-	2.544.068	2.544.068	-	1.424.491	1.424.491
Encargos diferidos:						
. Seguros	-	599.965	599.965	-	517.631	517.631
. Outros encargos diferidos	-	507.471	507.471	-	203.060	203.060
Estado e outros entes públicos	-	139.321	139.321	-	81.091	81.091
	12.591.991	53.256.763	65.848.754	13.600.196	19.439.954	33.040.150
Imparidade	-	(393.447)	(393.447)	-	(393.444)	(393.444)
	12.591.991	52.863.316	65.455.307	13.600.196	19.046.510	32.646.706

O montante considerado em outras contas a receber não corrente corresponde à dívida de alienação de imobilizado à Águas de Oeste efetuada em 2006 (atualmente Águas do Vale do Tejo), com um plano de pagamentos previsto contratualmente e que se prolonga até 2033. Encontra-se considerado em 2022 o valor da dívida bruta, que ascende a 5,5 milhões de euros, o valor da respetiva atualização (0,8 milhões de euros) e o correspondente efeito do desconto financeiro da dívida, no montante 0,7 milhões de euros. Em 2022 foram considerados em outros rendimentos financeiros 132 mil euros relativos à atualização financeira da dívida da ex-AdO (atual Águas do Vale do Tejo) (nota 31).

Verifica-se em 2022 um excesso de cobertura respeitante ao Plano de Pensões de Benefício Definido da EPAL, apresentando um valor total de 7.377.000 euros (7.997.000 euros em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS era de 32 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2021 não havia qualquer apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS).

Em outras contas a receber encontram-se registados sobretudo valores respeitantes a rendimentos suplementares (Aquamatrix, Formação, etc.), bem como a parcela de curto prazo da dívida de alienação de imobilizado à antiga Águas de Oeste (atualmente Águas do Vale do Tejo). Encontram-se ainda reconhecidos os valores por receber relativos a subsídios, correspondentes a candidaturas aprovadas que se encontram ainda em execução.

As taxas da CML correspondem aos valores faturados a clientes direitos e que constituem receita da CML (saneamento, adicional e resíduos).

12. Inventários

12.1 Políticas Contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

12.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Peças de manutenção (desgaste rápido)	2.740.343	2.665.203
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	179.160	174.109
	2.919.503	2.839.312

Os movimentos constam da nota 22.

13. Caixa e equivalentes de caixa

13.1 Políticas Contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam descobertos bancários.

13.2 Detalhe

O detalhe de Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Numerário	30.423	31.442
Depósitos à ordem	4.515.238	11.493.836
Depósitos a prazo	103.000.000	110.000.000
	<u>107.545.661</u>	<u>121.525.278</u>
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes	<u><u>107.545.661</u></u>	<u><u>121.525.278</u></u>

O valor de 103 milhões de euros respeita a CEDIC (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo) constituídos junto do IGCP com vencimento no início de janeiro de 2023.

14. Capital próprio

14.1 Políticas Contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

14.2 Capital Social

O capital da Empresa, no montante de 150.000.000 euros, é composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O capital social é detido na totalidade pela AdP, SGPS, SA.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

14.3 Resultado líquido por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi determinado conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	58.037.658	49.659.244
Número de ações		
Número médio de ações	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	<u>1,93</u>	<u>1,66</u>

14.4 Reservas e outros ajustamentos

A rubrica de reservas e outros ajustamentos, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentava a seguinte desagregação:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reserva legal	30.000.000	30.000.000
Outras reservas	22.171.377	22.171.377
Outras variações no capital próprio	<u>(4.064)</u>	<u>(4.064)</u>
	<u>52.167.314</u>	<u>52.167.314</u>

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

14.5 Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentava o seguinte saldo:

	2022	2021
Resultados transitados	411.723.366	402.321.113

A movimentação ocorrida nesta rubrica nos exercícios de 2022 e 2021 foi a seguinte:

	2022	2021
Saldo Inicial	402.321.113	390.958.744
Aplicação do resultado líquido	49.659.244	46.972.206
Dividendos pagos	(39.727.395)	(37.577.765)
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	(529.596)	1.967.928
Saldo Final	411.723.366	402.321.113

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 atribuídos ao acionista ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, a 39.727.395 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2022.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio

- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor indicado em remensurações do Fundo de Pensões resulta das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, das alterações de pressupostos atuariais, e o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo líquido (notas 11 e 16). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes das remensurações do Fundo de Pensões não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas

15. Provisões, ativos e passivos contingentes

15.1 Políticas Contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um

contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da EPAL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da EPAL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

15.2 Estimativas e julgamentos

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os

quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

15.3 Detalhe e movimento

O detalhe das provisões a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	2022	2021
Provisões:		
Processos judiciais em curso	341.645	318.377
Acidentes de trabalho	90.099	96.352
Outras provisões - judiciais	560.000	150.000
	991.744	564.730

O movimento nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi conforme se segue:

2022:

	Saldo inicial	Aumentos (nota 26)	Reversões (nota 26)	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	318.377	70.959	(28.773)	(18.918)	341.645
Acidentes de trabalho	96.352	-	-	(6.254)	90.099
Outras provisões - judiciais	150.000	410.000	-	-	560.000
	564.730	480.959	(28.773)	(25.172)	991.744

2021:

	Saldo inicial	Aumentos (nota 26)	Reversões (nota 26)	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	414.474	115.505	(101.352)	110.250)	318.377
Acidentes de trabalho	-	96.352	-	-	96.352
Outras provisões - judiciais	175.750	-	-	(25.750)	150.000
	590.224	211.857	(101.352)	(178.077)	564.730

O valor relativo a outras provisões está relacionado com montantes para fazer face a eventual contencioso laboral que possa ser imputado à EPAL de acordo com a informação e melhor estimativa que nesta data se encontra disponível, nomeadamente a contingência de eventuais reposições salariais decorrentes de promoções.

Processos judiciais em curso

A EPAL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela empresa demonstram-se como se segue:

	2022	2021
Banco Europeu de Investimento (nota 18)	68.482.225	78.852.054
Tribunais	5.175.900	5.175.900
Outros	539.196	493.200
	<u>74.197.321</u>	<u>84.521.154</u>

16. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

16.1 Política Contabilística

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma, quando existam.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Contribuição definida (CD)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Benefício definido (BD)

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na Empresa e remuneração.

As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas semestralmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os gastos de serviços passados são reconhecidos no resultado do exercício quando são efetuadas alterações aos benefícios atribuídos no plano de pensões.

As remensurações determinadas anualmente, resultantes (i) dos ganhos e perdas atuariais apurados em consequência de alterações nos pressupostos atuariais e ajustamentos de experiência; e (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo os montantes incluídos no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período a Empresa reconhece na demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) o efeito de alterações aos benefícios do plano correspondentes a serviços passados; e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma prevista do sistema de benefícios acordado..

O plano de benefícios da EPAL confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído, e gerido autonomamente por uma instituição financeira. Ou seja, concede um plano de complemento de reforma aos seus empregados, constituindo um plano de benefícios definidos, com fundo constituído autónomo.

16.2 Estimativas e julgamentos

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios.

16.3 Detalhe e movimento

Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2022 e 2021, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2022	2021
Contribuições da Empresa	411.453	409.106
Contribuições dos colaboradores	30.871	26.778
	<u>442.324</u>	<u>435.884</u>

O gasto total reconhecido, com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ascendeu a 411.453 euros (409.106 euros em 2021).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2022 por uma entidade externa independente.

O valor presente da obrigação de benefícios definidos, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados, foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2022	2021
Taxa de desconto	3,60%	0,45%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,00%
Idade normal de reforma	66 e 4 meses	66 e 7 meses

A “duration” do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 7 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2022	2021
Custo dos serviços correntes	13.000	16.000
Juro líquido	(36.000)	-
Total de gastos	<u>(23.000)</u>	<u>16.000</u>

Com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2022	2021
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	18.020.000	24.948.000
Justo valor dos ativos do fundo	25.397.000	32.945.000
Ativo com planos de benefícios definidos (nota 11)	<u>7.377.000</u>	<u>7.997.000</u>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	-	-
Passivo com planos de benefícios definidos	<u>-</u>	<u>-</u>

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 de janeiro 2022	24.948.000	(32.945.000)	(7.997.000)
Custo com pensões			
Custo serviço corrente	13.000	-	13.000
Juro líquido	107.000	(143.000)	(36.000)
Benefícios pagos/previstos	(2.180.000)	2.125.000	(55.000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(309.000)	-	(309.000)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	(4.559.000)	-	(4.559.000)
(ganhos)/ perdas de rendimento		5.566.000	5.566.000
A 31 de dezembro 2022	<u>18.020.000</u>	<u>(25.397.000)</u>	<u>(7.377.000)</u>

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo valor	
	2022	2021
Instrumentos de capital próprio	2.179.707	10.779.443
Instrumentos de dívida	21.115.144	20.922.832
Outros	2.102.149	1.242.725
	<u>25.397.000</u>	<u>32.945.000</u>

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

	Impacto na responsabilidade por benefício definido	
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Pressuposto		
Taxa de desconto	+0,5%	-3,2%

Um aumento de 0,5% na taxa de desconto (de 3,60% para 4,10%) dá origem a uma redução de 3,2% no valor das responsabilidades (574 mil euros).

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

Política de investimento do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão sempre que as circunstâncias da sua aplicabilidade assim o determinem ou em consequência de alterações legislativas que ocorram..

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos

assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM's) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;
- O Fundo de Pensões poderá investir em valores mobiliários expressos em moedas distintas do Euro, até ao limite máximo permitido legalmente. Atualmente, esse limite é de 30%, podendo, no entanto, ser excedido, desde que a Entidade Gestora efetue a adequada cobertura do risco cambial;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com rating de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com ratings 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com rating inferior a BBB, exceto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de high yield, podendo o seu peso ir até aos 10% do valor patrimonial. O investimento em obrigações high yield só poderá ser efetuado através de fundos de investimento para assegurar diversificação. O investimento em valores mobiliários representativos de dívida com notação de risco inferior a investment grade, quer em mercados desenvolvidos, quer em mercados emergentes, deverá ser feito mediante a utilização de instituições de investimento coletivos que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva n.º 2009/65/CE, alterada pela Diretiva n.º 2014/91/CE, não podendo a exposição ultrapassar 15% do valor total do Fundo;

- Sempre que ocorra o *downgrade* de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de rating definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "Government" das obrigações não deverá representar menos de 10% da classe obrigacionista. Por "Government" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, agency e quasi-government. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e high yield (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 15%, máximo permitido legalmente;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de duration da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos.

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- i) Num mercado regulamentado; ou
- ii) Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (Value at Risk).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rentabilidade da carteira e do benchmark deverá ser uma aproximação da '*Time Weighted Rate of Return*'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o *benchmark*, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

17. Subsídios ao investimento

17.1 Políticas Contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não corrente e são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação/amortização dos ativos subjacentes.

17.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os “Subsídios ao investimento” apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito	Rédito
					por reconhecer em 2022	por reconhecer em 2021
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216.801	216.801	4.927	172.456	44.345	49.272
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5.684.192	5.684.192	106.961	4.507.625	1.176.567	1.283.527
COMPART. OURÉM	550.553	550.553	10.360	436.594	113.959	124.319
COMPART. T.NOVAS	435.315	435.315	8.191	345.209	90.105	98.297
COMPART. TOMAR	497.804	497.804	9.367	394.764	103.040	112.407
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3.027.720	3.027.720	56.973	2.401.015	626.706	683.679
COMPART. ENTRONCAMENTO	4.959	4.959	93	3.933	1.026	1.119
COMPART. V.N.BARQUINHA	72.726	72.726	1.444	53.958	18.768	20.211
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11.125.239	11.125.239	220.848	8.254.209	2.871.030	3.091.878
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7.635.576	7.635.576	63.630	6.935.648	699.928	763.558
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9.405.370	9.405.370	188.107	5.267.008	4.138.362	4.326.470
COMPART RESERV PATRIARCAL	74.820	74.820	384	64.843	9.976	10.360
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22.472.817	22.472.817	449.456	12.135.321	10.337.496	10.786.952
SANTA MARGARIDA	274.339	274.339	5.487	148.143	126.196	131.683
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA	4.472.789	4.472.789	107.191	2.972.114	1.500.675	1.607.866
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87.104	87.104	1.729	64.625	22.479	24.208
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139.941	139.941	3.354	92.989	46.952	50.305
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139.941	139.941	3.354	92.989	46.952	50.305
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66.118	66.118	1.585	43.935	22.183	23.768
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66.118	66.118	1.585	43.935	22.183	23.768
PROJECTO SPRINT	21.604	21.604	0	0	21.604	21.604
EDP	373.874	373.874	25.574	248.578	125.295	150.869
MINISTÉRIO DA SAUDE	375.061	375.061	5.377	74.263	300.798	306.175
FUNDO AMBIENTAL	427	427	0	0	427	427
POSEUR - VALE DA PEDRA	6.381.352	6.381.352	258.703	1.228.841	5.075.994	5.411.214
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - SEDE	186.599	76.585	0	0	186.599	186.599
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - P. NAÇÕES	796.746	103.176	0	0	796.746	796.746
OE AZAMBUJA	239.115	239.115	4.782	81.300	234.333	162.598
TOTAL	74.825.020	74.021.437	1.539.462	46.064.297	28.760.723	30.300.186

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes registados como rendimento do exercício foram os seguintes:

	2022	2021
Subsídios ao investimento	1.539.462	1.682.167
	<u>1.539.462</u>	<u>1.682.167</u>

Em 2022 não foram reconhecidos novos subsídios, verificaram-se apenas recebimentos de valores relativos aos subsídios de eficiência energética do POSEUR (151.097 euros).

18. Empréstimos

18.1 Políticas Contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A EPAL apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

18.2 Detalhe e movimento

Os empréstimos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como segue:

	2022	2021
Empréstimos bancários - BEI		
Não corrente	58.026.325	68.482.225
Corrente	10.455.900	10.369.829
Juros e encargos a liquidar	99.528	62.756
	68.581.753	78.914.810

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data. De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa. Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (nota 15).

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2022		
	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	68.482.225	10.432.585	78.914.810
Reclassificação de não corrente para corrente	(10.455.900)	10.455.900	-
Obtenção de empréstimos	-	-	-
Reembolso de capital de empréstimos	-	(10.369.829)	(10.369.829)
Variação na especialização de juros nominais	-	36.772	36.772
Saldo final	58.026.325	10.555.427	68.581.753

	31.12.2021		
	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	78.852.054	10.286.265	89.138.319
Reclassificação de não corrente para corrente	(10.369.829)	10.369.829	-
Obtenção de empréstimos	-	-	-
Reembolso de capital de empréstimos	-	(10.286.265)	(10.286.265)
Variação na especialização de juros nominais	-	62.756	62.756
Saldo final	68.482.225	10.432.585	78.914.810

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital (e encargos) dos empréstimos BEI em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe

	2022	2021
Maturidade:		
até 1 ano	10.555.427	10.432.585
1 a 2 anos	10.544.552	10.455.900
2 a 3 anos	10.635.863	10.544.552
3 a 4 anos	10.729.912	10.635.863
4 a 5 anos	9.160.116	10.729.912
superior a 5 anos	16.955.883	26.115.999
	68.581.753	78.914.810

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital (e encargos) a reembolsar relativo aos empréstimos BEI apresenta o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

	2022	2021
Taxa juro variável		
até 1 ano	5.144.085	5.111.111
1 a 2 anos	5.111.111	5.111.111
2 a 3 anos	5.111.111	5.111.111
superior a 3 anos	14.083.333	19.194.444
	<u>29.449.640</u>	<u>34.527.778</u>
Taxa juro fixa		
até 1 ano	5.411.342	5.258.718
1 a 2 anos	5.433.441	5.344.789
2 a 3 anos	5.524.752	5.433.441
superior a 3 anos	22.762.578	28.287.329
	<u>39.132.112</u>	<u>44.324.277</u>
	<u>68.581.753</u>	<u>78.852.054</u>

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 57% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 43% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

Justo valor

Os empréstimos obtidos pela EPAL, no final de 2022, correspondem a empréstimos BEI (68.482.225 euros de capital).

Atendendo ao facto de não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI a Empresa se poderia financiar, atendendo aos montantes e prazos envolvidos, não sendo assim possível dessa forma determinar a que taxas a EPAL se poderia financiar atualmente para as maturidades contratadas, não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

19. Fornecedores e outras contas a pagar

19.1 Políticas Contabilísticas

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a EPAL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses desde a data do balanço ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de fornecedores e outras contas a pagar é o seguinte:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Fornecedores						
- Fornecedores de investimento	-	1.862.818	1.862.818	-	1.192.720	1.192.720
- Fornecedores gerais		3.345.765	3.345.765	-	3.407.824	3.407.824
Outras contas a pagar						
- Taxas Saneamento e RSU - CML	-	22.100.573	22.100.573		21.271.722	21.271.722
- CTA - AdVT	-	3.968.804	3.968.804		4.076.560	4.076.560
- Outros		1.380.342	1.380.342		1.399.442	1.399.442
Acréscimos de gastos e diferimentos						
- Férias e sub. de férias a pagar ao pessoal		4.273.173	4.273.173		3.291.609	3.291.609
- Serviços prestados por fornecedores e não faturados		3.336.902	3.336.902		3.833.910	3.833.910
Estado e outros entes públicos		7.467.112	7.467.112		7.361.895	7.361.895
	-	47.735.488	47.735.488	-	45.835.682	45.835.682

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	2022	2021
Estado e outros entes públicos passivos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	521.763	371.717
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	403.827
Contribuições para a Segurança Social	798.823	626.759
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	2.809	1.589
Taxa de Recursos Hídricos	6.143.719	5.958.003
Estado e outros entes públicos passivos	7.467.112	7.361.895

20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS9

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2022	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Clientes e outros ativos não correntes	38.304.520	-	38.304.520
Outros ativos financeiros	184.308	-	184.308
Caixa e seus equivalentes	107.545.661	-	107.545.661
	146.034.490	-	146.034.490
Empréstimos	-	68.581.753	68.581.753
Fornec. e outros passivos não correntes	-	32.658.301	32.658.301
	-	101.240.054	101.240.054
Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2021	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Clientes e outros ativos não correntes	39.960.067	-	39.960.067
Outros ativos financeiros	159.648	-	159.648
Caixa e seus equivalentes	121.525.278	-	121.525.278
	161.644.992	-	161.644.992
Empréstimos	-	78.914.810	78.914.810
Fornec. e outros passivos não correntes	-	31.348.267	31.348.267
	-	110.263.078	110.263.078

A rubrica de clientes e outros ativos não correntes não inclui os valores respeitantes a acréscimos e diferimentos, nem considera o valor do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA.

A rubrica de fornecedores e outros passivos correntes não inclui os valores relativos a acréscimos e diferimentos.

21. Rédito de contratos com clientes

21.1 Políticas Contabilísticas

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos,

descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a EPAL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela EPAL, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Atividade regulada - Serviços em "alta" de abastecimento de água:

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada – Serviços em "baixa" de abastecimento de água:

A venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos volumes consumidos (m³), aos quais são aplicadas as respetivas tarifas. Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente.

A Quota de serviço aplicada depende da tipologia de cliente e do diâmetro nominal do contador, sendo aplicado o valor fixo previsto no tarifário aprovado.

A EPAL presta ainda serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores. Nos serviços complementares é reconhecido o valor previsto contratualmente com o cliente, sendo o mesmo reconhecido no mês a que respeita a prestação do serviço.

21.2 Detalhe e movimento

O rédito reconhecido pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Venda de água e quota de serviço	168.500.127	159.344.999
Prestação de serviços	1.509.207	1.187.145
Rédito de contratos com clientes	170.009.334	160.532.144

Os rendimentos de venda de água e quota de serviço ascenderam em 2022 a 168,5 milhões de euros, em resultado dos cerca de 199,8 milhões de m³ vendidos (196,2 milhões de m³ em 2021).

No final de 2022 a Empresa fornecia água a 35 municípios, incluindo Lisboa, onde efetua o abastecimento domiciliário a cerca de 364 mil clientes diretos.

Em 2022, as prestações de serviços ascenderam a 1,5 milhões de euros (1,2 milhões de euros em 2021). Verificou-se já uma retoma da atividade económica na cidade de Lisboa, após quebras significativas nos dois exercícios anteriores (2020/2021) devido à pandemia.

22. Gastos das vendas

A rubrica de "Gasto das vendas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.906.319	1.821.790
	1.906.319	1.821.790

A rubrica de custo das vendas inclui sobretudo os reagentes e produtos similares necessários e essenciais para garantir o processo de tratamento, assegurando a qualidade da água para consumo humano.

	Matérias subsidiárias	Total a 31.12.2022	Total a 31.12.2021
Inventário Inicial (nota 12)	174.109	174.109	153.597
Compras	1.911.370	1.911.370	1.842.302
Inventário final (nota 12)	179.160	179.160	174.109
CMVMC	1.906.319	1.906.319	1.821.790

23. Fornecimentos e serviços externos

23.1 Políticas Contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no período a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do gasto.

Trabalhos para a própria empresa são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

23.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” (FSE) é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Conservação e reparação	6.664.530	6.494.542
Eletricidade	5.524.282	10.768.670
Trabalhos especializados	5.390.772	4.338.509
Subcontratos	1.249.433	653.622
Comunicação	1.247.127	1.178.856
Vigilância e segurança	945.784	936.258
Rendas e alugueres	884.963	481.228
Limpeza, higiene e conforto	728.172	723.965
Combustíveis	676.192	505.887
Publicidade e propaganda	489.284	421.392
Seguros	426.734	424.668
Outros forn. serv. externos	4.176.644	3.769.947
	28.403.917	30.697.544
FSE capitalizados (nota 6)	(243.719)	(153.461)
	28.160.199	30.544.083

Em termos de FSE, em 2022, destaca-se:

- A eletricidade com 5,5 milhões de euros, apresenta uma forte redução face ao gasto incorrido no ano anterior, devido essencialmente ao impacto do contrato de AT/MT que entrou em vigor em janeiro de 2021 aliado ao valor historicamente baixo da componente regulada das tarifas em 2022 (TAR foram mesmo negativas em grande parte do ano);
- A Conservação e Reparação no montante global de 6,7 milhões de euros, reflete os gastos da Empresa com as ações de manutenção preventiva e corretiva, no sentido de assegurar as boas condições de funcionamento dos seus ativos;
- O incremento na rubrica de trabalhos especializados decorre essencialmente do incremento do *fee* de gestão;
- O aumento verificado em 2022 na rubrica de rendas e alugueres, e que já se tinha verificado, ainda que de forma menos significativa em 2021, decorre da utilização do expediente prático previsto na IFRS16 (nota 7) aos contratos de locação com um término contratual até 12 meses, o que implica o aumento nesta rubrica.

24. Gastos com o pessoal

24.1 Políticas Contabilísticas

Ver política contabilística na nota 16 e 2.3.1..

24.2 Detalhe

A rubrica de "Gastos com o pessoal" em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações	28.124.619	26.852.945
Encargos sobre remunerações	6.439.788	6.129.558
Seguros	1.546.771	1.686.418
Indemnizações por rescisão	-	-
Outros gastos com pessoal	1.354.220	1.312.070
	<u>37.465.399</u>	<u>35.980.991</u>
Gastos com pessoal capitalizados (nota 6)	(1.680.249)	(1.431.249)
Redebitos à AdLVT	(11.156.037)	(9.813.225)
	<u>24.629.113</u>	<u>24.736.517</u>

Em consequência da gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo, foram incorporados nos quadros de pessoal da EPAL os trabalhadores/as provenientes das entidades agregadas na Águas do Vale do Tejo. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas do Vale do Tejo, não afetando, em termos económicos, a EPAL. Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, expurgando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2022, de 642 trabalhadores/as, número ligeiramente inferior ao registado em 2021 (644 trabalhadores/as).

Remunerações dos Órgãos Sociais

	2022	2021
Conselho de administração	438.365	423.815
Conselho Fiscal	53.918	53.279
Revisor Oficial de Contas	13.182	13.182
	<u>505.465</u>	<u>490.277</u>

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais, encontra-se divulgada no Relatório do Governo Societário e no capítulo do cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão.

Número médio de colaboradores

	2022	2021
Órgãos sociais	11*	12
Colaboradores	1.058	1.038
EPAL	642	644
Afetos à gestão delegada da AdVT	416	394

* A 31 de dezembro o Conselho de Administração era composto por apenas 4 membros, na sequência do falecimento no início de novembro do Eng. Barnabé Primo Pisco, que não foi substituído.

25. Amortizações e reversões do período

A decomposição da rubrica de "Gastos de amortização e reversões do período" em 31 de dezembro de 2022e 2021, é a seguinte:

	2022	2021
Propriedades de investimento (nota 8)	68.301	78.038
Ativos fixos tangíveis (nota 6)	26.604.893	26.504.398
Ativos fixos intangíveis (nota 5)	213.333	213.333
Ativos sob direito de uso (nota 7)	755.974	1.072.147
	<u>27.642.503</u>	<u>27.867.916</u>

Os gastos com amortizações totalizaram 27,6 milhões de euros em 2022, dos quais 26,6 milhões de euros relativos a ativos fixos tangíveis, 213 mil euros a ativos intangíveis, 68 mil euros a propriedades de investimento e 756 mil euros a ativos sob direito de uso (IFRS16).

26. Provisões e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Provisões e reversões do período” em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é conforme se segue:

	2022	2021
Provisões - processos judiciais (nota 15)	70.959	115.505
Provisões – outras (nota 15)	410.000	96.352
	<u>480.959</u>	<u>211.857</u>
Reversão de provisões - processos judiciais (nota 15)	(28.773)	(101.352)
	<u>(28.773)</u>	<u>(101.352)</u>
	<u>452.185</u>	<u>110.505</u>

27. Perdas por imparidade e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Perdas por imparidade e reversões do período” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é conforme se segue:

	2022	2021
Perdas por imparidade – clientes (nota 10)	1.117.717	1.324.231
	<u>1.117.717</u>	<u>1.324.231</u>
Reversão de perdas por imparidade – clientes (nota 10)	(349.873)	(219.634)
	<u>(349.873)</u>	<u>(219.634)</u>
	<u>767.844</u>	<u>1.104.597</u>

Em 2022, o valor líquido das perdas por imparidade de clientes (perdas por imparidade constituídas deduzidas de reversões) foi de 0,8 milhões de euros (1,1 milhões de euros em 2021) (ver nota 10).

28. Outros gastos e perdas operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é:

	2022	2021
Componente tarifária acrescida	4.603.320	4.243.794
Impostos e taxas	4.010.782	3.945.720
Encargos com cobranças	814.968	808.531
Donativos	142.731	94.786
Indemnizações por roturas	82.607	196.703
Quotizações	45.033	44.844
Outros	257.723	71.286
	<u>9.957.163</u>	<u>9.405.665</u>

A rubrica de Impostos e taxas inclui essencialmente os valores relativos à Taxa de Subsolo (2,5 milhões de euros) e às taxas devidas à ERSAR – taxa de Regulação e taxa de Controlo da Qualidade da água (1,0 milhão de euros).

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à AdVT. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a AdVT fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0790 euros/m³ (0,0783 euros/m³ em 2021), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas – 4,6 milhões de euros em 2022 (4,2 milhões de euros em 2021).

29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta os seguintes valores:

	2022	2021
Rendimentos suplementares	4.911.437	4.090.121
Rend. e ganhos em invest.não financeiros	72.598	75.334
Outros	22.742	205.205
	<u>5.006.778</u>	<u>4.370.660</u>

Na rubrica “Rendimentos Suplementares” que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ascende a 4,9 milhões de euros e 4,1 milhões de euros, respetivamente, estão incluídos os rendimentos referentes às outras atividades da Empresa, nomeadamente produtos e serviços tais como o Aquamatrix, Wone,

Academia das Águas Livres, análises laboratoriais, atividade museológica, entre outros e a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1,3 milhões de euros em 2022 (1,1 milhões de euros em 2021).

30. Gastos financeiros

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Juros suportados:		
Financiamentos bancários (nota 18)	950.353	979.724
Locações (nota 7)	9.624	30.696
Outros juros	24.100	19.467
Garantias de financiamento	149.580	170.343
	<u>1.133.657</u>	<u>1.200.229</u>

Os juros suportados com financiamentos bancários correspondem na íntegra a juros relativos a empréstimos contratados junto do BEI – 1,0 milhões de euros em 2022 e 1,0 milhões de euros em 2021. O gasto com garantias de financiamento decorre das garantias que a Empresa dispõe para os financiamentos BEI, correspondendo às comissões de garantias prestadas pelo Estado Português.

Os juros suportados com locações decorrem da aplicação do IFRS16.

31. Rendimentos financeiros

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Juros obtidos	357.296	55.144
Outros rendimentos e ganhos financeiros	211.137	123.814
	<u>568.433</u>	<u>178.958</u>

Em 2022 os juros obtidos são essencialmente resultantes do apoio de Tesouraria à AdP SGPS e de aplicações financeiras junto do IGCP.

Os outros rendimentos e ganhos financeiros respeitam maioritariamente à atualização financeira da dívida de antiga AdO (agora Águas do Vale do Tejo) descrito na nota 11.2..

32. Imposto sobre o rendimento

32.1 Políticas Contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A EPAL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A Empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a EPAL cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

32.2 Detalhe e movimento

O gasto com o imposto do exercício de 2022 ascendeu a 24,4 milhões de euros, dos quais 25,8 milhões de euros relativos a imposto corrente deduzidos de 1,4 milhões de euros de imposto diferido.

	2022	2021
Imposto sobre o rendimento do exercício	25.841.901	21.766.051
Excesso/Insuficiência de estimativa para impostos	(29.516)	(323.266)
Imposto corrente	25.812.385	21.442.785
Impostos diferidos	(1.375.019)	(1.129.402)
Imposto diferido	(1.375.019)	(1.129.402)
Total de imposto	24.437.365	20.313.383

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o rendimento - ativo	-	-
	-	-
	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o rendimento - passivo	6.334.885	3.625.734
	6.334.885	3.625.734

A reconciliação do imposto é apresentada no quadro seguinte:

	31.12.2022	31.12. 2021
Estimativa de Imposto	25.841.901	21.766.051
Retenções na fonte	(84.739)	(18.539)
Pagamentos adicionais por conta	(4.694.848)	(4.324.821)
Pagamentos por conta	(14.727.429)	(13.796.958)
Imposto a pagar/recuperar	6.334.885	3.625.734

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	82.475.024	69.972.627
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4.877	4.877
Multas e juros compensatórios	24.100	22.169
Outros	(70.609)	(57.898)
Diferenças temporárias:		
Amortizações não aceites	2.497.193	2.524.716
Imparidade	995.607	1.032.802
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1.249.491	1.253.576
Provisões	480.959	185.598
Outros	1.115.413	(1.351.760)
	6.338.663	3.644.932
Lucro tributável	88.772.055	73.586.707
Imposto	18.199.279	15.453.208
Derrama	1.299.949	1.103.801
Derrama estadual	6.204.691	5.027.804
Tributações autónomas	137.982	181.239
Ajustamentos a exercícios anteriores	(29.516)	(323.266)
Total de imposto corrente e ajustamentos	25.812.385	21.442.785
Efeito de impostos diferidos no exercício	(1.375.019)	(1.129.402)
Total dos gastos do exercício	24.437.365	20.313.383
Taxa efetiva de imposto do exercício	29,6%	29,0%

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

O detalhe dos impostos diferidos a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 era de:

	2022	2021
Imposto diferido ativo	2.761.728	2.702.918
	2.761.728	2.702.918
Imposto diferido passivo	31.537.877	32.968.490
	31.537.877	32.968.490
	(28.776.149)	(30.265.572)

O detalhe por rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 e a movimentação em 2022 é:

	2022			2021		
	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto
Ativos por Impostos Diferidos						
Provisões						
Provisão para Pensões	90.099	29,4%	26.489	96.352	29,4%	28.328
Provisão para Cobranças Duvidosas	6.721.348	29,4%	1.976.076	6.563.421	29,4%	1.929.646
Provisão para outros riscos e encargos	560.000	29,4%	164.640	150.000	29,4%	44.100
Outros						
Reposição de proveitos tributados (IRC 97/98/99)	1.312.383	29,4%	385.841	1.549.908	29,4%	455.673
Actualização ADO e Sintra - conversão para IFRS	709.802	29,4%	208.682	833.915	29,4%	245.171
Imposto Ativo	9.393.633	29,4%	2.761.728	9.193.597	29,4%	2.702.918
Passivos por Impostos Diferidos						
Reavaliações Legais	12.309.863	29,4%	3.619.100	13.559.354	29,4%	3.986.450
Reavaliações Livres - Activos Amortizáveis	41.168.256	29,4%	12.103.467	43.656.034	29,4%	12.834.874
Reavaliações Livres - Terrenos	46.295.691	29,4%	13.610.933	46.799.573	29,4%	13.759.074
Mais valias reinvestidas	120.882	29,4%	35.539	125.759	29,4%	36.973
Provisão para Pensões	7.377.000	29,4%	2.168.838	7.997.000	29,4%	2.351.118
Imposto Passivo	107.271.692	29,4%	31.537.877	112.137.721	29,4%	32.968.490
Imposto Líquido	(97.878.059)	29,4%	(28.776.149)	(102.944.124)	29,4%	(30.265.572)

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa final média de 29,4%.

33. Saldos e transações com partes relacionadas

33.1 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

33.2 Saldos e transações com partes relacionadas

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2022:

2022	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	AdP Valor S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Águas do Norte, S.A.	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Algarve, S.A.	AdP Internacional S.A.	Simsarul, S.A.	Simdouro, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	Águas do Douro e Paiva, S.A.
Ativo															
Acionistas - Emprestimos	32.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clientes	-	4.299	32.555	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos Rendimentos	25.200	-	-	3.060.742	9.822	15.815	12.340	25.937	1.460	5.500	800	11.200	10.246	-	1.400
Outras contas a receber	544	-	-	4.652.773	18.836	-	21.193	5.289	1.877	7.380	-	13.774	133.864	246	-
Total	32.025.744	4.299	32.555	8.713.515	28.660	15.815	34.333	31.226	3.337	12.880	800	24.976	146.109	246	1.400
Passivo															
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	923	-	-	-	-	-	-	959
Acréscimos Gastos	300.934	-	-	1.221.968	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	3.968.804	-	-	-	-	-	453	-	-	-	-	-
Total	300.934	-	-	5.190.762	-	-	-	923	-	453	-	-	-	-	959
Rendimentos															
Vendas e prestações serviços	-	2.874	114.408	15.497.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	6.780	6.428	7.782	127.931	130.552	189.269	40.536	72.493	51.762	11.500	5.049	48.820	319.481	6.649	9.049
Juros	232.721	-	-	(22.149)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	239.501	9.302	122.190	15.625.072	130.552	189.269	40.536	72.493	51.762	11.500	5.049	48.820	319.481	6.649	9.049
Gastos															
Fornecimento e serv. Externos	3.649.007	-	-	19.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal	1.980	480	-	-	180	-	(15.863)	2.130	-	-	-	-	-	-	780
Gastos com pessoal afeto con	-	-	-	(11.136.956)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Gastos	149	149	297	(22.149)	-	-	-	-	-	-	594	-	-	149	-
Total	3.651.136	629	297	(11.139.489)	180	-	(15.863)	2.130	-	-	594	-	-	149	780
Dividendos															
	39.727.395	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2021:

2021	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	AdP Valor S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Águas do Norte, S.A.	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Algarve, S.A.	AdP Internacional S.A.	Simsarul, S.A.	Simdouro, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	
Ativo															
Clientes	-	4.358	51.486	21.439	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos Rendimentos	1.419	-	-	2.136.951	9.656	15.009	23.204	-	-	-	-	-	-	10.110	-
Outras contas a receber	544	-	-	7.111.642	12.476	554	10.102	-	2.173	13.223	1.107	1.107	136.901	1.784	-
Total	1.964	4.358	51.486	9.270.031	22.132	15.563	33.306	-	2.173	13.223	1.107	1.107	147.011	1.784	-
Passivo															
Fornecedores	4.346	22.960	97.722	-	-	-	-	590	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos Gastos	186.120	658	-	1.235.035	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	4.076.560	-	-	-	-	-	453	-	-	-	-	-
Total	190.367	23.618	97.722	5.301.595	-	-	-	590	-	453	-	-	-	-	-
Rendimentos															
Vendas e prestações serviços	-	1.991	122.708	17.192.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	1.209	12.154	12.313	66.418	113.720	179.151	50.419	60.958	13.819	11.950	1.500	10.595	237.604	5.550	-
Juros	3.131	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.340	14.145	135.022	17.258.994	113.720	179.151	50.419	60.958	13.819	11.950	1.500	10.595	237.604	5.550	-
Gastos															
Fornecimento e serv. Externos	3.090.683	658	-	966.416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal	-	-	630	-	480	-	(22.093)	1.740	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal afeto concessão	-	-	-	(9.812.321)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Gastos	-	-	-	(15.646)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.090.683	658	630	(8.861.551)	480	-	(22.093)	1.740	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos															
	37.577.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação.

As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL.

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no Relatório do Governo Societário e no capítulo do Cumprimento das orientações legais do relatório de gestão.

34. Honorários de auditoria e revisão legal

Os honorários de revisão legal de contas da EPAL no exercício de 2022 foram os seguintes:

	Revisão Legal de Contas	Outros serviços	Total
PricewaterhouseCoopers & Associados SROC	13.182	13.750	26.932
	13.182	13.750	26.932

35. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a EPAL, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A EPAL não detém quaisquer ações próprias.

Art.º 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. Outros assuntos

Nada a referir

37. Eventos subsequentes

A Administração da EPAL não tem conhecimento, em 8 de março de 2023, data da aprovação destas contas, de quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Vice-Presidente do Conselho de
Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia
Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

CERIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 856.032.394 euros e um total de capital próprio de 671.928.338 euros, incluindo um resultado líquido de 58.037.658 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
 Sede: Palácio Sottomayer, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
 Recepção: Palácio Sottomayer, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
 Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
 Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros de PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

10 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com n.º 20200003

[RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL](#)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2022.
2. O Conselho Fiscal, nomeado em Assembleia Geral ordinária de 5 de abril de 2019, acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios, quer, designadamente mediante contactos e reuniões com os seus principais responsáveis, como através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado, sempre que necessário, com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que entendeu necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu, em 18 de novembro de 2021, o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2022, tendo o mesmo sido aprovado pela Tutela Financeira, através do Despacho n.º 315/2022-SET, de 2 de outubro de 2022, e pela Tutela Setorial, em 13 de outubro de 2022.
5. No que se refere ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas, com exceção do investimento.

Relatório e Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2022 da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

13



6. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, referentes aos dois primeiros trimestres de 2022, que foram remetidos às entidades competentes.
7. Em observância com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias, aplicáveis ao setor empresarial do Estado (SEE), designadamente, do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2022, as quais se encontram devidamente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
8. Nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir, que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das obrigações legais não esteja correta.
9. No domínio das remunerações dos trabalhadores e dos órgãos sociais foi dado cumprimento às orientações remuneratórias vigentes em 2022.
10. A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM, tendo este Conselho Fiscal, emitido Parecer favorável ao mesmo.
11. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, datada de 10 de março de 2023, emitida nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, que aqui se dá como reproduzida, e obteve deste, os esclarecimentos que entendeu necessários inerentes ao exercício das suas funções.
12. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras (as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022, as Demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data

Relatório e Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2022 da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

213



e as Notas às demonstrações financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenvolveu a atividade.

13. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é da opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais de 2022; e
- b) A proposta de aplicação dos resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 10 de março de 2023

O Conselho Fiscal

Ana Honório

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
(Presidente)

Eduardo José Santos Clemente

Eduardo José Santos Clemente
(Vogal)

Patrícia Isabel Sousa Caldeira

Patrícia Isabel Sousa Caldeira
(Vogal)

Relatório e Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2022 da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

313